Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

Alexandre Ribeiro Neto

Fios do novelo: crianças negras, educação e trabalho em Vassouras, 1871 a 1910.

Rio de Janeiro
2015

Alexandre Ribeiro Neto

Fios do novelo: crianças negras, educação e trabalho em Vassouras, 1871 a 1910.

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Luís Torres Conduru

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R484 Ribeiro Neto, Alexandre.
Fios do novelo: crianças negras, educação e trabalho em Vassouras, 1871 a 1910 / Alexandre Ribeiro Neto. – 2015.
154 f.

Orientadora: Roberto Luís Torres Conduru.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Educação – Vassouras (RJ) – Teses. 2. Trabalho – Vassouras (RJ) - Teses. 3. Crianças negras – Vassouras (RJ) – Teses. 4. Emoções – Teses. 5 Identidade cultural – Teses. I. Conduru, Roberto Luís Torres. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Alexandre Ribeiro Neto

Fios do novelo: crianças negras, educação e trabalho em Vassouras, 1871 a 1910.

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Aprovada em 21 de Janeiro de 2015.

Banca Examinadora:

_____
Prof. Dr. Roberto Luís Torres Conduru
Faculdade de Educação da UERJ

_____
Prof ª. Drª. Lia Ciomar de Macedo Faria
Faculdade de Educação da UERJ

_____
Profª. Drª. Ângela Maria Souza Martins
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____
Profª. Drª. Dayse Martins Hora Maria Souza Martins
Universidade Católica de Petrópolis

_____
Profª. Drª. Libânia Nacif Xavier
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Á Maria Isabel e Osvaldo Ribeiro Neto (in memoriam) pela lição de vida e à Márcia Guerra Guimarães, meu amor entre begônias e bromélias.

AGRADECIMENTOS

> Conta no teu jardim flores e frutos, mas não contes as folhas que tombaram. Conta os teus dias pelas horas de ouro, não pelas que falharam. Pelas estrelas conta a noite. E a vida, pelos triunfos, não pelos perigos. Não contes tua idade pelos anos, mas sim pelos amigos. Tradução do inglês de Dom Marcos Barbosa. Publicado no JB de 14/09/1985.

Nesse espaço abro o meu peito e mostro o meu coração. Nele estão presentes os amigos que ao longo desta caminhada acompanharam, estimularam e apoiaram este projeto de pesquisa que em alguns momentos se confundiu com a minha vida. Se não fossem os amigos esta viagem teria sido cruel. Vocês tornaram o caminho mais leve. Vou começar os agradecimentos pela família.

Não tenho palavras para agradecer a minha mãe, Maria Isabel Ribeiro, pelo incentivo, pelo carinho e cuidado comigo. A possibilidade de cursar o mestrado e o doutorado trouxe para nós a possibilidade de estarmos juntos semanalmente. Obrigado por acordar tão cedo e ir dormir tão tarde me esperando. Agradeço também aos meus irmãos e irmãs que ficaram nos bastidores torcendo para que tudo desse certo.

Este time não estaria completo sem a presença da minha esposa, Márcia Guerra Guimarães, que ao longo de 13 anos caminha ao meu lado, combatendo os mesmos combates. Não poderia esquecer os amigos, pois eles são parte da família também. Beatriz do Nascimento Santos, que vibra com cada vitória e indica novos campos possíveis de atuação. José Roberto Góes, um leitor que sugere questões. Foi meu professor na graduação em História, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores. Com ele aprendi muito sobre escravidão. Tenho por você grande afeto e admiração.

Gostaria de agradecer à Luciana Miranda, orientadora pedagógica do Colégio Municipal Walter Francklin, no período em que esta tese era apenas um conjunto de ideias. Nosso projeto sobre as relações raciais na educação foi muito importante para que eu pudesse amadurecer e pensar o processo de escolarização de crianças negras. Lincoln Fidélis, amigo e professor de Português, que corrigiu muitos textos que apresentei em congressos e seminários, com quem converso sobre a vida e a Literatura. À Alessandra Ramos Henrique, professora de

português, que também leu e corrigiu alguns textos enviados aos congressos. Ao amigo Antônio Dias, que me ajudou na criação dos bancos de dados que armazenaram as informações sobre Soldadas e Mapas de Frequência.

Sou grato à professora Christiane Pureza, que foi diretora da Escola Municipal Condessa do Rio Novo: sem o seu apoio à coleta de dados em Vassouras teria sido mais difícil. Não posso esquece os proprietários da Londrina Móveis de Vassouras: Guilherme Malheiros, Lucas e Tadeu Trancoso. Obrigado pelas caronas, pelos almoços e pelos risos na estrada. Ao secretário de Cultura e Turismo de Vassouras pelo acesso aos arquivos da Prefeitura, ao Magno Fonseca e Ângelo Monteiro pela acolhida no CDH da Universidade Severino Sombra (USS). À doutora Isabel Rocha, responsável pelo escritório técnico do Iphan no médio Paraíba, que permitiu a consulta dos documentos sob a guarda dessa instituição. Nela não posso deixar de mencionar o grande apoio que recebi dos funcionários, tais como: Sônia, Cacilda, Carlos, Aníbal e Iran.

Regressando a Paraíba do Sul sou grato ao amigo Rodrigo Novaes, professor de Química, pelas conversas sobre História da Ciência e métodos de pesquisa. À Janice Franco, professora de Matemática do sexto ano do Ensino Fundamental do Colégio Municipal Walter Francklin, com ela partilho da filosofia de que devemos trabalhar para recuperar os alunos, pois para reprová-los não é necessário fazer muito esforço. Ao professor de História Carlos Eduardo Delgado Júnior, que leciona no Colégio Municipal Walter Francklin, pelas sugestões bibliográficas. Ao Leonardo Villela de Castro, coordenador do curso de Licenciatura em Pedagogia à Distância (LIPEAD) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), por não deixar morrer a chama dos debates sobre a democratização do Ensino Superior com qualidade, indicando que a universidade é para os alunos mais pobres também.

Esta tese não seria a mesma sem o apoio da amiga Maria de Lourdes da Silva, professora de História da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sou grato pelas referências bibliográficas, pela troca que a nossa amizade permite. Espero que possamos desenvolver projetos juntos. Aceitas o desafio de escrevermos em conjunto um livro?

Gostaria de estender o meu agradecimento aos professores da UERJ que ministraram as disciplinas que eu cursei no doutorado. À Jorgete e à Fátima, secretárias do PROPEd, que me atendem com carinho e profissionalismo. Se não fossem vocês estaria perdido em meio aos papéis. Aos colegas das diferentes turmas e dos diferentes grupos de pesquisa. Ao Ednardo Monti e Kátia Maria Soares e Andrea Miguel Abrantes pelo constante incentivo.

Reconheço a importância da contribuição da professora Ana Chrystina Venâncio Mignot, que fez parte da banca de qualificação desta tese. Ao meu orientador Roberto Luís Torres Conduru, pela autonomia que me permitiu formular hipóteses que foram testadas neste trabalho. Às professoras titulares da banca examinadora da tese: Ângela Maria Souza Martins e Dayse Hora, presentes na minha formação desde o mestrado em Educação na UNIRIO. Lia Faria, presente na caminhada do doutorado na entrevista de seleção, no grupo de pesquisa, como professora de disciplina optativa e agora banca de exame de tese. À professora Libânia Nacif, que abriu um dia em sua agenda, para estar presente contribuindo com suas reflexões na banca examinadora da tese. Às professoras suplentes: Maria Celi Vasconcellos e Iolanda de Oliveira, que se prontificaram a ler o material e contribuir carinhosamente. À Alexandra Lima que também disponibilizou datas para fazer parte da banca caso fosse preciso. Em último lugar e não menos importante, gostaria de agradecer aos meus alunos do Ensino Fundamental, de quem roubei tempo, para escrever e estudar, mas que souberam compreender que eu devolveria o tempo com aulas com mais conhecimento. À CAPES pela bolsa de estudos que me foi concedida, (bolsa de doutorado) auxiliando na compra de livros.

Olhai para os lírios do campo, como eles crescem; não trabalham nem fiam.

Mateus 6.28.

RESUMO

RIBEIRO NETO, Alexandre. *Fios do novelo:* crianças negras, educação e trabalho em Vassouras, 1871 a 1910. 2015. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Nosso trabalho analisa o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras, de 1871 a 1910. Intencionamos unir as reflexões do campo da História e da História da Educação, para compreender a organização da sociedade e a inserção da escola nessa cidade, destacando a presença das crianças negras nos bancos escolares. Para conhecer a organização social de Vassouras dialogamos com Raposo (1978) e Stein (1990), dois historiadores cujas obras marcam a história da cidade. Seguindo a mesma trilha, analisamos a produção dos historiadores ligados ao Vale do Paraíba, tais como: Salles (2008), Muaze (2008) e Gomes (2006) para compreender a formação das famílias e seus títulos de nobreza. Também dialogamos com os professores Góes e Florentino (1997) e Mattos (1998) para compreender a formação da família escrava e o significado da liberdade. Na História da Educação destacamos os estudos desenvolvidos por: Gondra e Schueler (2008), que sinalizam que há poucos estudos sobre o processo de escolarização de negros, afrodescendentes e índios no período imperial. Esse quadro apontado pelos autores citados anteriormente já começou a mudar. O estudo de Silva (2000) sobre a escola para meninos negros na Corte foi um dos pioneiros na perspectiva histórica. Igualmente desbravador do campo foi a pesquisa realizada por Barros (2005) sobre o processo de escolarização de negros em São Paulo. Os trabalhos de Fonseca (2002 e 2009) desmistificam a tese de ausência de crianças negras nas escolas das Gerais. Gonçalves (2005) faz um balanço da questão e apresenta novas lacunas em áreas onde ainda não há pesquisas sobre os negros na Educação, entre elas a província do Rio de Janeiro. Este estudo buscou preencher essa lacuna a partir de documentos que se encontravam em diferentes acervos da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Nessas instituições coletamos: pedidos de Soldada, o jornal *O Vassourense*, verbetes de dicionários tecnológicos de Direito e verbetes do dicionário bibliográfico Velho Sobrinho. Em Vassouras encontramos os Mapas de Frequência Escolar e os Ofícios remetidos ao diretor da Instrução Pública. O processo histórico de educação dos libertos, iniciado com a Lei do Ventre Livre em 1871, em Vassouras pode ser acompanhado pelos Mapas de Frequência Escolar, e esses documentos nos permitem acompanhar até que idade essa criança negra permanecia na escola e também conhecer a sua saída para o mundo do trabalho. O ano de 1910 foi estabelecido para acompanhar o movimento interno, da própria documentação existente nos acervos de Vassouras, que após esse período apresentavam lacunas que dificultavam a montagem de uma série que permitisse uma análise das questões educacionais em paralelo com as questões sociais e econômicas. Adotamos como suporte teórico metodológico o Paradigma Indiciário proposto por Ginzburg (1989), que busca reconstruir as sociedades de tempos pretéritos a partir de vestígios, pistas e indícios presentes nos documentos. Também nos auxiliaram na leitura dos documentos os livros escritos por Elias (1993, 1994, 2000 e 2001), nos quais buscávamos base para ler o mundo das letras e o mundo do trabalho da sociedade vassourense no final do Império e início da República.

Palavras-Chaves: Crianças Negras. Educação. Trabalho. Vassouras.

ABSTRACT

RIBEIRO NETO, Alexandre. *Strands of yarn:* black kids, education and work in Vassouras, from 1871 until 1910. 2015. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Our work analyzes the process of education of black children in Vassouras from 1871 until 1910. We want to unite the reflections the field of History and the History of Education, to understand the organization of society and the insertion of the school in this city, highlighting the presence of black children in school benches. To meet the social organization the Vassouras the way we deal with Raposo (1978) and Stein (1990) two historians, whose works mark the history of the city. Following the same trail, we analyze the production of historians connected with the Paraíba Valley, such as: Salles (2008), Muaze (2008) e Gomes (2006) to understand the formation of households and their titles of nobility. Also have dialogue with teachers Góes e Florentino (1997) e Mattos (1998), to understand the formation of the slave family and the meaning of freedom. In the History of Education the studies developed by: Gondra and Schueler (2008), that demonstrated there are few studies on the process of education of blacks, afrodescentes, and indians in the imperial period. This situation pointed to by the authors mentioned above has already begun to change. The study of Silva (2000) about school for black boys in Corte, he was one of the pioneers in historical perspective. Also the innovative went to field research conducted by Barros (2005) on the process of schooling of blacks in São Paulo. The works of Fonseca (2002, 2009) demystify the thesis of the absence of black children in schools of Gerais. Gonçalves (2005) takes stock of the matter and introduces new gaps, in areas where there is still no research on blacks in education, including the province of Rio de Janeiro. This study contributes to fill up the blank, from documents that were in different collections of the city and State of Rio de Janeiro. . These institutions collect: requests for Soldada, the newspaper O Vassourense, technological dictionary articles of law and bibliographic dictionary entries Velho Sobrinho. In Vassouras we found the maps of school attendance and the offices referred to the Director of public instruction. The historical process of education of Freedmen, started with the law of the Free Belly in 1871, in Vassouras may be accompanied by Maps of school attendance, these documents allow us to follow up to what age this black child remained at school, and also meet its output to the world of work. The year 1910 was established to monitor the internal movement, the existing documentation in collections of Vassouras, after this period had gaps that made it difficult to mount a series, that would allow an analysis of the educational issues in parallel with the social and economic issues. Adopt as theoretical methodological support Evidence Paradigm propose by Carlo Ginsburg (1989), that seek to rebuild societies from time gone by, from traces, clues and evidence present in the documents. Also assisted us in reading the documents the books written by Elias (1993, 1994, 2000 e 2001), in which we were looking for a basis for reading the world of letters and the working world of the vassourense society at the end of the Empire and early Republic.

Keywords: Black kids. Process of education. Working World. End of the Empire. Vassouras.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Mapa de Vassouras..... 38

Ilustração 2 - Comprovante de Matrícula..... 104

Ilustração 3 - Mapa de Frequência Escolar..... 122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Libertos por Gênero..... 47

Gráfico 2 - Estado Civil dos Libertos..... 49

Gráfico 3 - Cor dos Sexagenários..... 50

Gráfico 4 - Alforriados por Família..... 53

Gráfico 5 - Contratação por Senhores..... 100

Gráfico 6 - Filhos da mesma família contratados por Soldada..... 102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Libertos Por Gênero.....	47
Tabela 2 -	Estado Civil dos Libertos.....	48
Tabela 3 -	Cor dos Sexagenários.....	52
Tabela 4 -	Quantidade de libertos por família.....	54
Tabela 5 -	Profissões dos Libertos.....	62
Tabela 6 -	Matrícula por Município.....	68
Tabela 7 -	Escolas por Freguesia.....	68
Tabela 8 -	Escolas Subvencionadas por Freguesias.....	82
Tabela 9 -	Soldadas por Fundo/Coleção.....	91
Tabela 10 -	Filhos da mesma família contratados por Soldada.....	101

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	**FIOS:** UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VASSOURAS, 1871-1910.....	34
1.1	**Grossos fios de algodão: a fundação da cidade de Vassouras**.....	37
1.2	**Fios de Juta: a comunidade de velhos africanos em Vassouras**.....	51
1.3	**Fios de urdume: os indícios do processo de escolarização de crianças negras em Vassouras**	70
2	***TRAMAS: A PRESENÇA DE CRIANÇAS NEGRAS NO MUNDO DO TRABALHO***.....	97
2.1	**Juntando as letras para formar palavras: as definições de Soldada**.....	98
2.2	**Nas malhas da lei: os pedidos de Soldada de crianças negras**.....	105
3	**ESTAMPAS: A PRESENÇA DE CRIANÇAS NO MUNDO DAS LETRAS**....	121
3.1	**Os Mapas de Frequência Escolar**	127
3.2	**Estampas formadas pelos fios no tecido: dos nomes das crianças negras**.....	132
3.3	**Deitando remendos num velho pedaço de Chitão: seguindo as crianças negras nos Mapas de Frequência Escolar**.....	139
3.4	**A trajetória de Ataliba Gomes Coelho: o professor dos alunos negros**.....	151
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
	REFERÊNCIAS.....	171

INTRODUÇÃO

Nos campos onde cresciam lírios havia também escravos, alguns eram crianças que trabalhavam na lavoura de café. Havia meninos e meninas contratados à Soldada, outros eram filhos de mãe escrava que seguiam na lida, sem paga, sem nada. Porque não estavam na escola? Havia escolas para todos? O que a escola ensinaria seria tão significativo que mudaria a vida dessas crianças?

Na historiografia da Educação elas ficaram marcadas pela ausência nos bancos escolares durante o século XIX. Em 1854, quatro anos após a Lei Euzébio de Queirós, que proibiu o tráfico atlântico de escravos, o Regulamento Couto Ferraz[1] proibiu a matrícula de escravos nas escolas primárias e secundárias da Corte do Rio de Janeiro. Alguns pesquisadores confundiram negros com escravos, outros não foram aos arquivos e seguiram à risca o regulamento. O mundo do trabalho não era tão distante do mundo dos livros. Havia interdições, mas também brechas que permitiram a passagem dos indivíduos de um mundo para o outro.

Separada no tempo da reforma anterior por 25 anos, a Reforma Leôncio de Carvalho, votada em 1879, apresentava permanências do pensamento educacional, pois manteve a obrigatoriedade escolar, a proibição de matrícula para escravos e facultando a presença dos libertos nas escolas. Ela apresentava também rupturas ao propor a criação de jardins de infância para criança de três a sete anos, criação da Caixa Escolar, Biblioteca e Museu Pedagógico. Contudo, uma questão de peso nesse período era a participação política. Tanto Andre Paulo Castanha[1] como Alceu Ravanello Ferraro apontam na mesma direção, indicando que a ampliação da participação política no Brasil esbarrava no grande número de analfabetos[2].

Como diferenciar um negro livre de um escravo de ganho? Negros livres, escravos de ganho transitam pelas ruas do Rio de Janeiro, sem contar os que fugiam e buscavam um

---

[1] Ver Castanha, André Paulo. *Edição crítica da legislação educacional primária e secundária do Brasil Imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889.* Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste - *campus* de Francisco Beltrão). Campinas: Navegando Publicações, 2013.

[2] Ver FERRARO, Alceu Ravanello. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez: 2009. No terceiro capítulo dessa obra que será analisado mais detidamente, o autor apresenta a construção social do analfabetismo como questão nacional, situando o seu marco cronológico inicial no ano de 1878, ano da discussão na Câmara dos Deputados, da Reforma Educacional de Carlos Leôncio de Carvalho, publicada através de Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879.

zungú[3] – um pouso para o descanso, alimento e diversão. Eles trabalhavam nas ruas, no comércio, nas obras públicas, não poderiam estar nas Escolas de Primeiras Letras? A possibilidade de tê-los presentes em diferentes instituições não é mera conjectura.

Casa grande e senzala de Gilberto Freire, e *Menino de engenho*, de José Lins do Rego, cada um a sua maneira, nos apresenta o meio rural com suas festas, quermesses, ladainhas e salve-rainhas. Os mais sérios hão de torcer o nariz, pois não se mistura História com Literatura. Baixemos a bandeira do julgamento, ergamos a da compreensão.

Há trabalhos em História da Educação que usam a Literatura como fonte documental de pesquisa e dialogam com a História, sobretudo com os trabalhos produzidos pela Nova História Cultural. Recorremos a Antônio Cândido que nos apresenta *a ficção como conhecimento inicial da realidade* (CÂNDIDO, 2006, p. 142).

Lucien Febvre (1975) nos ajuda a ampliar a definição de fontes documentais de pesquisa e do fazer historiográfico ao dizer que:

> Sem dúvida, a história se faz com documentos escritos. Mas também, pode ser feita, deve ser feita sem documentos escritos, se estes não existem. Com tudo o que a criatividade do historiador pode permitir a você usar para fabricar seu mel, na ausência das flores habituais. Portanto, com palavras. Com sinais. Com paisagens e com peças. Com o formato dos campos e com ervas daninhas. Com eclipses da lua e arreios. Com exames especializados de rochas feitos por geólogos e com análises químicas de espadas de metal. Em uma palavra: com tudo que é do ser humano, depende do homem, serve ao homem, expressa o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e os costumes do homem[4] (FEBVRE, 1975, p.232).

March Bloch, amigo do historiador acima, também aponta na mesma direção ao propor que o objeto de estudo da História são os homens. Para acessar as ações dos mesmos no passado, o historiador poderia usar diferentes documentos, farejando as instituições por eles criadas, buscando encontrar a sua caça.

> Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um

[3] Ver Soares, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumor de muitas vozes.* Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

[4] A citação encontra-se no livro *Combates por la História* escrito por Lucien Febvre, publicado em 1975, pela editora espanhola Airel Quincenal. Como a versão em português encontra-se esgotada nas livrarias e até mesmo nos sites especializados, optamos pela tradução livre do texto para ampliar a sua compreensão.

> serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça (BLOCH, 2001, p. 54).

March Bloch e Lucien Febvre concordam no que diz respeito à ampliação de fontes documentais de pesquisa. Contudo, diferem na escolha dos objetos de pesquisa e na sua abordagem. Bloch, influenciado pela sociologia durkheimiana, pretendia estudar os grupos humanos e não os indivíduos para conhecer as permanências e as rupturas da sociedade. Desta maneira, compreendemos o motivo da correção feita pelo autor, retirando a palavra homem do singular e colocando-a no plural. Lucien Febvre, ao contrário, influenciado pela Antropologia e pela Sociologia pretendia estudar a religiosidade dos indivíduos para reconhecer neles as características da sociedade da qual fazem parte.

Reconhecemos os distanciamentos e as aproximações possíveis entre a ficção e a história. Mas o que transforma um pedido de Soldada, um jornal, ou mesmo um testamento em documento histórico é o uso que fazemos deles para reconstruir sociedades pretéritas. Jacques Le Goff nos lembra que:

> O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2003, p. 537-38).

Para conhecer o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras foi necessário ampliar as fontes documentais do *Corpus Documental,* inicialmente composta por: pedidos de Soldada, arquivados no Centro de Documental Histórica de Vassouras; no Arquivo Nacional, os pedidos de Soldada do Rio de Janeiro; Mapas Escolares, guardados no IPHAN de Vassouras; Relatórios do Presidente de Província, disponíveis na internet e também no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; o Recenseamento de 1872, sob a guarda do IBGE e também, disponível na internet. O periódico *O Vassourense*, que integra o rico acervo de jornais da Biblioteca Nacional; na mesma instituição, consultamos os dicionários Bibliográficos: Velho Sobrinho e Sacramento Blake. No Instituto dos Advogados do Brasil, consultamos dicionários jurídicos que nos ajudaram a acompanhar as modificações ao longo do tempo do conceito de Soldada. A esse conjunto de fontes acrescentamos a carta da Comissão de Libertos de Pati de Alferes enviada a Rui Barbosa em 1889, sob a guarda da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, e o Almanaque Laemmert disponível em versão digital na internet.

Os documentos foram selecionados a partir das perguntas que elaboramos durante a pesquisa e a leitura dos textos produzidos por outros pesquisadores que se dedicam à análise do tema. Havia perguntas que um único documento não respondia, pois as lacunas são socialmente produzidas. Na História elas não são fruto do mero acaso. Na História da Educação não seria diferente.

Nas leituras que fizemos durante a dissertação de mestrado sobre o projeto católico de educação de meninas pobres, no final do Império, percebemos que havia uma lacuna sobre a educação dos filhos de mães escravas. Anotávamos cada referência e seguíamos em frente. No momento em que fazíamos a versão final da dissertação, percebemos que tínhamos pistas que poderiam formar um artigo para publicação em revista ou apresentação em congresso. Aos poucos, essas pistas não deram origem a um artigo. Elas se transformaram no projeto de doutorado.

O projeto sofreu muitas modificações. Intencionava conhecer o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras contratadas à Soldada, no período de 1889 a 1930. Contudo, um documento encontrado na Fundação Casa de Rui Barbosa, nos fez mudar os marcos cronológicos da pesquisa.

Iniciamos a pesquisa em 1871 e terminamos em 1910. O último marco cronológico foi estabelecido pela consistência da documentação que levantamos. Após esse ano, não conseguimos formar uma série documental que nos permitisse acompanhar o movimento da sociedade, com suas mudanças e permanências. Quando encontramos informações nos jornais, não havia pedidos de Soldada. O mesmo raciocínio pode ser estendido aos Mapas de Frequência Escolar, remetidos pelos professores ao Diretor de Instrução Pública. Temendo que alguns indícios nos levassem a outros que nos afastassem do problema eleito inicialmente, fizemos esse corte delimitando a pesquisa aos anos de 1871 a 1910.

Nosso novo marco cronológico inicial é o ano de 1871, em decorrência da assinatura da Lei do Ventre Livre e as discussões das propostas sobre a educação dos filhos de mães escravas.

> Ao grande cidadão Ruy Barbosa.
> Comissionados pelos nossos companheiros, libertos de várias fazendas próximas à estação do Paty, município de Vassouras para obtermos do governo Imperial educação e instrução para os nossos filhos, dirigimo-nos à Va. Excia. Pedindo o auxílio da invejável ilustração e do grande talento de Va. Excia. verdadeiro defensor do povo e que d'entre os jornalistas foi o único que assumiu posição definida e digna, em face dos acontecimentos, que vieram enulutar nossos corações de patriotas. A lei de 28 de setembro de 1871 foi burlada e nunca posta em execução quanto a parte que tratava da educação dos ingênuos (CARTA À RUI BARBOSA, 1889, p.1).

A carta foi escrita em 1889, para Rui Barbosa, pela comissão dos libertos composta por Quintiliano de Avellar, que ao lado do seu nome, entre parênteses, encontramos a palavra *preto*, evidenciando o componente racial, fazendo menção ao seu passado ligado ao mundo dos escravos; nenhum outro componente da comissão se autodefiniu como ele. Os demais membros que assinam em conjunto o documento são: Ambrósio Teixeira, João Gomes Batista, Francisco de Salles Avellar, José dos Santos Pereira, Ricardo Leopoldino de Almeida e Sergio Barboza dos Santos. Cabe lembrar que todos são libertos. Teria Quintiliano de Avelar usado a sua cor como forma de distingui-lo dos demais membros da comissão?

Uma das contribuições da nossa pesquisa é a discussão metodológica de como conseguimos acessar a cor dos indivíduos nos documentos que integraram o Corpus Documental do nosso trabalho.

O livro de Hebe Maria Mattos *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista* é um divisor de águas na pesquisa histórica sobre escravidão no Brasil. Publicado pela primeira vez pela editora Nova Fronteira em 1998, o livro é resultado da pesquisa de doutorado da historiadora na Universidade Federal Fluminense (UFF) sob a orientação de Maria Yedda Linhares. Sob a mesma orientação, a autora no mestrado se debruçava sobre: censos demográficos, inventários, registros paroquiais, processos-crimes, para recolher pistas sobre o passado das relações constituintes do mundo do trabalho, trazendo à baila a vida de pequenos trabalhadores livres e pobres em Capivari, hoje município de Silva Jardim. Assim nascia, em 1985, *À margem da história: homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo*. A dissertação foi publicada com o título *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Em 2009, o livro ganhou nova edição revista e ampliada.

Junto com José Roberto Góes, Manolo Florentino, João Fragoso, Sheila de Castro Faria, Ana Lugão Rios, Sidney Chalhoub, Ronaldo Vainfas, entre outros, constitui um conjunto de autores que iniciou seus estudos sobre a escravidão na década de 1980 e as suas reflexões abriram novas perspectivas para a interpretação da escravidão no Brasil. Após as pesquisas realizadas por eles, outras gerações vieram, ora orientada por eles, ora dialogando com os estudos por eles realizados. Não podemos esquecer os historiadores: Ciro Cardoso e Luiz Felipe de Alencastro e Robert Slenes.

Seria um esforço muito grande apresentar um balanço historiográfico sobre o campo dos estudos históricos sobre a escravidão, pela crescente produção do campo e também por não se constituir objeto central da nossa reflexão. Com esses principais nomes, podemos caminhar em nosso estudo com alguma segurança, na medida em que nosso objeto de

pesquisa tem uma interface na História, sobretudo nos estudos desenvolvidos sobre a escravidão.

Realizada a digressão necessária para situar o pensamento de Hebe Mattos, que marcou os estudos sobre a escravidão, nos cabe agora discutir como sua pesquisa dialoga com o nosso objeto. A autora declara que ao longo do século XIX a cor lentamente foi desaparecendo dos registros, o que dificultava a realização dos estudos sobre negros e afrodescendentes.

> O sumiço do registro da cor consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes, ocorridos no século XIX, do ponto de vista do pesquisador. Todos que tentaram trabalhar com a história do negro, após o fim do cativeiro, já se decepcionaram com a quase impossibilidade de alcançá-los, seja trabalhando com processos-crimes e até mesmo com registros civis (MATTOS, 1997, p. 97).

Nas fontes documentais de pesquisa que selecionamos, conseguimos distinguir os indivíduos negros dos pardos de maneira indireta. Vejamos o exemplo abaixo através do pedido de Soldada:

> Diz Caetano da Rosa Martins fazendeiro, residente neste município, que deseja tomar em serviço os menores João, Manoel e Jovita, o primeiro de 15, o segundo de 13 e o terceiro de 10 anos de idade, filhos naturais da liberta Maria Theresa, a qual não tem bons costumes. O suplicante se propõe a pagar de soldada durante o prazo de cinco anos, pelos serviços do primeiro 5$000 pelos serviços do segundo 3$000, pelos serviços do terceiro 2$000, mensalmente, obrigando-se a educá-los, alimentá-los e vesti-los e recolher a importância de seus salários a caderneta da Caixa Econômica Estadual em prestações trimestraes. O suplicante que pede contratar o serviço desses menores, independentemente da intervenção de tutor, por isso que tal forma é a que mais se coaduna com a Ord. Lei 1ºV 88s13, tanto assim que autuam no formulário ao seo ‘Roteiro dos Orphãos’ não faz figurar no termo de locação de serviços senão o juiz e a parte, que se propõe a tomar o menor ou orphão a soldada nestes termos. Pede deferimento, lavrando-se o competente termo. (PEDIDO DE SOLDADA, 08/03/1895, p. 2).

Realizamos uma leitura a contraprelo e a partir da condição de liberta da mãe inferimos que estamos diante de uma criança negra ou parda. Mesmo na carta da Comissão dos Libertos de Paty de Alferes, apenas um indivíduo se declarou *preto*, assumindo todos os riscos que a designação possuía. Os Mapas de Frequência também silenciam sobre a cor dos indivíduos matriculados. Porém encontramos um mapa do professor Ataliba Gomes Coelho onde conseguimos identificar que os alunos são negros ou pardos, pois, ao lado de seus nomes, o professor escreveu a palavra *liberto*, fazendo menção ao passado escravo de sua família. Se a cor desapareceu dos registros paroquiais, testamentos *post-mortem*, processos

criminais, outros documentos, que não esses, nos possibilitam inferir que estamos tratando de negros, pardos e afrodescendentes.

No Capítulo 2 do nosso estudo exploraremos os nomes dos negros escritos nos Mapas de Frequência enviados pelas escolas de Vassouras em outros documentos. Atentando para a ausência de sobrenome, que juntamente com as palavras escritas ao redor configuram indícios de sua liberdade recente, de seu passado no mundo do trabalho e evocam a condição étnica dos indivíduos. Por ora, atentemos para algumas questões metodológicas.

A carta da Comissão dos Libertos de Paty de Alferes é um dos poucos documentos que possuímos no *corpus documental* do trabalho, no qual os negros falam. Nos processos de Soldada não ouvimos nem a voz da criança nem da mãe. As vozes que ressoam desses documentos são dos contratantes do serviço e do Juiz de Órfãos. O mesmo se pode dizer dos Mapas de Frequência Escolar de Vassouras, e deles extraímos o testemunho dos professores. As crianças permanecem em silêncio.

A carta da Comissão dos Libertos de Paty do Alferes nos vincula à "História Vista de Baixo". No mestrado, um dos membros da banca avaliadora da dissertação nos disse que não poderíamos adotar essa postura teórico-metodológica porque os documentos que selecionamos sobre as meninas desvalidas não apresentavam o testemunho delas sobre a educação católica que recebiam no Educandário Nossa Senhora da Piedade, em Paraíba do Sul, no período de 1925 a 1930.

Em outro documento que nos permite ouvir a voz dos negros, uma reportagem do periódico *O Vassourense*, que usaremos no Capítulo 3 do nosso trabalho, os libertos foram casados de maneira errada, pois a cerimônia coletiva realizada pelo pároco local inverteu os nubentes, causando grande confusão. Eles que leram o documento e perceberam que o religioso havia cometido um erro. Sendo capazes de ler o documento expedido pela Igreja, demonstram que sofreram um processo de escolarização. Não podemos esquecer que a reportagem do periódico apresenta a denúncia do redator; embora ouçamos os libertos é este quem conduz à narrativa e reproduz a voz dos libertos.

Na carta dos libertos não. Ela é um documento raro, pois da mesma forma que os processos criminais, ela permite conhecer as ideias, sonhos e projetos dos libertos. March Bloch e Lucien Febvre[5] nos diriam que esse documento nos permite conhecer a *Outilage Mental*. Maria Cristina Cortez Wissembach analisou as cartas escritas por escravos e forros em São Paulo, no período de 1850-1880, em seu livro *Sonhos africanos vivências ladinas.*

[5] Ver Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e Metodologia.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Como se pode ver não somos os primeiros a usar documentos que permitam aos negros apresentarem por si mesmos o seu mundo. Eugene D. Genovese em seu livro *A Terra prometida*: *o mundo que os escravos criaram*, nos estudos sobre a escravidão, esse trabalho foi um dos pioneiros nesse caminho, que coloca os negros como sujeitos na história, ao recuperar a voz dos negros nos documentos e usá-la metodologicamente. Também não quer dizer que estejamos na mesma perspectiva dos estudos do cotidiano educacional. Filiamos-nos a outro campo de pesquisa – a História da Educação. Esse documento será lido sob a perspectiva da "História Vista de Baixo".

Jim Sharpe nos diz que a corrente historiográfica denominada "História Vista de Baixo" apresenta a versão do soldado raso do acontecimento e não a dos comandantes.

> Durante as duas últimas décadas, vários historiadores, trabalhando em uma ampla variedade de períodos, países e tipos de história, conscientizaram-se do potencial para explorar novas perspectivas do passado proporcionadas por fontes como a correspondência do soldado Wheeler com sua esposa, e sentiram-se atraídos pela ideia de explorar a história, do ponto de vista do soldado raso, e não do grande comandante (SHARPE, 1992, p. 40).

Na História da Educação alguns trabalhos ainda apresentam a visão dos comandantes, por alguns motivos. Vamos apresentar dois: o primeiro, por refletir a postura ideológica de quem escreve; o segundo, pela ausência de fontes documentais de pesquisa, embora seja a vontade do pesquisador, os documentos utilizados por ele não lhe permitem essa abordagem do objeto analisado.

> [...] Quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstituir a experiência das classes sociais inferiores, mas restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição. Como veremos, um excelente trabalho tem sido feito com relação aos materiais que realmente persistem para os tempos primitivos, mas o problema é real: os diários, as memórias e os manifestos políticos, a partir dos quais podem ser reconstituídas as vidas e as aspirações das classes inferiores, são escassos, antes do final do século dezoito, com exceção de alguns poucos períodos (SHARPE, 1992, p. 43).

Há aproximações e distanciamentos entre a "História Vista de Baixo" e a "Micro-história", que são os suportes teórico-metodológicos desta pesquisa. Uma das aproximações existentes entre as duas correntes é que ambas se interessam pelos indivíduos anônimos. Tanto uma vertente quanto a outra se ocupa de sujeitos que não foram consagrados como objeto de estudo, que figuram como uma grande massa na história, sem contornos específicos. As crianças negras e o seu processo de escolarização é um desses temas. Alguns pesquisadores voltaram seus olhos para as instituições escolares modelares, como o Imperial

Colégio Pedro II e os processos educacionais da elite brasileira. Nas páginas que se seguem, os anônimos entram em cena. As crianças negras vão sair dos bastidores e timidamente ocuparão o lugar central do palco e não da plateia.

O processo de escolarização de crianças negras não é uniforme. Cada região apresenta características singulares. Propomos-nos a analisá-lo em Vassouras, revelando seus contornos e também as suas contradições. Estabelecendo aproximações e distanciamentos com o estudo de Marcus Vinícius Fonseca em Minas Gerais no século XIX.

Ao longo dos capítulos do nosso trabalho vamos apresentar o diálogo com os autores através dos seus trabalhos, para contribuir com a ampliação do quadro sobre a história da escolarização do negro no Brasil, que ainda aguarda outros estudos sobre áreas do Norte, Nordeste. Sobre a região Sul encontramos o trabalho de Viviane Inês Weshenfelder apresentado em 2011, no XXVI Simpósio Nacional de História na USP, do qual também participamos, apresentando o nosso projeto de pesquisa. Em 2012, a mesma autora apresentou os resultados da sua pesquisa na Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação (ANPED) região Sul. Em fase de conclusão, temos o trabalho de Graciane D. Sebrão sobre educação de africanos e afrodescendentes em Santa Catarina 1850-1888.

O Paradigma Indiciário consiste em seguir pistas, vestígios e pequenos fragmentos das ações dos homens do passado. Ginzburg (1989) usou os livros lidos por Domenico Scandela, vulgo *Mennocchio,* para conhecer a origem de ideias tão distintas sobre a criação do mundo. Este as compartilhava com os demais camponeses da aldeia.

O nosso suporte teórico metodológico para interrogar as fontes documentais de pesquisa é o Paradigma Indiciário. Ele faz parte da tendência historiográfica conhecida entre nós como Micro-História. Tanto Ronaldo Vainfas como Henrique Espada Lima apresentam a origem da "Micro-história". Ela possui outras ferramentas analíticas, como a circularidade cultural e a redução de escala. Contudo, nesse movimento estão presentes outros autores, além de Carlo Ginzburg. São eles: Carlo Poni, Edoardo Grendi e Giovanni Levi. Este último mais conhecido no Brasil, tanto pela circulação de seus livros e textos traduzidos, como pelas suas inúmeras palestras em universidades brasileiras.

Vainfas (2002) acrescenta ao debate sobre a "Micro-história" os recursos usados pelos historiadores dessa corrente historiográfica para compor seus textos, expondo e revelando detalhes pequenos dos enredos[6], trazendo novos olhares para os que já conheciam a história apresentada.

[6] Margarida de Souza Neves, Sidney Chalhoub e Leonardo A. de Miranda Pereira organizaram o livro *História em cousas miúdas*, publicado pela editora da Unicamp em 2005. Sidney Chalhoub, nesse livro, analisa a série

Ao contrário da "História Vista de Baixo", corrente historiográfica apresentada por Jim Sharpe, os historiadores da corrente da "Micro-história" possuem outro repertório de fontes documentais de pesquisa, nas quais buscam indícios sobre a presença dos homens de tempos pretéritos.

> O gênero da micro-história, pelo contrário, se ancora em uma pesquisa exaustiva de fontes, por vezes muito variadas, o que se combina com a exposição narrativa e descritiva dos casos. O fato de não raro a narrativa evitar, propositadamente, a demonstração empírica e esmiuçada das evidências, privilegiando os resultados por meio de um discurso literário, pode muito bem levar a confusões que a micro-história transforma a verdadeira história em ficção. [...] A micro-história, na verdade, não inventa fatos, embora especule muito, passando ao leitor as dúvidas do historiador e os dilemas miúdos da pesquisa, contribuindo, por meio desse procedimento, para adensar o clima novelesco de muitos enredos. Mas se bem-feita, como todo trabalho de história bem-feito, a micro-história não inventa nada. Apega-se obsessivamente às mínimas evidências que a documentação pode fornecer para dar vida a personagens esquecidos e desvelar enredos e sociedades ocultadas pela história geral (VAINFAS, 2002, p. 102).

O Paradigma Indiciário nos auxiliou a coletar as fontes. Contudo, percebemos que não conseguimos ler a sociedade vassourense apenas com o seu suporte. Desta forma, recorremos a Norbert Elias para compreender o processo civilizador em curso conduzido pelo Estado Imperial, no qual a escola é uma das instituições normatizadoras dos modos de viver.

> Teoricamente, por conseguinte não é difícil dizer qual a diferença entre um processo civilizador individual considerado bem-sucedido e outro julgado mal-sucedido. No primeiro caso, depois de todas as dores e conflitos do processo são finalmente estabelecidos um padrão de conduta bem-adaptado ao contexto das funções sociais adultas, um conjunto de hábitos de funcionamento satisfatório e simultaneamente – o que não é resultado inevitável das duas primeiras condições – um balanço positivo de prazer (ELIAS, 1994, p. 206).

O processo civilizador buscou estabelecer um padrão social de conduta. A criança filha da elite vassourense não passava por esse processo da mesma forma que os filhos dos libertos. A proposta educativa dos filhos da elite vassourense, expressa no currículo, era diferente. Quando no início das aulas, as escolas particulares de Vassouras publicavam nos

---

de crônicas "A + B" de Machado de Assis publicada na *Gazeta de Notícias* de setembro a outubro de 1886. Nela, o autor, através do narrador João de Regras, analisa o cotidiano dos momentos finais do Império. "Afinal, que cousa graúda é essa que alinhavava as cousas miúdas e conferia sentido ao tempo?". Ver CHALHOUB, 2005, p. 84. Marco Cícero Cavallini analisa as crônicas machadianas publicadas em 1862 no *Diário do Rio de Janeiro*. Nelas, o grande destaque é o da construção da estátua equestre de D. Pedro I. "Junto com o Correio Mercantil, a Actualidade, o Diário do Rio atuava como órgão da opinião liberal na Corte durante a efervescência da década de 1860, atacando em suas páginas a política do regresso e reanimando os ideais da história do partido liberal". Ver CAVALLINI, 2005, p.502. Dessa maneira, temos um escritor mais jovem em seu início de carreira, analisando a política imperial, usando como pano de fundo as querelas sobre a construção da estátua equestre de D. Pedro I, e também, um Machado de Assis mais maduro com seu estilo aprimorado pelo exercício da escrita em diferentes jornais.

jornais os seus currículos com aulas de piano e francês. Desconfiávamos que ali não encontraríamos crianças filhas de mães escravas. Nossa desconfiança se confirmava quando pegávamos o Mapa de Frequência Escolar expedido pelo professor da escola. As crianças exibiam garbosos nomes compostos e vibrantes sobrenomes das melhores famílias da cidade. O Ensino Secundário e depois as faculdades de Direito, Medicina e Engenharia eram caminhos possíveis de serem percorridos pelos bem-nascidos.

Os filhos dos libertos frequentavam as Escolas de Primeiras Letras para aprender a ler, escrever e contar, permitindo, assim, a execução de tarefas simples e a obedecer às ordens. A escola deveria infundir valores morais através da fé católica e valorizar o trabalho. Caso contrário, seriam descritos como pequenos criminosos, tratados com suspeitas, da mesma maneira que seus pais um dia foram.

> [...] A criança que não atinge o nível de controle das emoções exigido pela sociedade é considerada como 'doente', 'anormal', 'criminosa', ou simplesmente 'insuportável' do ponto de vista de uma determinada casta ou classe e, consequência, excluída da vida da mesma. Na verdade, do ponto de vista psicológico, os termos 'doente', 'anormal', 'criminoso', 'insuportável' não têm dentro de certos limites outro significado. O modo como são compreendidos varia de acordo com os modelos historicamente mutáveis de formação de afetos (ELIAS, 1993, p. 146).

Embora não constituam como fontes documentais de nossa pesquisa, os processos criminais movidos pelos senhores de escravos nos permitem ver como alguns são descridos como: rebeldes, altivos e insubordinados. Através da escola, o processo civilizador deveria formar indivíduos capazes de controlar suas emoções e isso significava que os filhos dos libertos deveriam se submeter ao trabalho com vigor e destreza. Sidney Chalhoub destaca a educação como um fator importante na formação da classe trabalhadora, pois incutia nas mentes dos novos cidadãos o valor civilizatório do trabalho.

> Educar significa incutir no indivíduo 'essas grandes qualidades que tornam um cidadão útil e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos'. Ora, que grandes qualidades são essas que fazem de um indivíduo um cidadão 'útil' de 'caráter'? O amor e o respeito religioso, a propriedade são, sem dúvida, qualidades fundamentais do bom cidadão. [...] Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida 'civilizada' (CHALHOUB, 2001, p. 69).

Entre os motivos que separavam as crianças de seus pais, os escritores mencionam: fugas, alforrias, vendas, partilha de bens e doações. No mesmo texto, encontramos indícios sobre a entrada das crianças no mundo do trabalho.

> Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama. Alguns haviam começado muito cedo. O pequeno Gastão, por exemplo, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas leves nas fazendas de José de Araújo Rangel. Gastão nem bem se pusera de pé e já tinha um senhor (GÓES; FLORENTINO, 2006, p. 184).

Renato Venâncio também interrogava a infância das crianças negras e pardas no Brasil. Diferentemente de Góes e Florentino, o autor buscou conhecer a infância dos negros e pardos, partindo da Casa dos Expostos. O autor destacava a importância da Lei do Ventre Livre no processo de escolarização das mesmas.

> Em 1871, a Lei do Ventre Livre ampliou a assistência aos bebês nascidos no cativeiro e cujos senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos. Uma vez confirmados os maus-tratos, os filhos das escravas deviam ser enviados a 'Casa dos Expostos' e a pessoas a quem os Juízes de Órfãos encarregarem a educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos para tal fim. (VENÂNCIO, 1999, p. 35).

O falecimento do pai também poderia dar início ao processo de tutela. Quando ocorria o abandono, cabia ao juiz de Órfãos a guarda da criança, que permita que famílias de comerciantes, médicos e militares adotassem essa criança.

O tutor recebia a guarda da criança e deveria prestar contas à justiça. A tutela também poderia ser removida, devido aos maus tratos, castigos físicos impetrados. No pedido de tutela não há uma prestação de serviços do menor de forma explícita, mas encontramos indícios de sua ocorrência. Quando o mesmo crescia, ingressava no mundo do trabalho prematuramente, através do pedido de Soldada.

Rizzini também voltou seus olhos para a precoce presença de crianças no mundo do trabalho, denunciando a antiguidade dos pedidos de Soldada.

> Essa é uma prática antiga no Brasil. Nos processos de Juízo de Órfãos, no início do século, e do Juízo de Menores, a partir da década de 1920, era comum meninas serem tiradas dos asilos, onde a família se responsabilizava em vestir, alimentar e educar a criança em troca de seu trabalho, depositando uma pequena soma em caderneta de poupança em seu nome (RIZZINI, 2011, p. 384).

No interior da província a escravidão deixava outra marca diferente da urbana e fazia outro desenho. Nele, encontramos negros e brancos imbricados em mandos e desmandos. Havia os que trabalhavam na lavoura, os que realizavam as tarefas domésticas e os que acompanhavam os filhos dos fazendeiros nas brincadeiras, ora brincando ora servindo de brinquedo e objeto da maldade dos pequenos sinhozinhos.

Nos relatos de Ina Von Binzer, em sua passagem pelo interior do Rio de Janeiro, encontramos crianças negras aprendendo o *abcd*, contrariando os primeiros estudos realizados em História da Educação, que não os viu e os colocou apenas no mundo do trabalho. Defendemos a hipótese de que as crianças não só brincavam juntas, elas aprendiam juntas. Os documentos que encontramos no IPHAN de Vassouras nos revelam essa possibilidade.

Levantamos a hipótese de que a Escola de Primeiras Letras era menos excludente do que os autores que analisaram as áreas no interior da província propuseram. Faltavam escolas para todos. O pequeno número de estabelecimentos escolares preocupava as autoridades imperiais e posteriormente as republicanas. Os *Relatórios do Presidente de Província* apresentam o esforço para aumentar o número de escolas. Desta forma, o grande número de analfabetos não era constituído somente por negros; havia brancos analfabetos também. Há indícios de escolarização de crianças negras que se perderam no tempo. A tarefa do historiador é trazer novamente o problema à baila e buscar nos arquivos pistas que nos ajudem a compreender o passado.

Nos campos da cidade de Vassouras não cresciam lírios. Na sesmaria concedida pela Coroa portuguesa a Francisco Rodrigues Alves, em novembro de 1782, cresciam pequenos arbustos usados na confecção de vassouras. Impressionado, o desbravador resolveu homenagear a vila, com o nome da vegetação que nela havia em abundância. Contudo, não foi à fauna exuberante, que crescia livre, nos morros em forma de meia laranja, que tornariam a cidade importante.

Os pequenos arbustos e outras árvores, que formaram a floresta foram derrubados para dar espaço à plantação de café. Os escravos abriram clareiras, fizeram roças, lentamente modificaram a paisagem natural. Os primeiros ranchos e fazendas foram construídos. Em pouco tempo, não mais era possível ver os arbustos que um dia impressionaram o donatário Francisco Rodrigues Alves, e a origem do nome da cidade se perdeu. Coube aos historiadores[7] trazê-lo de volta à cena para que o esquecimento não encubra silenciosamente esse período da história da cidade.

Vassouras é conhecida também como terra dos Teixeira Leite, dos Correia e Castro, dos Ribeiro de Avellar e dos Rocha Werneck. A riqueza produzida pelo café sustentou viscondes e barões, com seus distintos brasões. Ao subirmos e descermos as suas ladeiras nos

[7] Entre os historiadores da cidade que discutem a fundação da cidade citamos o estudo realizado por Lielza Lemos Machado, que recupera a origem do nome da cidade em seu livro *Vassouras: recanto histórico do Brasil.* Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2006.

deparamos com casas que foram construídas no século XIX. Algumas com suas fachadas preservadas, outras em completa ruína.

A riqueza dos barões se materializava em belas construções, simbolizando poder e prestígio. Na praça Barão de Campo Belo encontramos um conjunto que nos permite pensar como essa sociedade se projetava. O chafariz monumental, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o palacete do barão de Vassouras e a casa do barão do Ribeirão. Esses prédios são indícios da riqueza que o café produziu. Uma economia vibrante no interior do Rio de Janeiro. As melhores áreas da cidade foram ocupadas pelos seus filhos ilustres. Hoje se constituem em vestígios deixados pelos homens de tempos pretéritos. Eles presenciaram o apogeu e a ruína da cidade.

A produção historiográfica sobre a cidade nos permite conhecer diferentes áreas do seu passado, entre elas a Educação. Podemos dividir em cinco grupos os estudos realizados sobre Vassouras. No primeiro grupo encontramos os cronistas e viajantes cujos trabalhos constituem importante fonte documental para a realização dos estudos desenvolvidos atualmente. Nesse grupo encontramos os textos produzidos por: Charles Ribeyrolles, Saint-Hilaire e Ina Von Bizzer, entre outros.

No segundo grupo encontramos os memorialistas, entre eles, Affonso d´Escragnolle Taunay e Ignácio Raposo, autor da obra *História de Vassouras*, publicada pela Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. A edição que consultamos foi publicada em 1978, porém encontramos nas referências bibliográficas de Stanley Stein uma edição com data de 1935.

O terceiro grupo é composto pelo trabalho dos brasilianistas, ou seja, pesquisadores estrangeiros que voltaram os seus olhos para a América Latina, sobretudo para o Brasil, para compreender o seu processo na história de desenvolvimento. Os trabalhos de Stanley Stein são referência para os pesquisadores que se interessam pelos aspectos econômicos desenvolvidos em Vassouras.

O quarto grupo é composto por historiadores brasileiros ligados às universidades, que em suas dissertações e teses dedicaram-se à escravidão e à história agrária. Nem sempre seus trabalhos trataram especificamente de Vassouras. Eles elegeram o Vale do Paraíba, área geográfica na qual a cidade se situa. Gostaríamos de citar os trabalhos de Maria Yeda Linhares sobre História Agrária, e de João Fragoso – *Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-188).* Ana Lugão Rios e Hebe Mattos – *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Flávio dos Santos Gomes – *História de quilombolas: mocambos e comunidade de senzalas no Rio de Janeiro,*

século XIX. Mariana Muaze – *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império.* Ricardo Salles – *E o vale era escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.*

O quinto e último grupo é composto por pesquisadores da cidade ligados à Universidade Severino Sombra (USS), que em seu curso de mestrado em História produziram seus trabalhos sobre a história local. Gostaríamos de destacar o trabalho de Ângelo F. Monteiro – *Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX: o caso Benatar*. Igualmente importante é o trabalho de Magno Fonseca Borges – *Protagonismo e Sociabilidade Escrava em Vassouras: 1821-1850*. Maria Amália Montela Medeiros – *Vassouras e a educação: marcas de um tempo* e *Vassouras, história local e o Colégio Estadual Santa Rita: marcas de um tempo*. Os livros foram lidos, porém neles não havia indicação alguma que se tratava de capítulos da dissertação ou se os livros são desdobramentos da mesma. Leandro Rosa da Silva apresentou em 2011 o trabalho de conclusão de curso de História na Universidade Severino Sombra, intitulado *O trabalho infantil e a inserção do menor liberto na sociedade pós-abolicionista: contratos de Soldada no município de Vassouras (1884-1900).* Tal trabalho se aproxima do nosso, ao eleger os pedidos de Soldada, porém se diferencia no recorte cronológico. Lielza Lemos Machado fecha o grupo com o importante trabalho *Vassouras: recanto histórico do Brasil*.

Alguns trabalhos recentes sobre Vassouras foram produzidos no campo da Educação. São eles: *Processos de escolarização na escola primária pública no interior fluminense (1880-1905): uma análise das instituições escolares e seus sujeitos*, defendido no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por Ilzani V. dos Santos; e o trabalho de Magda E. Sayão Capute – *A Dama dos Diamantes Negros: Eufrásia Teixeira Leite e a Historia da Educação Feminina em Vassouras (1930-1941),* defendido no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) o trabalho de Karine Torres Lote – *Entre barões, condes e viscondes: o cenário educacional na Vassouras oitocentista (1850-1889).*

Como se pode ver, os poucos exemplos citados anteriormente demonstram que a História da Educação ainda não descobriu o interior do Estado do Rio de Janeiro. Os trabalhos realizados nesse campo de pesquisa privilegiam os processos de escolarização desenvolvidos na cidade do Rio de Janeiro, em diferentes períodos da história.

Há poucos trabalhos sobre outras áreas do Estado do Rio de Janeiro, tais como a Baixada Fluminense: o trabalho de Jordânia Rocha de Queiroz Guedes, *Cenário do processo*

de escolarização da Guanabara – a História de Iguassú (1833-1858), e o de Márcia da Silva Quaresma, *As escolas praianas no estado do Rio de Janeiro: o ideário republicano dos anos 50,* sobre o litoral fluminense. Outros trabalhos poderiam juntar-se a esses, porém se compararmos com o número de trabalhos sobre o Rio de Janeiro perceberemos que o número de pesquisas sobre o Estado do Rio de Janeiro é bem menor.

O Rio de Janeiro foi capital do país de 1763 até 1960; o longo período nos ajuda a compreender a sua relevância histórica e a importância de conhecermos os processos educativos nela desenvolvidos, destacando os seus agentes e sujeitos. Outro ponto que não podemos esquecer é o caráter modelar que a cidade exerceu, pois algumas reformas e escolas fundadas nessa cidade serviram como modelo para os demais estados.

A dificuldade de encontrar as fontes documentais de pesquisa em acervos nas cidades do interior do Rio de Janeiro, não pode ser desconsiderada por nós, pois ela se constitui em um elemento que torna difícil as pesquisas em áreas fora da cidade do Rio de Janeiro. Talvez, possamos creditar a esse fator o pequeno número de trabalhos desenvolvidos sobre áreas fora da cidade do Rio de Janeiro. Dependendo dos prazos estabelecidos para o término da pesquisa, ele pode prejudicar o pesquisador em seu trabalho de levantamento de dados.

A cidade do Rio de Janeiro conta com bons acervos preservados em importantes instituições de memórias, tais como: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Alguns desses acervos atraem pesquisadores de outros estados e também de outros países, que desenvolvem pesquisas sobre diferentes objetos e lugares do território nacional.

Nosso trabalho de mestrado em Educação buscou conhecer os processos de escolarização além da Corte do Rio de Janeiro. Nele analisamos a educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade, em Paraíba do Sul. Adotamos como marco cronológico inicial o ano de 1925, e o ano de 1930 como marco final. Essa instituição escolar foi fundada em 1884 para cumprir a vontade póstuma de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, a condessa do Rio Novo. Nele, trabalhavam as irmãs da Congregação de São Vicente de Paula. O educandário era dirigido pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade.

Neste trabalho de pesquisa seguimos na mesma trilha, buscando conhecer o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras. Nosso trabalho se subdivide em três capítulos.

No primeiro capítulo, **Fios**, uma análise da História de Vassouras, 1871-1910, discutimos a organização da cidade de Vassouras, pensamos a sua fundação, dialogamos com a produção local sobre a história da cidade e também com obras clássicas. Apresentamos uma cidade

diferente a partir das noticias do jornal *O Vassourense*. Os livros de Flávio Gomes, Ricardo Salles e Mariana Muaze são fundamentais para a compreensão dos resultados de novas pesquisas de História Social sobre o Vale do Paraíba e a produção de café.

No segundo capítulo, **Tramas**, *a presença de crianças negras no mundo do trabalho*, onde aprofundamos a discussão, apresentando a definição de soldada presente nas Ordenações Filipinas, que normatizavam as relações jurídicas na colônia, trazendo à baila as diferenças e semelhanças entre os verbetes de soldada encontrados nos dicionários jurídicos. Tencionamos também apresentar os pedidos de soldada de Vassouras e do Rio de Janeiro, comparando-os, elaborando um perfil das crianças negras que entravam precocemente no mundo do trabalho.

No terceiro capítulo, **Estampas**, pretendemos unir as reflexões sobre os dois campos do saber: a História e a Educação As principais fontes deste capítulo são: Os Relatórios do Presidente de Província e os mapas escolares do IPHAN de Vassouras, documentos que ainda não foram pesquisados por nenhum pesquisador. Eles podem dialogar com os anúncios do jornal *O Vassourense* sobre a Educação desenvolvida na cidade.

1 **FIOS: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VASSOURAS, 1871-1910**

> ERA UMA VEZ uma agulha, que disse a um novelo de linha:
> — Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?
> — Deixe-me, senhora.
> — Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.
> — Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros.
> — Mas você é orgulhosa.
> — Decerto que sou.
> — Mas por quê?
> — É boa! Porque coso. Então os vestidos e enfeites de nossa ama, quem é que os cose, senão eu?
>
> *Um apólogo* – Machado de Assis[8]

Costurar sem deixar os fios aparentes. Pegar o velho novelo e desenrolar para medir a sua extensão e espessura. Quando o novelo está partido em muitos pedaços, qual deles escolher para começar a tecer? O velho Machado de Assis, autor da epígrafe acima, nos apresenta uma agulha orgulhosa de sua habilidade. Ela se julga capaz de guiar a linha na difícil tarefa de unir com perfeição uma parte à outra do tecido. Movendo-se em diferentes direções, ela inicia o seu trabalho. Ponto a ponto, prega por prega, e ali, na casa de costura, entre fios, novelos, agulhas e alfinetes, vai nascendo a obra. Produto da habilidade da agulha? Da resistência da linha? Da criatividade de quem costura?

Penélope tecia durante o dia e à noite desfazia a tapeçaria, aguardando a volta de Ulisses. Durante muito tempo ela o fez pacientemente, para ganhar tempo. Fio por fio, laçada

[8] http://www.dominiopublico.gov.br. Data de acesso: 10/12/20014.

por laçada. Os documentos que selecionamos, tais como cartas cartográficas, o periódico *O Vassourense*, o Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro, entre outros, constituem-se nos nossos fios, e por meio deles e do diálogo com outros autores intencionamos reconstruir a história da cidade de Vassouras, salientando os processos educativos nela desenvolvidos, sobretudo os destinados às crianças negras.

Defendemos que não é possível analisar a História da Educação desvinculada da história da cidade, pois os contornos locais são importantes para elucidarmos as características particulares dos processos educativos. Sem conhecermos os projetos em disputa no campo social, político e econômico, produziríamos uma análise ingênua da realidade educativa da cidade de Vassouras, na segunda metade dos Oitocentos e nos primeiros anos da Primeira República.

A História da Educação ainda não descobriu a província do Rio de Janeiro. Seus estudos, em sua grande maioria, centralizam-se na Corte, quando o corte cronológico escolhido é o período do Império ou no Distrito Federal, quando a delimitação temporal é o período republicano.

Os pesquisadores de História da Educação, pensando na visibilidade das pesquisas realizadas sobre o Estado do Rio de Janeiro organizaram o Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro (EHed). A primeira edição ocorreu em 2007, na Universidade Federal Fluminense (UFF), a segunda edição em 2010 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a terceira edição em 2013 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Os eixos temáticos da última edição do encontro foram: Cultura escolar e práticas educativas; Educação, escola e diversidade; Educação: movimentos sociais e políticas públicas; História da infância e da Educação Infantil; História das Disciplinas Escolares; Historiografia da educação e fontes; Imprensa, impressos e educação; Instituições escolares, culturais e científicas; Intelectuais e ideias pedagógicas; Profissão Docente.

Tomando como base os eixos temáticos da última edição, podemos pensar que as pesquisas sobre a História da Educação do Estado do Rio de Janeiro encontram-se diluídas em temas maiores e também que o encontro não fez restrição a pesquisas realizadas fora do Estado do Rio de Janeiro, como o congênere mineiro, que organiza o debate em torno das questões que emergem das pesquisas realizadas sobre Minas Gerais.

Propomos como eixos temáticos das próximas edições do encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro os seguintes eixos: História da Educação do Vale do Paraíba; História da Educação da Baixada Fluminense; História da Educação Serrana;

História da Educação do Norte e Noroeste Fluminense; História da Educação da Região dos Lagos; História da Educação do município neutro da Corte levando também em consideração o Distrito Federal; História da Educação de Niterói e São Gonçalo e, a partir deles, pensar. Contudo, nada será possível se não houver uma mudança ou adequação nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, pois os encontros refletem a produção dos programas e as pesquisas realizadas pelos professores em seus grupos de pesquisa.

Nosso trabalho possui um recorte regional que se iniciou na dissertação quando estudamos o projeto católico de educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul, no período de 1925 a 1930. Contudo, com um corte temporal diferente, analisaremos o período compreendido entre os anos de 1871 a 1910. Ao dialogarmos com a bibliografia sobre os desvalidos encontramos as lacunas existentes sobre o processo de escolarização de crianças negras. Aceitamos o desafio e buscamos compreender as nuances do mesmo em Vassouras, importante cidade do Vale do Paraíba, grande centro produtor de café a partir da mão de obra escrava.

Neste capítulo intencionamos conhecer como a cidade estava organizada, para compreender as relações de trabalho nas quais os pedidos de Soldada ocorreram, sem perder de vista os processos de escolarização de crianças negras.

1.1 **Grossos fios de algodão: a fundação da cidade de Vassouras**

Para obtermos êxito nesta tarefa, dialogaremos com dois clássicos da história de Vassouras. São eles: *Vassouras: um município do café, 1850-1900*, de Stanley J. Stein; e *História de Vassouras*, de Ignácio Raposo. Não esqueceremos de dialogar com outros autores, na medida em que seus textos contribuírem para a discussão em tela. Um fio central guiará a nossa escrita, e apoiamo-nos no livro *A sociedade de Corte*, de Norbert Elias, para defendermos a hipótese de que a cidade de Vassouras representava uma corte fora da Corte do Rio de Janeiro. Em 1848, a cidade recebeu a ilustre visita do Imperador D. Pedro II. Ele também passou por Paraíba do Sul na mesma ocasião.

> [...] acompanhado pelo Barão de Caxias, já nesse tempo uma das primeiras figuras do império, D. Pedro II, ainda jovem despertando a atenção de todas as mulheres, viu-se logo cercado pelos três irmãos Correia e Castro que respeitosamente o conduziram ao lugar destinado para o seu descanso até que entrasse a hora apropriada para o almoço que lhe ofereciam conjuntamente todos os elementos

> políticos e sociais da vila. Hospedou-se o imperador no rico prédio de uma suntuosa fazenda que ficava então na entrada da vila, na atual Praça Martinho Nóbrega. O palácio que ali se eleva, ocupa exatamente o mesmo local do prédio da fazenda, formidável sobrado com 17 janelas de frente, cuja fachada ainda pode ser hoje admirada através do magnífico painel que existe na principal vivenda do Secretário (RAPOSO, 1978, p. 67).

Vassouras é conhecida como a terra dos barões e das fazendas de café. Sheila de Castro Faria, em seu livro *Barões do Café*, lança luzes sobre a rica camada social dos que comandavam os destinos da cidade de Vassouras. Com ele dialogaremos para compreender a origem dos títulos nobiliárquicos. Os principais títulos eram barão, baronesa, visconde e viscondessa. Não encontramos indivíduos ostentando outros títulos. A autora nos diz que:

> O título de barão estava reservado, desde a época de D. João, aos proprietários rurais que se projetavam por sua riqueza, mas não por sua participação nos altos postos do governo do Império. Os títulos mais elevados, como os de conde, marquês, eram concedidos aos indivíduos que compunham a alta burocracia, ou seja, à elite política imperial. Havia a possibilidade de um rico cafeicultor também ser um ministro do Império, mas era caso raro. Observe um exemplo: três ricas famílias cafeicultoras do município de Vassouras, pertencentes à província do Rio de Janeiro – os Leite Ribeiro, os Werneck e os Avellar –, tiveram, no total, dezenove barões e cinco viscondes entre seus membros. Somente um foi ministro do Império (FARIA, 2005, p. 14).

A quantidade de títulos nobiliárquicos ostentados pelos indivíduos, as sedes das fazendas embelezadas, os concertos de música e as peças teatrais promovidas na cidade, buscavam trazer hábitos refinados. Havia um duplo movimento, um interno e outro externo. Externamente, a cidade buscava se distinguir das demais cidades da região. Internamente, os indivíduos buscavam se diferenciar a partir dos sobrenomes e títulos de nobreza. Recorremos a Stanley J. Stein para conhecermos como se deu a fundação da cidade:

> No princípio do século XVIII, ao se iniciar o surto de mineração, a primeira via de comunicação entre Minas e Rio de Janeiro através do porto de Parati, a sudeste do Rio, revelou-se insatisfatória, e novas passagens foram procuradas através do escapamento. Uma dessas estradas, o Caminho Novo, deixava a cidade ribeira de Paraíba do Sul e entrava no que é agora o município de Vassouras, em Cabaru; em seguida, acompanhando o rio Ubá, curso acima para a serra do Mar e descendo para as planícies, chegava ao porto de Estrella na baia de Guanabara. Nesse caminho, contiguamente ao norte da Passagem de Sapé, na serra do Mar, foi fundada a Paróquia de Pati do Alferes, a primeira de Vassouras. Variantes do Caminho Novo foram abertas em seguida, a fim de evitar a viagem através da baía e talvez pelos postos de controle muito zelosos do governo real. Cortando em direção ao oeste, após deixar a roça de Pati do Alferes, foi aberto um caminho para a passagem na serra do Mar e abaixo do escapamento para as estações secundárias de Iguaçu, Jacotinga e Inhaúma por terra, para o Rio de Janeiro. A nova estrada atraiu muitos viajantes, em 1750, outra paróquia foi fundada, Sacra família do Caminho Novo do Tinguá (STEIN, 1990, p. 31-32).

A fundação de algumas cidades da região centro-sul fluminense tem a sua origem atrelada à atividade mineradora. Elas nasceram da procura de metais preciosos e, posteriormente, algumas integraram o Caminho Novo das Minas Gerais. Entre essas cidades, gostaríamos de destacar a cidade de Vassouras. Vejamos o mapa abaixo:

Ilustração 1 - Mapa de Vassouras

Fonte: Biblioteca Nacional, Carta Cartográfica, 1910.

Na parte superior do mapa temos a cidade de Valença, na qual será fundado o Asilo Agrícola de Santa Isabel, instituição educacional que receberá como alunos meninas e meninos desvalidos, com o objetivo de formá-los para o trabalho agrícola. Os outros municípios que fazem limite com a cidade e aparecem no mapa são: Piraí, Paraíba do Sul e, na parte inferior do mapa, o município de Magé. Stein menciona a fundação de Paty do Alferes como uma freguesia de Vassouras, sem explicar os motivos que levaram à anexação de Paty do Alferes ao território vassourense. Mariana Muaze nos apresenta o processo pelo qual a vila de Paty de Alferes, fundada primeiro, passou a ser uma freguesia de Vassouras.

> Após o decreto de D. João VI, foram iniciados os preparativos para a festa de elevação de Paty do Alferes a vila. Um mutirão de escravos, emprestados pelos grandes fazendeiros, cuidou da limpeza e assoreamento dos caminhos que ligavam ao arraial, nivelou as valas para escoamento das águas e construiu novos ranchos para recolher as montarias e servir as refeições daqueles que se demorassem no local [...] Entretanto, apesar de toda a pompa inicial, a recém-criada vila não teve o desenvolvimento esperado nos anos que se seguiram e 'não passou das quatro casas edificadas antes de sua fundação'. Desse modo, em 15 de janeiro de 1833, sob o comando político da regência Trina, foi assinada a extinção daquela vila nos seguintes termos: 'fica extinta a vila de Paty do Alferes e em seu lugar ereta em vila a povoação de Vassouras, compreendendo no seu termo as freguesias de Sacra

> Família e Paty do Alferes'. Vassouras, assim como Paty do Alferes, tinha sido ocupada a partir da decadência da mineração (MUAZE, 2008, p. 62-63).

Lielza Lemos Machado apresenta a origem do nome da cidade:

> Segundo antigos pesquisadores da origem do nome da cidade, foi ele motivado por arbusto muito utilizado no Brasil para confecção de vassouras e que abundava na região que pouco a pouco foi sendo povoada [...] A quantidade desses arbustos na sesmaria Vassouras-Rio Bonito, concedida a Francisco Rodrigues Alves em 6/10/1782, impressionou o nosso primeiro desbravador, por isto, omitindo o nome Rio Bonito, passou a chamá-la apenas Vassouras (MACHADO, 2006, p. 17).

Ângelo Monteiro, na mesma direção que os autores anteriores, analisou a fundação da cidade. Em sua bibliografia encontramos referências aos livros de Stanley J. Stein e Ignácio Raposo. Ângelo Monteiro também dialogou com Mariana Muaze; o mesmo menciona a tese da autora em seu livro. Recorremos a ele para compreender a organização espacial da vila de Vassouras.

> A Vila de Vassoura congregava três freguesias, a de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, Nossa Senhora da Conceição de Paty do Alferes e Sacra família do Tinguá, com uma população total de 28.638 habitantes, sendo que 67% da população era escrava [...] Utilizando apenas como comparação o Censo de 1872 e por não termos um censo anterior, referente ao período do nosso estudo, verificamos que a Vila de Vassouras, cresceu geograficamente, passando a administrar mais duas freguesias as de São Sebastião dos Ferreiros [...] e de Santa Cruz dos Mendes (MONTEIRO, 2007, p. 44-6).

Stanley J. Stein nos ajuda a compreender o processo de ocupação das terras além dos limites da cidade. Segundo o autor, ela foi ocupada por dois tipos de desbravadores:

> No início, dois tipos de pioneiros apareceram ao longo das estradas, e cada um deles estabeleceu sua concessão de uma maneira diferente. Havia os que solicitaram e receberam sesmarias ou concessões de terra da coroa portuguesa por terem ajudado a abrir uma estrada ou porque a concessão permitiria ao outorgado pertencer ao serviço público, provavelmente em referência à produção agrícola que poderia ser vendida aos tropeiros [...] apenas na seção geograficamente mais favorável a leste do município, nas largas terras baixas dos rios Ubá e Sacco e seus afluentes, o cultivo e beneficiamento do açúcar originou vários núcleos de fazenda. Nesse local as famílias ramificadas (grupos de parentesco) Ribeiro de Avellar e Werneck se estabeleceram efetivamente em concessões enormes ao longo do Caminho Novo, no terceiro quartel do século XVII. Outro tipo de ocupação de terras se desenvolveu ao longo das trilhas de mula, abertas posteriormente nas regiões mais elevadas do município. Atraídos pelo mercado intenso propiciado pelos trens de carga, os posseiros construíram ranchos para tropeiros e seus animais de carga e fizeram pequenas roças de milho, feijão, cana e pasto requeridos pelo comércio (STEIN, 1990, p. 35-6).

A posse da terra vai fundamentar a diferença entre os indivíduos. Norbert Elias nos ajuda a compreender o processo de ocupação de Vassouras, com as categorias de estabelecidos e *outsiders.*

> Andando pelas ruas das duas partes de Winston Parva, o visitante ocasional talvez se surpreenda aos saber que os habitantes de uma delas julgavam-se superiores aos da outra. No que concerne aos padrões habitacionais, as diferenças entre as duas áreas não eram particularmente evidentes. Mesmo examinando essa questão mais de perto, era surpreendente, a princípio, que os moradores de uma área tivessem a necessidade e a possibilidade de tratar os da outra como inferiores a eles e, até certo ponto, conseguissem fazê-los sentirem-se inferiores (ELIAS, 2000, p. 21).

Em nosso texto não enfatizaremos o sentimento de superioridade de um grupo sobre o outro, embora saibamos que os títulos de nobreza cumpriam esse papel. Aqui, nos interessa discutir que a terra era o germe da discórdia entre os indivíduos. Neste ponto, Norbert Elias nos ajuda ao dizer que um grupo formava-se por indivíduos que estavam naquele local a duas ou três gerações. Stanley J. Stein ao apresentar os dois grupos de pioneiros que ocuparam a cidade de Vassouras, no primeiro grupo localiza as famílias Ribeiro de Avelar e Werneck e as suas ramificações. Essas famílias ocuparam as melhores áreas, o que também lhes permitiu produzir mais café, gerando assim a sua riqueza.

O segundo grupo de pioneiros ocupou as áreas menores, com menor potencial produtivo. Embora, no primeiro grupo inicialmente tenham desenvolvido a produção de gêneros agrícolas para os tropeiros, eles buscaram uma atividade agrícola mais lucrativa. Essa atividade era o cultivo de um só produto em grande extensão de terras. A produção de café foi a alternativa escolhida pelos grupos que se fixaram nas áreas de maior potencial produtivo, gerando a riqueza que lhes permitiria se diferenciar dos pioneiros do segundo grupo. Na primeira área, as grandes plantações de café; na segunda os produtos que abasteceram o comércio da cidade e os trabalhadores livres pobres e os viajantes que passavam pela cidade em direção a Minas Gerais, ou que desciam dessa província em direção ao Rio de Janeiro.

Hebe Mattos nos ajuda a compreender o processo de ocupação de terras no Brasil, lançando luzes sobre a citação de Stanley J. Stein. Através dela, analisaremos algumas características importantes da ocupação e distribuição de terras em Vassouras. A primeira que gostaríamos de apontar é a doação de sesmarias.

> O sentido patrimonial da política de doação de sesmarias havia sempre reforçado, em termos legais, a necessidade de revalidação da concessão, condicionada à efetiva ocupação, e o direito da Coroa de fazer as terras voltarem a seu domínio, quando não cumprida esta última condição (MATTOS, 1997, p. 74).

Podemos unir a citação de Stanley J. Stein com a citação acima, que nos ajuda a compreender a doação de terras. As sesmarias eram lotes que deveriam promover a ocupação efetiva do território. Stanley J. Stein nos diz que as terras foram doadas a algumas famílias pela Coroa portuguesa, como forma de agradecimento pelo serviço prestado na abertura de estradas ou pelo fato de pertencer aos quadros do Estado como funcionários públicos. Mais uma característica que reforça a diferença entre os estabelecidos e *outsiders*.

Pedimos auxílio mais uma vez à Hebe Mattos para compreender a legislação de terras e os dispositivos legais que organizavam a distribuição e posse das terras. Ouçamos a autora mais uma vez:

> [...] Paralelamente, a legislação colonial, através das Ordenações Filipinas, tradicionalmente consagra a posse efetiva como recurso legal para obtenção de propriedade. Após a emancipação política e a revogação do instituto das sesmarias, esta segunda via se tornaria por algumas décadas a forma predominante de constituição da propriedade fundiária no país. A maior parte da expansão cafeeira no vale do Paraíba fluminense far-se-ia nesta segunda condição. Neste contexto, desde a vigência da política de doações de sesmarias, mas especialmente após sua revogação, a 'efetiva ocupação' constitui-se em eixo central da apropriação fundiária no Sudeste, legalmente embasada na legislação portuguesa, privilegiada pelos diversos praxistas que se dedicaram ao tema (MATTOS, 1997, p. 74).

As Ordenações Filipinas apresentavam os dispositivos legais sobre a posse da terra quando as sesmarias foram extintas. Alguns artigos foram lentamente retificados pelas novas legislações, outros permaneceram em vigor, atravessando o Império e chegando até mesmo ao período republicano. As primeiras disposições sobre as Soldadas, que serão apresentadas no Capítulo 2, foram encontradas nesse conjunto de leis. O Primeiro Código Civil brasileiro foi elaborado em 1916, corrigindo as disposições anteriores. Contudo não era somente a legislação que regulava a manutenção, o acréscimo e o decréscimo de terras.

> [...] Mesmo na existência de títulos legais, o reconhecimento costumeiro e consensual do direito de posse de alguém dependia, em última instância, de seu efetivo poder, construído em bases costumeiras, sobre as terras em questão. Como este equilíbrio era necessariamente instável, as propriedades podiam alargar-se ou reduzir-se, no decorrer do tempo, na dependência dos recursos de poder de seus proprietários legais (MATTOS, 1997, p. 74).

As práticas jurídicas se apoiam também nos costumes. Norbert Elias, no seu livro *Os estabelecidos e os Outsiders*, nos ajuda a compreender a citação acima. Analisemos em conjunto. Se a posse da terra não se fundamentava somente nos títulos de propriedade, mas também no reconhecimento costumeiro, os indivíduos estabelecidos levavam vantagem em relação os que chegaram depois, pois eles foram os que criaram e conheciam os costumes, de

forma que pudessem acioná-los em seu favor. Não podemos esquecer que eles exerciam cargos públicos tanto na Corte do Rio de Janeiro como na cidade de Vassouras. Eles também faziam parte da Câmara dos Vereadores, votando e propondo leis que regulavam a vida dos indivíduos na cidade. Isso mostra os recursos pessoais que dispunham e a rede de sociabilidade que poderiam movimentar a favor dos seus interesses.

O grupo de indivíduos que estamos chamando de estabelecidos não era homogêneo. Havia disputas internas pelas melhores áreas. Isso tornava o equilíbrio instável. O casamento entre as famílias era uma forma de manter a propriedade e a riqueza. Mesmo assim, algumas famílias tinham o seu poder político abalado quando não conseguiam eleger vereadores e deputados, quando os negócios não iam bem e era necessário recorrer a empréstimos no Rio de Janeiro. O que era colocado como penhor desses empréstimos?

A partir de 1850, com a Lei de Terras, veremos que ela só poderá ser adquirida através de compra, venda e doação do Estado. Ela foi assinada no mesmo ano da Lei Euzébio de Queirós, que proibia o tráfico atlântico de escravos. A mesma criava uma barreira para que os negros pudessem ser proprietários de terra. Segundo Hebe Mattos, a Lei de Terras promoveu o cativeiro da terra.

> Deste modo, não apenas a extinção do tráfico africano, mas também a aprovação da lei de Terras, em 1850, sobrepondo-se às Ordenações Filipinas até então vigentes, implicaram em alterações nas estratégias adaptadas por arrendatários, foreiros e sitiantes [...] É fora de dúvida que, em intenção, a lei de Terras se fez estreitamente associada às perspectivas de declínio da escravidão, abertas pela extinção do tráfico de africanos. Desde a publicação de *O cativeiro da terra*, de José de Souza Martins, tem-se enfatizado a interpretação de que ao cativeiro do trabalhador seguiu-se o cativeiro da terra, tanto como forma de subordinação do trabalhador rural ao capital rural, como meio de capitalização, na garantia de financiamento para os produtores rurais, especialmente em São Paulo (MATTOS, 1997, p. 81-2).

Marieta de Moraes Ferreira com o livro *A República na Velha Província* nos ajuda a conhecer a relação existente entre a posse da terra e a produção agrícola na velha província do Rio de Janeiro. No primeiro capítulo, "O republicanismo Fluminense", ela analisa o período do Império. A autora intenciona compreender a importância da Província do Rio de Janeiro dentro do cenário nacional. Sua reflexão se inicia pela análise econômica do setor açucareiro, em crise desde o final do século XVIII, o mesmo setor que no século XIX, tentou ressurgir promovendo a sua modernização.

> Ao longo do Império, a Província do Rio de Janeiro, com sua economia baseada nas atividades ligadas ao açúcar e ao café, destacou-se como principal centro econômico do país e também como um baluarte do conservadorismo escravista. Nas últimas décadas do século XIX, contudo, diversos fatores convergiram para que aí se

> instalasse uma grave crise econômica, aprofundada com a Abolição da Escravatura. As dificuldades enfrentadas por amplas parcelas da classe dos proprietários rurais vieram lançá-las contra a Monarquia, abrindo assim as portas da província ao republicanismo (FERREIRA, 1989, p. 27).

Segundo a autora, o café despontou na primeira metade do século XIX como produto agrícola de revitalização do setor agrário, pois o mesmo possuía amplo consumo na Europa e América do Norte.

> A agroindústria açucareira sobreviveu assim numa situação relativamente modesta, agravada pelos problemas de fornecimento de mão-de-obra, que sem dúvida eram crônicos, mas se aprofundavam na medida em que a Abolição se tornava iminente. O café, por outro lado, despontou na primeira metade do século como elemento de revitalização do setor agrário do país, graças à expansão do mercado mundial, decorrente, em especial, da difusão de seu consumo na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte (FERREIRA, 1989, p. 27-28).

Recorremos mais uma vez à Marieta de Moraes Ferreira para conhecer quais foram as condições que tornavam o café um produto economicamente expressivo:

> A Província do Rio de Janeiro dispunha dos elementos favoráveis à escalada cafeicultora: ampla oferta de terras, clima e relevo adequados, força de trabalho subutilizada, estrutura comercial instalada a partir dos negócios com o açúcar, tropas de muares e porto próximo. Os primeiros passos da cafeicultura extensiva conviveram, nas montanhas com as plantações de cana na planície. A nova atividade iria, porém, deslocar 'para o vale do Paraíba, além da serra do Mar, o centro econômico da província. Em 1830, a cafeicultura fluminense já adquiria efetiva expressão comercial, o que iria transformar a província em' um grande centro condensador de lavouras e população; em meados do século XIX, reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira (FERREIRA, 1989, p. 28).

Emília Viotti da Costa, em seu livro *Da senzala à Colônia*, também destaca a importância do café dentro do conjunto das atividades econômicas do Rio de Janeiro. A autora põe em relevo a área do Vale do Paraíba.

> O Rio de Janeiro, mas do que São Paulo, aproveitou-se dessa situação, principalmente depois da abertura do Caminho Novo. As transformações das atividades paulistas provocaram um afluxo maior de negros para a região, mas, comparado às grandes concentrações de negros nas terras mineiras, na Bahia ou no Nordeste, seu número era ainda pequeno. Tudo isso mudará radicalmente com o desenvolvimento da cultura cafeeira no Vale do Paraíba e, mais tarde, do centro e oeste paulista, o que coincide com a decadência definitiva das Minas e o refluxo da população escrava dessas áreas para as regiões promissoras (COSTA, 1998, p. 20).

Voltamos ao texto de Marieta de Moraes Ferreira para conhecer as áreas onde o café era plantado, o deslocamento das plantações de café na bacia do rio Paraíba do Sul, e a fertilidade das terras do vale do Paraíba.

> De fato, o roteiro do café fez da Província do Rio de Janeiro a base econômica do país durante meio século. Se em 1835 a produção cafeeira fluminense já chegava a cerca de um milhão de sacas, cinco anos depois ela aumentava em 50%. Nesse período, que se prolongou até 1860, os grandes centros produtores estavam localizados na região ocidental do vale do Paraíba, destacando-se Resende, Barra Mansa, Vassouras, São João Marcos e Passa Três. Observa-se, a partir de 1860, o deslocamento das lavouras para a face oriental da bacia do Paraíba, onde entre Cantagalo e Paraíba do Sul, articulou-se então o novo eixo econômico. Foi também nessa época que se iniciou em território fluminense a construção de ferrovias, destinadas a elevar a rentabilidade dos negócios pela melhoria das condições de transporte. (FERREIRA, 1989, p. 28).

Marieta de Moraes Ferreira apresenta o ano de 1881 como integrante do período glorioso da produção de café nessa região. Ouçamos a autora:

> A produção cafeeira fluminense chegou ao apogeu em 1881, com a cifra de 2.600.000 sacas. Essa vertiginosa ascensão, como era de esperar, refletiu-se na organização social e administrativa da província. Na esteira do café formaram-se vilas e cidades, dominadas por grupos detentores de grandes fortunas, dos quais saiu à parte mais expressiva de uma elite que exerceu importantes papéis políticos durante a segunda metade do século XIX (FERREIRA, 1989, p. 28).

Francisco Carlos Teixeira da Silva, em seu texto publicado pela revista *Acervo* do Arquivo Nacional, discorda da autora acima citada, apresentando os anos compreendidos entre 1880 a 1930 como o período da decadência da agricultura na Província do Rio de Janeiro. Com a palavra, o autor:

> O período compreendido entre 1880 e 1930 foi a fase do domínio de uma autêntica ideologia da decadência, sendo o campo descrito como abandonado e as atividades agrícolas incapazes de remunerar minimamente aqueles que a ela se dedicavam. Na verdade, não é a primeira vez que tal ideia surge como elemento explicativo central de um período (SILVA, 1988, p. 61).

Em seu esquema explicativo, há um período de transição da mão de obra servil para o trabalho livre. Esse sistema de trabalho foi introduzido para que a produção econômica não se desarticulasse, levando os proprietários à ruína.

> No período situado entre 1880 e 1890 tal panorama se complicou, face a uma fase de transição na qual se rearticularam classes, grupos e instituições sociais em busca de uma reconquista de posições privilegiadas no processo político. Mais uma vez, o setor plantacionista, por meio de suas elites intelectuais, passou a desempenhar um papel central. Toda a abundância documental, à qual nos referíamos há pouco, aponta-nos um mundo de reclamos, projetos e medidas concretas emanadas exatamente deste segmento. A questão da abolição do trabalho servil, colocada na ordem do dia desde 1870, obrigava os fazendeiros a um esforço de autoanálise e de previsão. Para eles, cabia ao estado imperial e depois republicano, gerir o processo de transição de um regime de trabalho para outro, evitando qualquer choque que desarticulasse a produção (SILVA, 1988, p. 61).

Localizamos o início desse processo de emancipação gradual da escravidão em 1850 com a Lei Euzébio de Queirós, que proíbe o tráfico atlântico de escravos. Em 1872, no Primeiro Censo realizado pelo Império, a cidade de Vassouras contava com uma população total de 39.253. Dentro do quadro que compunha a província do Rio de Janeiro, ela não era a mais numerosa. Porém, o que chama a nossa atenção era o número da população escrava que atingia 20.168 indivíduos, representando 51,37%. A cidade era composta pelas seguintes freguesias: N. S. da Conceição de Vassouras, Santa Cruz de Mendes, N. S. da Conceição de Paty do Alferes, São Sebastião de Ferreiros e Sacra Família do Tinguá.

Em 1883, desprezando os números oficiais de Sua Majestade, Melchiades Medeiros da Cunha resolveu contar a população vassourense. Na primeira página do jornal *O Vassourense*, uma matéria exaltava a iniciativa, julgando os seus números mais precisos e dignos de confiança. Contudo, não podemos esquecer o principal detalhe: ele não contou todas as freguesias, apenas a de N. S. da Conceição de Vassouras, que se constituía na sede da cidade.

> Pela primeira vez organizou-se uma estatística exata da população da cidade de Vassouras, graças ao zelo do senhor Melchiades Medeiros da Cunha que, incubindo-se de tal trabalho, esmerou-se em executá-lo, com mais escrupuloso cuidado, percorreu a cidade de casa em casa; informando-se com os respectivos moradores, em que encontrou a melhor coadjuvação, para esse importante serviço. Dizemos esta a primeira estatística exata da cidade, visto que anteriores forão feitas, ou por listas de famílias em que sempre ocorrem omissões ou por cálculo de fogos, que só procedem por aproximações. Não poucos dias consumidos nesse labor, o senhor Melchiades Medeiros da Cunha, que assim meritoriamente prestou a terra natal valioso serviço.[...] Deve-se portanto calcular a população permanente em mais de 2.000 almas, estando ocupados todas as casas, o que tem sido regra geral. A muito pequena distância da cidade existem os povoados do Madruga, Morro da Vaca e Rio Bonito que não fazem parte desse arrolamento. O nosso município é um dos mais populosos do império, e bem longe da verdade anda a sua estatística oficial. Há no território vassourense 16 estações da estrada de ferro de D. Pedro II, entre as quais algumas de avultado número de habitantes, como sejão: Belém, Macacos, Rodeio, Mendes, Aliança, Comércio e estação de Vassouras, além desses núcleos apresentam-se muitos outros, de que mencionaremos Sacra Família, Ferreiros, Paty, Várzea, Barro Branco, Cavaru e Sucupira (O VASSOURENSE, 30/12/1883. p. 1).

Da mesma forma que a Corte do Rio de Janeiro, a cidade de Vassouras passava por um processo civilizador. Recorremos a Norbert Elias, que nos ajuda a cunhar o conceito de civilização.

> A primeira evidência literária da evolução do verbo *civiliser* para o conceito de *civilisation* é encontrada, de acordo com descobertas modernas, na obra de Mirabeau, o pai, na década de 1760. 'Maravilho-me de ver' diz ele, 'como opiniões cultas, falsas em todos os sentidos, se enganam no que consideramos ser civilização. Se perguntar o que é civilização a maioria das pessoas responderia: suavização de maneiras, urbanidade, polidez, e a difusão do conhecimento de tal modo que inclua o decoro no lugar de leis detalhadas: e tudo isso me parece ser apenas a máscara da

> virtude, e não sua face, e civilização nada faz pela sociedade se não lhe dá por igual a forma e a substância da virtude (ELIAS, 1994, p. 54).

Entre as respostas apresentadas sobre o que seria civilização, gostaríamos de destacar a urbanidade. Vassouras atravessa problemas na sua estrutura urbana. O periódico *O Vassourense*, dominicalmente denunciava os problemas e as respostas do poder público. A cidade enfrentou um surto de febre amarela. No ano de 1889, a epidemia passou pela região, deixando um rastro de doentes e mortos. Os esforços para combatê-la foram noticiados no jornal, que tingiu com cores pesadas a falta de recursos e o alto índice de mortes. Vejamos o que nos diz o jornal.

> Está extinta a epidemia de Febre Amarela que assolou o Desengano. Segundo uma estatística feita por Edmundo de Lacerda, a população daquela localidade é de 425 pessoas. Destas retiram-se durante a quadra epidêmica 146, ficando 279 das quais foram acometidas 187. Destas eram adultos 134 (homens) e 51 (mulheres) e crianças 53. Dos adultos eram casados 27, solteiros 98 e viúvos 9. Eram de cor branca 107, parda 49 e preta 31. A mortalidade foi de 21(11,2%) compreendendo-se nesse número seis doentes que só foram vistos pelo médico, quando estavam em estado desesperador. Um terço dos doentes a moléstia passou ao segundo período (albuminurico e hemorrágico) devendo-se notar que na invasão da moléstia a mortalidade foi maior por falta de recursos. Criaram-se dois lazaretos, nos quais foram tratados 69 doentes, falecendo 6. Relevantes foram os serviços prestados pelo distinto Dr. Edmundo de Lacerda, que comissionado pelo governo, não se descuidou um só momento, visitando doentes, dia e noite, sendo coadjuvado pelo ilustre engenheiro do distrito Dr. Carlos Guedes da Costa, que muitas vezes vimos à cabeceira dos doentes, animando-os, e exercendo o cargo de enfermeiro gratuito, e pelo hábil farmacêutico Francisco Rocha. A esses beneméritos da humanidade daqui enviamos os nossos parabéns por terem colhido o mais brilhante resultado dos seus incessantes esforços, do seu imenso trabalho (VASSOURENSE, 12/05/1889, p. 1).

A narrativa da crônica jornalística nos apresenta o cotidiano da cidade. Algumas pessoas ilustres são alçadas ao heroísmo, como o engenheiro Carlos Guedes da Costa, o farmacêutico Francisco Rocha e o médico Edmundo de Lacerda. Ele também elaborou a estatística que entre os mortos inclui 49 pardos e 31 pretos. A febre amarela fez maior número de vítimas entre os brancos, ocasionando o óbito de 107.

O texto destacado do jornal, também pode ser lido a partir da teoria desenvolvida por Norbert Elias. Segundo o autor, o grupo dos estabelecidos espalhava noticias elogiosas sobre si mesmo, com o objetivo de reforçar o seu lugar social. Ele chama esse tipo de ação de "fofocas *Blame"* ou fofocas de autoelogio. Elas tinham a função de promover a comunhão dos virtuosos.

> Entretanto, embora as fofocas de apoio e os elogios desempenhassem seu papel no fluxo de rumores, que nunca parava de circular pelos canais de boataria da 'aldeia', elas se misturavam e eram frequentemente inseparáveis das fofocas de coloração

> afetiva inversa, as de rejeição e censura. [...] O fato de mexericar com outros sobre tal assunto era prova da própria irresponsabilidade. Reforçava a comunhão dos virtuosos. A censura grupal aos que infringiam as regras tinha uma vigorosa função integradora. Mas não se sustentava sozinha. Mantinha vivos e reforçava os vínculos grupais já existentes (ELIAS, 2000, p. 124).

A febre amarela também assolou o Rio de Janeiro[9] no mesmo período. Para combater a doença, os médicos sanitaristas lançaram-se a uma verdadeira cruzada marcada pelas tentativas de vacinação da população. Houve também o combate aos cortiços. Panfletos foram espalhados pelas ruas da cidade, satirizando as iniciativas dos médicos, entre eles de Oswaldo Cruz, que desenvolveu um método de vacinação que pretendia combater a doença com êxito.

As condições sanitárias de Vassouras também apresentavam problemas que ajudavam a proliferação de doenças. Os redatores do jornal começaram a lançar várias matérias. Publicavam os títulos em caixa alta e negrito, usando os recursos gráficos para chamar a atenção dos leitores. O jornal possuía um tom pedagógico ao publicar essas matérias, pois intencionavam fazer uma série para discutir a necessidade da construção do sistema de esgoto na cidade e a sua densidade demográfica.

> COMUNICADO
> Agora que em Vassouras tem-se de fazer esgotos brevemente, será de grande interesse tudo quanto respeita às vantagens ou inconvenientes do sistema de esgotos que aqui se pretenda estabelecer. Por isso começamos a publicar dados estatísticos e mais tarde, considerações e estudos relativos a este assunto (O VASSOURENSE, 24/11/1889. p. 2).

Construir a rede de esgoto era uma prioridade da cidade que os seus dirigentes enfrentaram. As epidemias dizimavam a mão de obra que proporcionava aos ricos fazendeiros o lucro obtido com a venda de café. Contudo, a produção de café no ano de 1889 apresentava sinais de ruína, devido ao envelhecimento da terra e à abolição dos escravos. O redator novamente levanta a voz e convida os vassourenses a lutarem pela renovação da força econômica da cidade. Ele inicia seu pedido pelos homens ilustres, para que sigam o exemplo dos seus antepassados. Eles devem tomar nas mãos os rumos da economia e fazer a cidade ser ainda mais próspera do que fora antes.

> Nada de desânimo; ainda é tempo de fazer renascer esta cidade, e fazê-la tão próspera e mais ainda que fora! Mas como? Me perguntarão os pessimistas. Na minha opinião, basta que quatro moradores de Vassouras se liguem ou associem-se ao comendador Bernardino de Mattos, que está promovendo e criando um engenho central de cana para aguardente na Estação de Vassouras em suas oficinas, e tomem

[9] Ver Sidney Chalhoub. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

> a si trabalho de criarem indústrias nesta ou nas suas proximidades, são eles os excelentíssimos Barão de Cananéa e Major Alfredo Teixeira Leite. Estes cidadãos, se quiserem promover e criar fábricas de tecidos, de papel ou de outra qualquer indústria lucrativa, e tratar do prolongamento da Estrada de Ferro Vassouras para Massambará e Mendes com certeza esta cidade muito ganharia e o município todo adquiriria vida nova, como é fácil demonstrar. O que falta, pois, para Vassouras chegar a este grau de prosperidade? Basta que os quatro cidadãos indicados acima queirão e ponham-se á testa deste movimento de criar indústrias úteis e lucrativas, empregando seus capitais com lucros e tornarem-se merecedores do título de cidadãos beneméritos e úteis ao país, que só espera para ser grande, de quem tenha iniciativa e faça desenvolver os germes da prosperidade contidos em suas entranhas, a terra é fértil e pródiga neste torrão abençoado dá sempre com usura o que nela se planta. Mãos à obra, e a prosperidade é certa (O VASSOURENSE, 10/11/1889, p. 2).

Os proprietários de terras contavam com medidas que protegiam os seus negócios. Entretanto, tiveram dificuldade de contratar mão de obra. Era preciso proteger a colheita de café e buscou-se evitar a desorganização da produção agrícola. Os redatores, através do jornal *O Vassourense*, denunciavam a crise e procuravam sensibilizar os trabalhadores livres a empregarem-se novamente na agricultura.

> Sobre o futuro de Vassouras, escrevendo o ilustrado senhor doutor Antônio José Fernandes, 'Há muita gente que pensa que esta cidade entrou em liquidação, sobretudo, depois da lei de 13 de maio, que veio transformar o trabalho escravo em trabalho livre, e porque este vai se tornando muito caro pela falta de trabalhadores de roça, e neste município ainda não teve entrada em grande escala a corrente de imigração tanto nacional como estrangeira, desta sorte sofrendo a lavoura de café, que é a fonte da riqueza pública e particular'. Não se pode negar que há geralmente desanimo vendo as ruas desta cidade desertas, o foro morto, e as festas religiosas, em outras épocas tão freqüentes e animadas, bailes e soirées. Hoje nada disto há na cidade! (O VASSOURENSE, 10/11/1889, p. 1).

Antes da assinatura da Lei Áurea, que pôs fim a escravidão no Brasil, outras leis emanciparam os escravos ao longo da segunda metade do século XIX. Uma lei que a historiografia não deu o devido valor foi a Lei dos Sexagenários. Assinada em 1885, ela libertou os escravos com mais de 60 anos de idade. O que veremos na próxima sessão deste trabalho é que Vassouras era uma terra de velhos africanos, que formavam uma comunidade na qual viviam as crianças negras que estudamos.

1.2 **Fios de Juta: a comunidade de velhos africanos em Vassouras**

Vassouras não era somente a cidade de crianças contratadas à Soldada. Ela era também uma cidade de velhos escravos africanos que trabalhavam, sobretudo, na lavoura de

café. Nas folhas do jornal *O Vassourense,* encontramos um verdadeiro tesouro – uma lista de escravos sendo alforriados pela Lei dos Sexagenários. Essa longa lista aponta na mesma direção que Stanley Stein. Não somente a terra envelhecia no vale, os escravos também:

> 'Nem o homem nem sua terra permanecia'. Desse modo era descrito o agitado e transitório ciclo do café, cuja lei era explorar ao máximo o solo virgem, no menor prazo possível, e partir em busca de novas terras. Mas assim como as plantas mais antigas forneciam mudas novas para novas plantações, o auge da prosperidade também trazia os primeiros sinais de declínio que iriam marcar os anos seguintes: a redução da terra disponível, o envelhecimento da mão de obra escrava – o que aumentou seu custo para os fazendeiros – e o fim da autossuficiência da fazenda (STEIN, 1990, p. 72).

Em nosso trabalho pretendemos ir um pouco mais adiante. Era um mundo em transição. O esgotamento do solo anunciava a necessidade de novas áreas, devido à exploração da terra com poucos recursos técnicos. As leis abolicionistas fechavam as portas de entrada de escravos vindos da África; os que chegaram ao Vale agora eram velhos trabalhadores. Podemos compará-los aos pés de café: eles também deram mudas novas, e essas mudas eram as crianças que eles contratavam à Soldada, pois dessa maneira poderiam manter o lucro. Elas estavam disponíveis em seus plantéis. Ao usar a mão de obra infantil retardou a entrada das crianças nas escolas.

No ano de 1886, um ano depois de assinada a Lei dos Sexagenários, as páginas do periódico *O Vassourense* foram inundadas com escravos alforriados, com mais de 60 anos. O volume foi tão grande que o redator resolveu organizar uma lista com os seguintes dados: número de ordem das relações, nome do ex-senhor, residência, número de ordem na matrícula geral, número de ordem da relação, data da matrícula, nome do ex-escravo, cor, idade, profissão, estado civil e observações. No total foram alforriados 3.035 indivíduos entre homens e mulheres. Para analisar os dados, um banco de dados foi organizado por nós, permitindo a confecção de gráficos e tabelas.

Contar escravos e libertos não é novidade na historiografia da escravidão. Contudo, compreendemos que a originalidade do nosso estudo está na fonte utilizada. Os historiadores que se dedicam à análise do plantel de escravos no Sudeste, em sua maioria trabalham com testamentos *post-mortem,* no qual os escravos são arrolados entre os bens deixados.

A partir da amostra existente no jornal, elaboramos a nossa primeira pergunta: qual era a proporção de homens e mulheres? Não podemos esquecer que esses números podem sofrer alterações, se contarmos os indivíduos de 18 a 50 anos, ou seja, ainda presos aos laços da escravidão. Vejamos a tabela abaixo; ela vai revelar a primeira característica importante:

havia mais homens do que mulheres nessa cidade; um traço característico das sociedades agrárias.

Tabela 1 - LIBERTOS POR GÊNERO

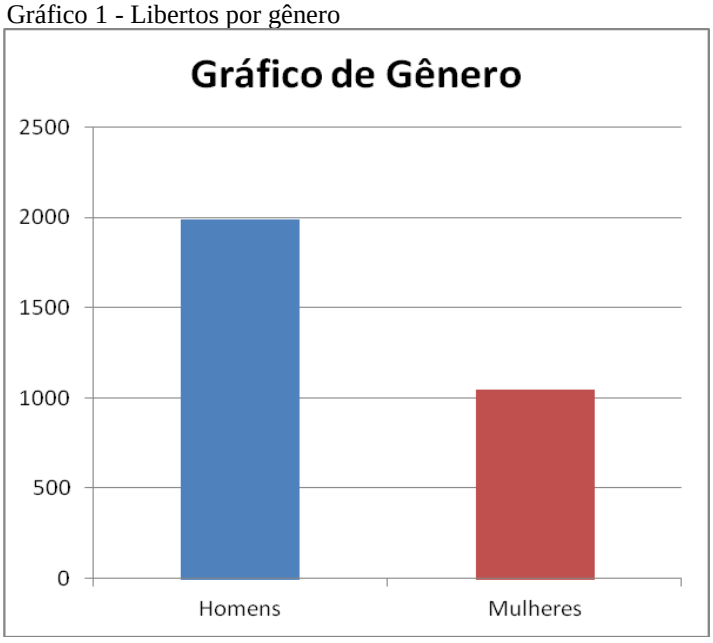
Homens	1.987
Mulheres	1.048
Total	3.035

Fonte: *O Vassourense*, 1886.

Os números acima apontam na mesma direção de Stanley Stein que, ao acompanhar as flutuações dos números de entrada de escravos em Vassouras, nos diz que "a sociedade escrava de Vassouras permaneceu predominantemente masculina durante o crescimento e o declínio do município" (STEIN. 1991 p. 108).

Contudo, discordamos do autor quando ele diz que não houve preocupação dos senhores em registrar os escravos com mais de 60 anos. A lista publicada no jornal *O Vassourense* apresenta o número de matrícula dos ex-escravos no registro geral. Desta forma, compreendemos que eles foram computados na dura contabilidade da escravidão. Ainda de posse dos dados acima, organizamos um gráfico que nos auxilia na visualização da diferença existente entre o número de homens e mulheres libertos com mais de 60 anos, em Vassouras.

Gráfico 1 - Libertos por gênero



Fonte: *O Vassourense*, 1886.

Embora a nossa amostra represente uma fração pequena diante do todo que compõe a sociedade escravista de Vassouras, ela nos permite um exercício interessante. Se o padrão acima se repetir nas gerações de escravos, na faixa etária de 18 a 50 anos, não teremos um equilíbrio numérico. Pensando nesta direção, discordamos também de Ricardo Salles que, seguindo na mesma trilha de Stanley Stein, nos diz que a sociedade vassourense possuía um equilibrio numérico entre homens e mulheres.

> [...] O patriarcalismo e o paternalismo, nas novas condições demográficas e sociais resultantes da extinção do tráfico internacional de cativos, pareciam, então, estar perto de moldar uma comunidade escrava mais rentável, centrada na crioulização dos plantéis, no maior equilíbrio em sua composição sexual e etária, no aumento do número de famílias estáveis, na disseminação do cultivo de roças familiares (SALLES, 2007, p. 291).

Numa sociedade agrária, baseada na monocultura do café, os fazendeiros priorizaram a compra de homens para o trabalho duro na lavoura, e isso pode nos ajudar a compreender o gráfico apresentado anteriormente, que aponta um grande número de homens em detrimento do número de mulheres. Outro ponto bastante interessante é a formação de famílias estáveis. No que diz respeito ao estado civil dos libertos, o jornal os classificava como: casados, solteiros e viúvos. A partir dessas informações, organizamos a tabela abaixo:

Tabela 2 – Estado civil dos libertos

Casados	**587**
Solteiros	**2.267**
Viúvos	**181**
Total	**3.035**

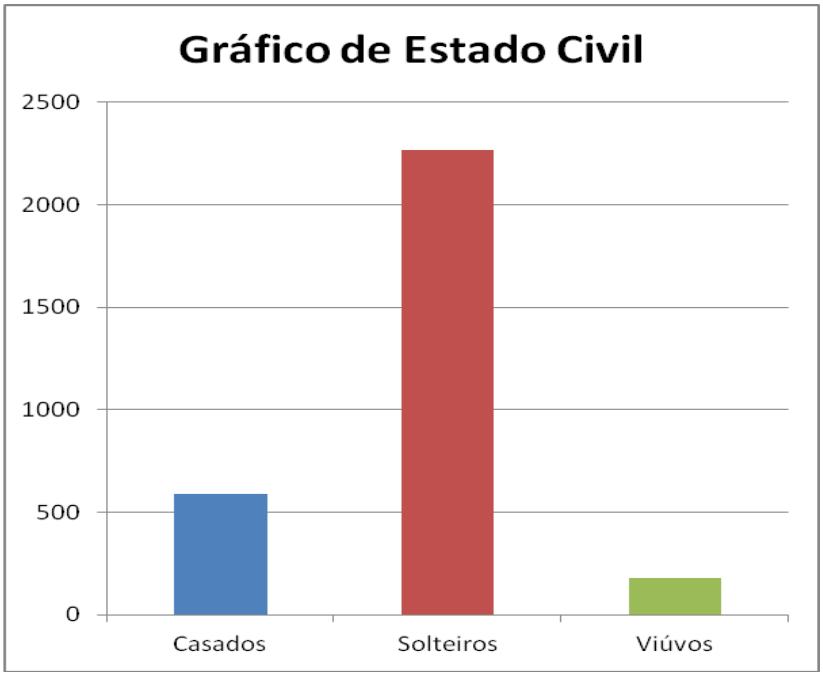
Fonte: *O Vassourense*, 1886.

O grande número de solteiros pode nos induzir ao erro. Segundo Sheila de Castro Faria,[10] a sociedade considerava como casados os que compareciam diante do pároco para receber o sacramento do matrimônio, como ordenava a Igreja. Logo, os que foram considerados solteiros pelo recenseador são os que não possuíam os documentos que comprovassem a união. Não podemos esquecer que seus parceiros (as) podem ser de outros senhores de outras fazendas, o que dificultava a contabilidade do recenseador.

[10] Ver Sheila de Castro Faria. *Barões do café*. São Paulo: Atual 2005

O grande número de solteiros também nos diz que nessa sociedade havia pouco incentivo dos senhores de escravos de cumprir as regras estabelecidas pelo catolicismo. O número de viúvos, embora pequeno, representa 5,96% do total de registros. Essa porcentagem lembra-nos de que, em algum momento de suas vidas, os mesmos foram casados. Esta união pode ter gerado frutos ou não. Com os dados acima, organizamos o gráfico:

Gráfico 2 - Estado civil dos libertos

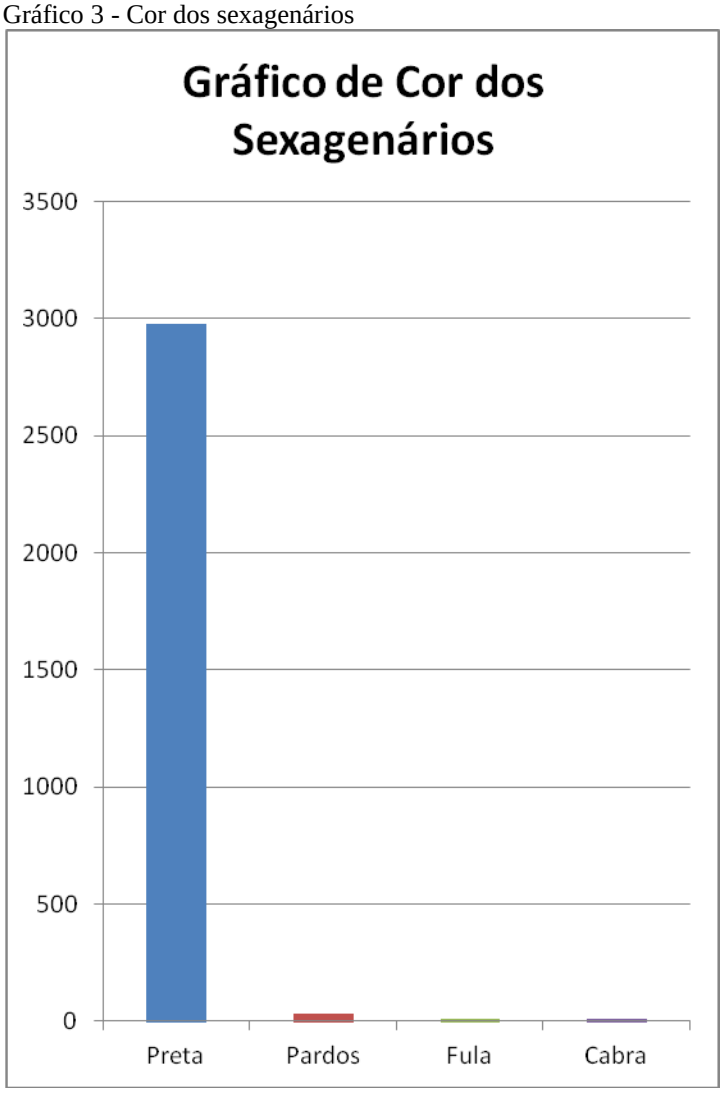


Fonte: *O Vassourense*, 1886.

Continuemos dialogando com Ricardo Salles, que nos diz que essa sociedade passava por um período de crioulização. Para o autor, havia uma alta porcentagem de indivíduos nascidos no Brasil trabalhando nas lavouras de café na cidade de Vassouras. Isso pode ser explicado pelo fim do tráfico atlântico de escravos em 1850 e pelo tráfico inter-regional, que atraiu para o Vale do Paraíba Fluminense os escravos de outras regiões com economias em decadência, que necessitavam vender seus escravos para outras áreas mais prósperas.

Usando a cor como meio de medir a crioulização proposta por Ricardo Salles, vamos descobrir que a crioulização se baseava numa sociedade africana. Para modificar um pouco a ordem, vejamos primeiro o Gráfico 3 e depois a tabela que o originou.

Gráfico 3 - Cor dos sexagenários



Fonte: *O Vassourense*, 1886.

Essa sociedade, no passado, era formada por indivíduos pretos em sua grande maioria. A chave para abrir a porta do significado das cores é o estudo de Hebe Mattos. Ouçamos a autora:

> [...] a inserção social destes homens na sociedade colonial se fez, entretanto, profundamente marcada por uma hierarquização racial, que separava, até mesmo na prática religiosa, pretos, brancos e pardos. O que designavam, entretanto, estes qualificativos? Apesar de a literatura sobre o tema utilizar, em geral, o significado 'pardo' de um modo restrito e pouco problematizado – como referência à pele mais clara (ou menos escura) do mestiço, como sinônimo ou como nuance de cor de mulato – a coleção de processos cíveis e criminais com os quais tenho trabalhado me levou a questionar esta correspondência. [...] A designação de 'pardo' era usada antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não (MATTOS, 1997, p. 29-30).

Entre os negros alforriados pela Lei dos Sexagenários, o número de pardos era de 32 indivíduos. Um número pequeno diante do total de 3.035 negros. Recorremos mais uma vez à autora para conhecer as definições de crioulo, preto e negro.

> [...] Por outro lado, como a historiografia já tem assinalado, os significantes 'crioulo' e 'preto' mostravam-se claramente reservados aos escravos e aos forros recentes. A designação 'crioulo' era exclusiva de escravos e forros nascidos no Brasil e o significante preto, até a primeira metade do século, era referido preferencialmente aos africanos. A designação de 'negro' era mais rara e, sem dúvida, guardava um componente racial, quando aparecia nos censos de época qualificando a população livre. (MATTOS, 1997, p. 29-30).

Segundo o recenseador, na sociedade vassourense havia entre os libertos com mais de 60 anos um grande número de indivíduos pretos; e para sermos mais precisos, 2.979 foram classificados como pretos. Em 1885 eles estavam com mais de 60 anos. Se eles possuíam 20 anos quando chegaram ao Brasil, a data da chegada coincide com o ano de 1845, nos momentos finais do tráfico atlântico de escravos. Entretanto, na lista não aparecia apenas indivíduos pretos e pardos. Havia também os que foram classificados como "fula", fazendo referência aos grupos étnicos da África Ocidental, e também os que foram denominados "cabra", agrupando indivíduos com tom da pele marrom, possuindo variações de intensidade[11].

Marcus Vinícius Fonseca, em seu estudo sobre a sociedade mineira do século XIX nos ajuda a conhecer o significado do termo "cabra" na documentação. Ouçamos o autor:

> O termo cabra é uma categoria bem mais complexa que a de pretos e africanos. As listas nominativas revelam que se tratava de uma forma de designação que tinha um certo nível de compartilhamento e tinha significado específico na classificação da população, pois detectamos seu uso em diferentes regiões de Minas (e do Brasil). Em muitas listas nominativas que se encontram no acervo do Arquivo Público Mineiro, aparece este tipo de classificação e, entre as que compõem nossa amostra, apenas três listas não a utilizaram (FONSECA, 2009, p. 75).

Para apresentar recortes mais precisos do conceito, o autor recorreu a estudos sobre escravidão, sobretudo ao *Dicionário da escravidão negra no Brasil* e o *Dicionário histórico da terra e da gente de Minas.* O primeiro escrito por Clóvis Moura e o segundo por Waldemar Barbosa.

As definições encontradas por ele relacionam a cor de "cabra" ao índio. Outra definição relacionava o termo à masculinidade do indivíduo. Houve também a aproximação

[11] Ver Alberto da Costa e Silva. *A Manilha e o Libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

entre as definições de "cabra" e mulato, tornando mais uma vez imprecisa a definição. Todavia, o autor nos alerta que o termo "mulato" dificilmente apareceu nas listas nominativas analisadas por ele, ao contrário do termo "cabra" que aparecia com maior frequência na documentação.

Uma possível saída é pensarmos que "mulato" era como as pessoas no cotidiano chamavam as pessoas que eram frutos da miscigenação entre brancos e negros. Enquanto "cabra" correspondia à mesma pessoa, só que era a forma usada pelas autoridades para se referir aos indivíduos que exibiam esse fenótipo. Ditas estas palavras, vejamos a Tabela 3 com a cor dos indivíduos alforriados pela Lei dos Sexagenários:

Tabela 3 – cor dos sexagenários

Preta	**2.979**
Pardos	32
Fula	12
Cabra	12
Total	3.035

FONTE: O Vassourense, 1886.

A posse da terra e dos escravos formava a base da sociedade agrária no final do século XIX. Com a Lei Áurea aboliu-se a escravidão. O advento da República preservou a posse da terra, excluindo um grande contingente que passou a viver no entorno das cidades, com baixa remuneração.

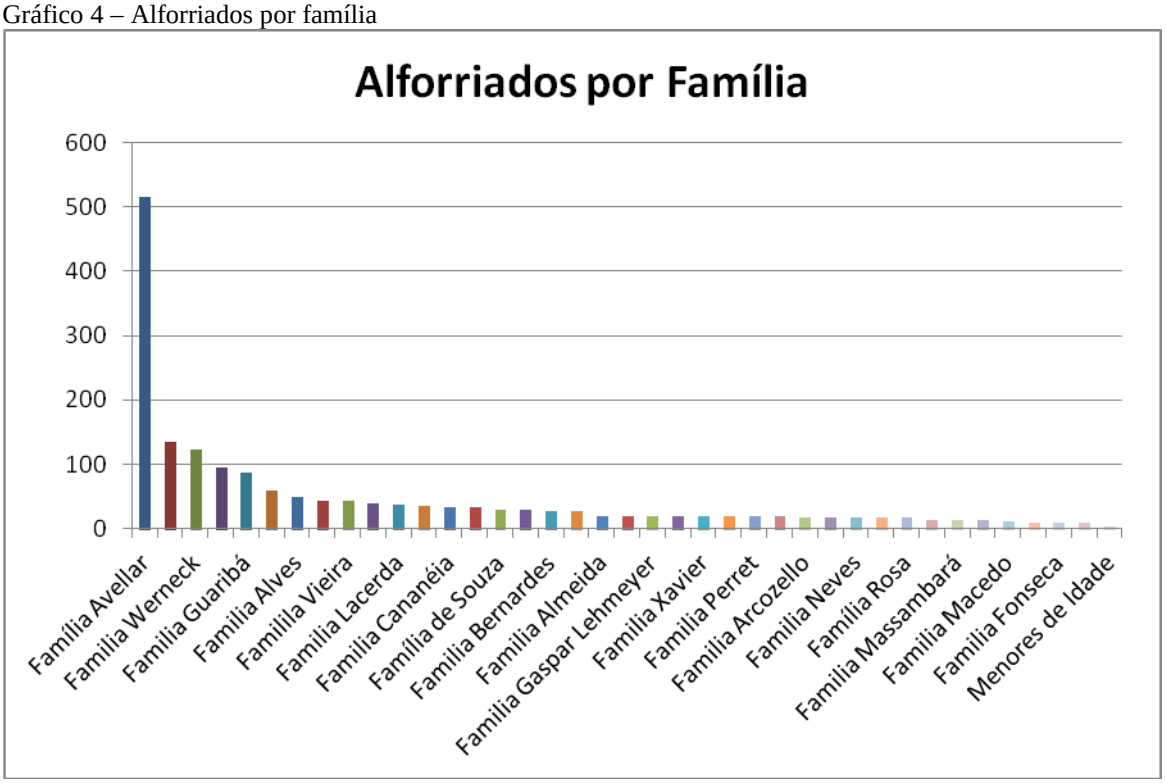
Alguns libertos faziam parte de testamentos e foram deixados a crianças menores de idade. Na última linha da nossa tabela aparecem quatro, expressando o velho costume de deixar os escravos na lista de bens móveis. A família Avellar aparece no topo da lista alforriando 515 libertos. Dentro desse tronco familiar temos os proeminentes Ribeiro de Avellar[12]. Situados em Paty do Alferes, eles alforriam 208 libertos com mais de 60 anos. Pensemos que isso ocorreu no ano de 1885, três anos antes da extinção da escravidão. Quantos escravos não teriam permanecido em suas fazendas trabalhando na lavoura?

Algumas escolas foram construídas dentro das terras dessas famílias. A fortuna e o prestígio podem ser muito maiores do que os historiadores levantaram. Por meio desses dois últimos resquícios da velha ordem, os fazendeiros conseguiram cargos políticos, passaram a

[12] Ver Mariana Muaze em *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Nele, a autora traçou uma radiografia da família Ribeiro de Avellar. Stanley Stein também nos auxilia na compreensão dos laços de parentesco analisando a trajetória da família Teixeira Leite.

ter casas na Corte e dedicaram-se ao comércio, deixando a atividade agrícola em segundo plano. O gráfico abaixo ilustra a grande riqueza dos fazendeiros de Vassouras.

Gráfico 4 – Alforriados por família



Fonte: *O Vassourense*, 1886.

O gráfico nos ajuda a evidenciar a riqueza dos fazendeiros de Vassouras. Se eles alforriaram em grande quantidade escravos com mais de 60 anos de idade, quantos ainda restavam em seu plantel capazes de efetuar todo o trabalho que envolvia a produção do café? A tabela nos ajudará a pensar esses dados.

Tabela 4 – Quantidade de libertos por família[13]

	Famílias	N° de Alforriados	DISTRITOS
Tabela de Quantidade de Libertos por Família	Família Avellar	515	f p v
	Família Correia e Castro	135	f p s v
	Família Werneck	123	p v
	Família Teixeira de Castro	94	P
	Família Guaribá	87	P
	Família Melo Manso	60	P
	Família Alves	50	V
	Família Goulart	44	f s
	Família Vieira	43	p v
	Família do Tn. Cel. Quirino Garcia Rodrigues	40	P
	Família Lacerda	37	p v
	Família Santa Maria	36	M
	Família Cananéia	34	f v
	Família Zamith	33	P
	Família de Souza	30	f p s v
	Família Oliveira Roxo	30	P
	Família Bernardes	27	f v
	Família Teixeira	27	f v
	Família Almeida	20	V
	Família Barbosa	20	p v
	Família Gaspar Lehmeyer	20	S
	Família Voyano	20	P
	Família Xavier	20	P
	Família Gonçalves	19	V
	Família Perret	19	V
	Família Vasconcellos	19	V
	Família Arcozello	18	P
	Família Lanzarini	18	V
	Família Neves	18	s v
	Família Pereira	18	f p v
	Família Rosa	18	V
	Família Calvet	14	f v
	Família Massambará	14	V
	Família Tavares	13	V
	Família Macedo	12	V
	Família Costa e Cortes	10	S
	Família Fonseca	10	P
	Família Sousa Freitas	10	V
	Menores de Idade	4	P

Não vamos nos deter nos arranjos de parentesco que envolviam as famílias na cidade. Observamos que tanto a terra, após a Lei de Terras em 1850, como o número de escravos eram indicadores de riqueza, podendo ser utilizados para conseguir empréstimos e realizar outros negócios na Corte do Rio de Janeiro. No topo da lista encontramos a Família Avellar

[13] **A**s letras pequenas na terceira coluna significam as iniciais dos Distritos: f - Ferreiros / m - Mendes / p - Paty do Alferes / s - Sacra Família / v – Vassouras.

com 515 escravos libertos com mais de 60 anos de idade. O número de escravos que ela libertou é quase quatro vezes maior que a segunda família da lista, os Correia e Castro, que libertaram 135 indivíduos. É enorme a diferença do primeiro nome da lista da tabela para a décima família – a do tenente-coronel Quirino –, que libertou 40 indivíduos.

O minucioso trabalho do escrivão nos forneceu preciosas informações sobre a sociedade vassourense do final do século XIX. Na última coluna da lista que publicou no jornal, ele criou um espaço para registrar observações que julgou importante. Ele não se esqueceu de mencionar que nove libertos encontravam-se inválidos e um havia falecido. Entre as causas de invalidez encontramos: cegueira, surdez e doença sem nome específico. O escrivão foi muito atento, pois alguns alforriaram escravos que haviam fugido. Nove libertos no total encontravam-se inválidos. Houve também os que fugiram. Na conta do escrivão eles eram sete no total. Citamos dois casos: Antônio fugira há 22 anos e Matilde há 34 anos.

Todos os libertos presentes na lista publicada no jornal foram apresentados com a profissão que exerciam em seu cotidiano. A maioria desempenhava o serviço de lavoura. Entendemos que havia escravos na cidade, porém em menor quantidade. A atividade principal era a produção de café; outros trabalhadores tanto livres como escravos estavam em atividades que criavam o suporte para o desenvolvimento da lavoura. Ouçamos o autor:

> [...] Alguns dos micro e pequenos proprietários não eram donos de terra, podendo ser parceiros de algum grande ou megaproprietário. Podiam ainda utilizar seus escravos somente em empreendimentos urbanos ou domésticos (SALLES, 2007, p. 290).

Dos 3.035 libertos pela Lei dos Sexagenários, 2.737 encontravam-se no serviço da lavoura. Os serviços considerados urbanos, tais como, sapateiro, alfaiate apresentam poucos indivíduos, o que nos faz pensar que Ricardo Salles pode estar errado ao transpor para Vassouras uma realidade urbana, quando os dados referentes à atividade econômica indicam que era uma área rural. A tabela abaixo ajuda-nos a dar maior ênfase aos nossos argumentos, apresentando as profissões dos libertos.

Tabela 5 – Profissões dos libertos

Tabela de Profissões de Libertos	Profissão	Quantidade
	Lavoura	2.737
	Cozinheiro (a)	71
	Serv. Doméstico	48
	Carpinteiro	33
	Tropeiro	20
	Pedreiro	18
	Lavadeira	16
	Ferreiro	10
	Capataz	9
	Carreiro	7
	Pagem	6
	Engomadeira	6
	Tanoeiro	5
	Mucama	4
	Telheiro	4
	Alfaiate	4
	Falquejador	4
	Copeiro	3
	Costureira	3
	Feitor	3
	Hortelão	3
	Penereiro	2
	Porqueiro	2
	Cavouqueiro	2
	Maquinista	1
	Moleiro	1
	Padeiro	1
	Sapateiro	1
	Serv. de engenho	1
	Canteiro	1
	Cocheiro	1
	Dispenseira	1
	Domador	1
	Enfermeira	1
	Engomador	1

Fonte: *O Vassourense*, 1886.

Se os libertos, em sua maioria, estavam empregados no serviço de roça, ou seja, na agricultura, a libertação dos sexagenários representou um impacto diferente do que a historiografia nos diz, pois a mesma atribui pouco peso ao trabalho desenvolvido pelos velhos africanos, quando os dados acima apontam em outra direção.

Em 1888 foi assinada a Lei Áurea, que pôs fim a escravidão no Brasil, três anos após a assinatura da Lei dos Sexagenários. A abolição foi celebrada tanto por negros e falsamente pelos fazendeiros, pois os braços que produziam a riqueza agora não estavam mais sob o julgo do cativeiro. Vejamos uma notícia publicada no jornal *O Vassourense* sobre a lei Áurea, que

nos ajudará a compreender o pensamento e o sentimento dos donos de escravos em Vassouras:

> Ainda ecoam em nossos ouvidos as manifestações pela promulgação da lei de 13de maio. Depois dessa tempestade de alegrias e festas deve ir a calma, e com esta a ocasião de refletirmos sobre o futuro da nossa lavoura, que foi principalmente a parte mais interessada na grande solução. Acabou-se o braço escravo; é tempo agora (e não é muito cedo) estudarem-se os meios de fazer com que a substituição não seja muito penosa aos agricultores. Neste município, a não ser a freguesia de Ferreiros, que tem tomado a dianteira no estudo dos meios práticos de não se deixar aniquilar pelo golpe subterrâneo que lhe foi atirado pela lei da abolição, graças aos esforços dos doutores Christovão Correia e Castro e Theóphilo de Almeida, major Manoel Pinheiro e outros integrantes lavradores, as demais estão de braços cruzados e não me consta que tenham feito coisa alguma (O VASSOURENSE, 27/08/1888, p. 1).

O sentimento de perda no coração dos senhores de escravos contrastava com a alegria dos libertos pela Lei Áurea. Para alguns foi um golpe, para outros, não. Houve entre os fazendeiros uma divisão: os fazendeiros da freguesia de Ferreiros já estavam preparados para o fim da escravidão, de forma que a produção agrícola não fosse prejudicada; outros foram pegos desprevenidos e estavam de braços cruzados sem saber o que fazer. O jornal segue apresentando o caminho escolhido por alguns fazendeiros após a abolição. Ouçamos um pouco mais:

> Os agricultores que podiam e deviam tomar a iniciativa de congregar os seus colegas para tomarem qualquer providência, uns incoerentemente intitularam-se agora republicanos, como se esse partido, que pugnou por todas as liberdades, quisesse aceitar entre os seus esses despeitados, que tolamente querem intitular-se chefes; outros ainda estão a espera de uma nova lei que reforme a de 13 de maio, ou talvez mesmo tem muita confiança no projeto do senhor Coelho Rodrigues, que aliás teria sido de muita equidade, se uma propriedade legalmente reconhecida, embora repugnante à civilização e ao progresso e, como tal, não deveria ser dela esbulhado sem uma indenização, qualquer que fosse ela (O VASSOURENSE, 27/08/1888, p. 1).

Não houve liderança política entre os fazendeiros para organizar uma maneira de lidar com a questão servil. Nesse momento, percebemos o tom de tristeza do redator. Ele esperava que as famílias que lideravam a política da cidade organizassem a transição da mão de obra escrava para o trabalho livre, o que não aconteceu. O redator faz menção de que era necessário reparar o dano da propriedade senhorial, concedendo uma indenização pela perda do capital investido nos escravos. Na vontade de resolver o problema, fazendo o mundo do trabalho retornar ao antigo eixo, ele chegou a mencionar uma nova lei que desfizesse a Lei Áurea. Isso também não aconteceu. Ele faz críticas severas ao lideres políticos que tornaram-se republicanos, chamando-os de tolos e incoerentes. Para o redator, a culpa do fim da

escravidão, que causou a perda financeira dos senhores, situava-se nas ideias do partido republicano.

> Enfim o que está feito não está por fazer, e tratemos agora de vida nova. Um dos mais distintos agricultores deste município, que na sua Thebaida acompanha sempre a marcha dos nossos negócios, e sobre ela fez judiciosos comentários, não se quis deixar embalar pela esperança da vinda de um d. Sebastião, e tratou de com seus colegas vizinhos adotar uma norma de conduta quanto ao meio de substituição do trabalho, e sobre isso enviou-nos algumas notas interessantes (O VASSOURENSE, 27/08/1888, p. 1).

O redator gostava de usar palavras rebuscadas. A palavra Thebaida nos intrigou, pensei que havia copiado errado. Fomos procurar o seu significado e encontramos, entre outras possibilidades, a solidão. Isso nos ajuda a entender o sentimento que rondava os corações dos fazendeiros no momento em que a Lei Áurea foi promulgada. Sentiam-se solitários, sem apoio do governo para organizar seus negócios em um tempo novo. Ele mais uma vez lamenta ao dizer: "Enfim o que está feito não está por fazer" (O VASSOURENSE, 27/08/1888, p. 1). Se ele possuía a esperança de uma lei que desfizesse a Lei Áurea, agora não mais e dava o caso por encerrado. Não havia mais nenhuma liderança capaz de revogar o feito, nem mesmo D. Sebastião, rei de Portugal desaparecido na batalha de Alcácer-Quibir no norte da África, no século XVI, seria capaz de vencer essa batalha. O que se deveria fazer era tratar a nova vida e pensar nas novas formas de trabalho.

Acostumados com o trabalho escravo, os fazendeiros não conseguem atrair os trabalhadores livres com o valor do salário oferecido. Era um mundo ainda impreciso caminhando para uma nova ordem social e econômica. Vassouras não recebeu um fluxo de trabalhadores imigrantes como São Paulo, logo, a lavoura ficou sem os braços para plantar e colher o café.

> A liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir ninguém (CHALHOUB, 1999. p. 80).

A falta de dinheiro oriundo da agricultura atingiu a vida social da cidade. As festas perderam o viço e já não contavam com o mesmo número de frequentadores. O redator levanta a voz e convida aos vassourenses a lutarem pela renovação da força econômica da cidade. Ele inicia seu pedido pelos homens ilustres, para que sigam o exemplo dos seus

antepassados, tomem nas mãos os rumos da economia e façam a cidade ser ainda mais próspera do que fora antes.

Ele sabia que os cafezais estavam velhos e não havia mais escravos disponíveis para o trabalho. A alternativa encontrada seria investir na plantação de cana-de-açúcar para fabricar aguardente, ou investir na instalação de fábricas de tecido. Buscando convencer os homens ilustres da possibilidade de sucesso, ele enumera as vantagens que a cidade possuía: as linhas férreas que ligavam rapidamente a cidade ao Rio de Janeiro deveriam ser prolongadas para atingir áreas mais distantes. Contudo, a ideia de paraíso, de fertilidade inquestionável ainda estava presente em seu discurso. Seu incessante apelo ao trabalho na agricultura para alavancar novamente o progresso são indícios de seu pensamento fisiocrata.

Em 1889, um ano depois, uma nova festa tomava conta das ruas. Os libertos tomaram a praça e festejaram a liberdade. Nem mesmo o Hino Nacional escapou da manifestação de alegria e espontaneidade que durou a noite toda.

> Hoje ao meio dia a sociedade musical Vinte e Seis de Julho pretende assumir e cumprimentar a edilidade, os médicos, os farmacêuticos, pelos serviços prestados durante a epidemia. Os libertos também fizeram a sua festa e muito justa. Para eles o dia 13 de Maio é o dia mais glorioso da sua vida. Para comemorá-lo fizeram marcha *Aux Flambeaux*, baile popular em frente a Câmara, em que o entusiasmo foi tal que até dançaram o hino nacional. Correu tudo na maior paz, sem o menor incidente que a visse alterar. Já se vê que o diabo não é tão feio como se pinta (O VASSOURENSE, 13/05/1889).

O medo de atitudes violentas ainda não havia desaparecido da memória. Em 1838, ocorreu o Levante de Manoel Congo e seus camaradas. Ele liderou escravos em direção à mata para a construção de um quilombo. O movimento foi duramente reprimido pelas forças da Guarda Nacional. A integração dos negros à sociedade republicana era uma longa jornada, marcada por contradições. O jornal noticiava os julgamentos. Ao lado do nome dos réus estampava a designação liberto ou crioulo, trazendo à tona o velho mundo da escravidão. A festa realizada na praça não foi a única que celebrou o primeiro ano da abolição da escravidão em Vassouras. O major Lindorf Moreira de Vasconcellos ofereceu um belíssimo jantar em sua fazenda. Contudo, onde estavam os negros nessa festa?

> Sobre a festa que se deu na fazenda do Sr. Major Lindorf de Vasconcellos, escreve-nos o Sr. Alberto Caldas: 'Ilustríssimo Senhor Redator do Vassourense – Solicitando a publicação dessas linhas refiro em belo espetáculo do glorioso dia Treze de Maio ao mesmo tempo rendo a V. Louvores por ser mais um dos frutos da ideia que com tanto heroísmo propagou-a liberdade. No dia 13, na fazenda do nosso prestimoso amigo Ilustríssimo Senhor Major Lindorf Moreira de Vasconcellos, os operários deste estabelecimento, reunidos todos, para honrar o 1º aniversário da gloriosa Lei

> deram um banquete que chamou a atenção em todos os sentidos' (O VASSOURENSE, 19/05/1889, p. 1).

Entre os operários vamos encontrar negros e pardos. Os negros ocuparam os velhos lugares e serviram o jantar. Diferentemente da praça não encontramos relatos de danças e folguedos, apenas discursos eloquentes foram proferidos pelos ilustres, que saudaram o novo tempo de liberdade. Não havia mais escravos. O banquete reuniu a classe dirigente na fazenda. A notícia publicada no jornal buscou mostrar que a reunião possuía o prestígio e o brilho dos antigos jantares de tempos anteriores. Publicar reportagens elogiosas era uma forma de perpetuar uma boa imagem do grupo dirigente.

> Nessa ocasião diversos cavalheiros brindavam aquela multidão que com tão eloqüente prova acabava de afirmar pleno conhecimento do modo de portar-se no lugar que a sociedade lhe tinha conferido; fazendo notar que a missão não parava ali, mas no completo desempenho de todos os deveres. Em nome deles agradeceu o Sr. Major Lindorf. Seguiu-se a leitura, feita por um dos presidentes, de um pequeno porém muito conceituoso discurso agradecendo em nome de todos ao Ilustríssimo Senhor Major Lindorf, as provas que sempre tinham dado de elevados sentimentos e pedia-lhe que continuasse sendo mestre e amigo, pois que aquela festa tinha lugar deviam todos a educação que ali tem recebido (O VASSOURENSE, 19/05/1889, p. 2).

Não houve protagonismo negro nessa festa, ao contrário da realizada na praça, onde os libertos dançaram até o dia seguinte. Na fazenda do major Lindorf Moreira de Vasconcellos a "multidão" foi descrita como ordeira e pacífica, demonstrando que os anos de escravidão os havia educado, permitindo que aprendessem como se comportar. Tudo ocorreu dentro da ordem, mostrando moderação dos hábitos, apresentando o processo civilizador em curso nessa sociedade. No ano de 1885, o major Lindorf Moreira de Vasconcellos alforriou 19 escravos com mais de 60 anos de idade. Não era o maior proprietário de escravos da cidade como já vimos.

O ano de 1889 não foi marcado somente pela celebração da Lei Áurea, ele ainda seria marcado por uma nova mudança: a Proclamação da República. Se nas ruas do Rio de Janeiro o povo assistiu *bestializado* a proclamação do novo regime, em Vassouras, embora a monarquia contasse com prestígio elevado devido ao número de membros de famílias destacadas possuírem titulo de nobreza, não havia o desejo de um terceiro reinado de Isabel.

> Não há dúvida: está definitivamente findo o governo monárquico no Brasil. O seu advento no dia 15 do corrente, se não era esperado já, não foi de toda uma surpresa a república teria de vir necessariamente mais cedo ou mais tarde, era uma questão de oportunidade; mas contava-se que a monarquia extingüi-se por morte do segundo imperador, cuja lembrança nos deverá ser sempre grata, pois não cremos haver

> brasileiro sensato que desejasse o terceiro reinado, da princesa Isabel (O VASSOURENSE, 24/11/1889, p. 2).

Um forte conservadorismo estava presente no pensamento político brasileiro no final do século XIX. Os homens que se dedicavam à política não viam com bons olhos o governo da princesa. Entretanto, entre as camadas mais baixas da população do Rio de Janeiro, sobretudo entre os negros, havia uma falta de adesão ao movimento republicano.

> [...] Permanece o fato de que os republicanos não conseguiram a adesão do setor pobre da população, sobretudo dos negros. O próprio Silva Jardim, ao acompanhar o conde D'Eu em sua viagem ao norte do país em 1889, experimentaria mais uma vez, em Salvador, a ira da população negra. Por ele e pela República manifestaram-se apenas os estudantes da faculdade de Medicina local. A simpatia dos negros pela Monarquia reflete-se na conhecida ojeriza que Lima Barreto, o mais popular romancista do Rio, alimentava pela República. Neto de escravos, filho de um protegido do visconde de Ouro Preto, o romancista assistira, emocionado, aos sete anos de idade, às comemorações da abolição e às festas promovidas por ocasião do regresso do imperador de sua viagem à Europa, também em 1888 (CARVALHO, 1987, p. 30).

O mundo do trabalho no Brasil nos momentos finais do Império viu crescer a presença do imigrante europeu em novas áreas agrícolas. A pequena indústria que nascia nas cidades atraiu um trabalhador qualificado. Desta forma, o grande contingente de libertos que deixaram o meio rural em direção ao meio urbano, não conseguiu acompanhar as rápidas mudanças que se processavam na sociedade brasileira. Em 1888 ocorreu a Abolição da Escravidão, e um ano depois a Proclamação da República. O cenário econômico e político ainda estava agitado. Num mar de imprecisão, sem saber quais eram os seus direitos políticos e como exercer a cidadania, os negros foram marginalizados durante a Primeira República.

> As novas oportunidades foram aproveitadas pelos imigrantes. Os ex-escravos, marcados pelo legado da escravidão, não conseguiram, salvo raras exceções, competir com o estrangeiro no mercado de trabalho, e a maioria continuou como trabalhador de enxada, num estilo de vida semelhante ao de outrora. Alguns, atraídos pela miragem da cidade, aglomeraram-se nos núcleos urbanos, onde passaram a viver de expedientes, incubindo-se das tarefas mais subalternas. Outros abandonaram as fazendas e dedicaram-se à cultura de subsistência [...]. Como a Abolição resultara mais do desejo de livrar o país dos inconvenientes da escravidão do que de emancipar o escravo, as camadas sociais dominantes não se ocuparam do negro e da sua integração na sociedade de classes. O ex-escravo foi abandonado à própria sorte (COSTA, 2010, p. 343).

No Rio de Janeiro houve perseguição aos capoeiras e destruição das habitações populares. Entre elas, a *Cabeça de Porco,* reconhecidamente um reduto de negros e

imigrantes[14]. Faltavam habitações e faltavam também escolas. Não foram as crianças que solicitaram escolas. Foram os velhos africanos que requisitaram escolas para a moçada. Por isso invertemos a ordem, tratando primeiro a Lei dos Sexagenários, que ocorreu 14 anos depois da Lei do Ventre Livre. Mesmo presos aos grilhões da escravidão, esses velhos africanos criaram um mundo no qual os seus pequenos eram livres e frequentavam escolas. Ao formar a comissão de libertos e escrever a carta para Rui Barbosa, eles pressionaram o poder público pedindo escolas para as crianças negras, pois acreditavam que as letras poderiam dar melhor sorte aos que as possuíam. De posse do saber ler e escrever, eles poderiam ler a carta de alforria que libertaria os velhos dos ferros da escravidão.

1.3 **Fios de urdume: os indícios do processo de escolarização de crianças negras em Vassouras.**

Há vários fios do mesmo comprimento reunidos em paralelo. Eles são: os processos de escolarização desenvolvidos na cidade (que podem ser analisados através do estudo dos currículos das escolas), os Relatórios do Presidente de Província (que a cada ano apresentavam o esforço do governo em expandir o ensino para além dos limites da Corte do Rio de Janeiro). Um fio novo foi acrescentado – a carta dos libertos requisitando educação e exigindo o cumprimento da Lei do Ventre Livre. Fios de urdume são fios paralelos que sustentam a trama. Se houver um corte impreciso nesses fios, o desenho final não se torna

[14] Ver Carlos Eugênio Líbano Soares. *Zungú: rumores de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. Nele o autor apresenta as estratégias dos negros para morar nas áreas centrais da cidade. Sidney Chalhoub em *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.* Nele estuda o mesmo período de Carlos Eugênio, ressaltando a transformação urbana do Rio de Janeiro, com a abertura de ruas largas, a destruição dos cortiços e a campanha médica sanitarista para acabar com a febre amarela. José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987**.** Ele analisa o mesmo período que os dois autores anteriores. Entretanto, sua contribuição está na discussão sobre a relação existente entre cidadania e participação política**.** Em *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999, Carlos Eugênio Líbano Soares traça um rico quadro da atuação das maltas de capoeira e de sua perseguição pelas forças policias. "Ah! Se um dia eu for chefe de polícia desta terra, juro exterminarei esta corja maldita!" E dois anos depois, Sampaio era nomeado chefe de polícia do Distrito Federal da República recém-inaugurada, e teve a oportunidade de ouro para cumprir sua promessa feita em praça pública. Sampaio Ferraz é o ponto de partida para entendermos a intricada história das idas e vindas entre capoeiras e policiais, nos 40 anos que medeiam entre a metade do século XIX e a proclamação da República. (*Op. cit.*. 276-77). Em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de janeiro da belle époque*. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2001, Sidney Chalhoub apresenta a cidade a partir de processos criminais nos quais os trabalhadores em sua lida diária se envolviam com a polícia. Entre os trabalhadores encontramos portugueses, negros e crianças como José Bento, de 14 anos, sapateiro, que conta a sua briga com outro sapateiro de nome Joaquim Alves Casemiro, português de 20 anos de idade.

compreensível. Foi isso que aconteceu com os fios que uniam a História à História da Educação, mais precisamente com o processo de escolarização de crianças negras. Vamos recompor os fios e conhecer o desenho.

Ignácio Raposo nos diz que faltavam escolas para todos na primeira metade do século XIX. Isso nos ajuda a entender o recurso de usar o espaço privado da casa como espaço escolar. Ouçamos o autor:

> A falta quase total de instrução primária no município levou a Câmara a solicitar do Ministério do Império a criação de uma escola de primeiras letras na vila, declarando por essa ocasião que o professor Thomas Pereira de Souza, que deveria prover a cadeira do Pati do Alferes, não tinha tomado posse desse cargo, constando até que nunca tomaria, e nesse mesmo ofício comunicava achar-se ainda em concurso a cadeira ultimamente criada para o povoado de Sacra Família, de modo que em todo o município não existia sequer um só estabelecimento de instrução primária (RAPOSO, 1978, p. 35-6).

Ignácio Raposo nos apresenta um precioso indício sobre o processo educacional de crianças negras em Vassouras. Ao apresentar a visita do Imperador D. Pedro II em 1848, ele nos diz que nessa fazenda havia uma escola que educava os escravos.

> A vastíssima fazenda em que se hospedara o Imperador começava nessa mesma estrada, por onde passa hoje o trem, indo findar em Barão de Vassouras. Desfilavam então as suas longas senzalas no mesmíssimo lugar onde se via até bem pouco tempo uma pequena fila de casinhas que, segundo afirma eram vestígios dos ranchos daquele enorme estabelecimento rural. Pertencera esse riquíssimo domínio, antes de vir às mãos de Pedro Correia e Castro, ao seu irmão José, proprietário tão rico que mantinha escolas para os seus escravos e uma belíssima banda de música, da qual se fala ainda hoje. Dessas escolas e dessa banda saíram professores que, libertos por morte do seu senhor, se espalharam pela província e pela cidade do Rio, vivendo do magistério (RAPOSO, 1978, p. 67).

A carta enviada pela comissão dos libertos de Paty do Alferes a Rui Barbosa nos mostra como os velhos africanos de Vassouras compreendiam o valor da educação. Essa carta mudou os marcos cronológicos da pesquisa. Antes de encontrá-la começaríamos a pesquisa em 1889, e, após descobri-la, entendemos o significado da mesma no processo de educação das crianças negras em Vassouras.

> Ao grande cidadão Ruy Barbosa.
> Comissionados pelos nossos companheiros, libertos de várias fazendas próximas a estação do Paty, município de Vassouras para obtermos do governo Imperial educação e instrução para os nossos filhos, dirigimo-nos à Va. Excia. Pedindo o auxílio da invejável ilustração e do grande talento de Va. Excia., verdadeiro defensor do povo e que d'entre os jornalistas foi o único que assumiu posição definida e digna, em face dos acontecimentos, que vieram enulutar nossos corações de patriotas. A lei de 28 de setembro de 1.871 foi burlada e nunca posta em execução

> quanto a parte que tratava da educação dos ingênuos. Nossos filhos jazem imersos em profundas trevas. É preciso esclarecê-los e guiá-los por meio da instrução. A escravidão foi sempre o sustentáculo do trono n'este vasto e querido país agora que a lei de 13 de maio de 1888 aboliu-a, querem os ministros d'A Rainha, fazerem dos libertos, nossos inconscientes companheiros, base para o levantamento do alicerce do 3º reinado. Os libertos do Paty do Alferes, por nós representados protestam contra o meio indecente de que o governo quer lançar mão e declaram aproveitando esta ocasião, que não aderem a semelhante conluio e que até agora sugado pelo governo do Império querem educação e instrução que a Lei de 28 de setembro de 1.871, lhes concedeu. O governo continua a cobrar o imposto de 5% adicionaes, justo é que esse imposto decretado para o fundo d'emancipação dos escravos reverta para a educação dos filhos dos libertos. É para pedir o auxílio da inspirada Penna de Va. Excia, que tanto influiu para a nossa emancipação, que nos dirigimos a Va. Excia. Comprehendemos perfeitamente que a libertação partiu do povo que forçou a coroa e o parlamento a decreta-la e que em Cubatão foi assignada a nossa liberdade e por isso não levantaremos nossas armas contra os nossos irmãos, embora aconselhados pelos áulicos do paço, outrora nossos maiores algozes. Para fugir do grande perigo em que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina, para abater aqueles que querem a República, que é a liberdade, igualdade e fraternidade. Estação do Paty, 19 de abril de 1.889. A Comissão de Libertos. Quintiliano Avellar (preto), Ambrósio Teixeira, João Gomes Batista, Francisco de Salles Avellar, José dos Santos Pereira, Ricardo Leopoldino de Almeida, Sergio Barboza dos Santos. (CARTA A RUI BARBOSA, 1889, p. 1).

A requisição de educação contida na carta apresenta uma resposta à pergunta elaborada por Luiz Alberto Oliveira Gonçalves. Vejamos a pergunta do pesquisador.

> Ao examinar a situação educacional dos negros brasileiros, devemos mudar a direção de nossos questionamentos. Não é mais possível continuar associando mecanicamente sucesso escolar e escolaridade dos pais. A questão é saber como avós analfabetos influenciaram a pouca escolarização de seus filhos, e como estes, apesar da pouca escolaridade, têm estimulado suas gerações futuras a terem êxito na escola (GONÇALVES, 2011, p. 325).

A carta foi escrita em abril de 1889. Ela denunciou que a proposta educativa da Lei do Ventre Livre não foi cumprida. Ela apresenta um horizonte de preocupações bem definidas. Os velhos crioulos e africanos sabiam que, o caminho para a mudança da condição de cativo para livre não se completaria sem a aquisição da educação. Apenas a liberdade não traria uma nova inclusão na sociedade. Outro ponto interessante é que a mesma deveria ser fornecida pelo Estado. Esse pensamento aponta na direção da construção da cidadania pela população negra. Ao fazer o pedido ao político Rui Barbosa, eles estavam fazendo política, pressionando os políticos para agirem em seu favor. A historiografia deu grande peso ao voto; agora, vejam bem, eles não votavam e peticionavam ao Estado para que as suas necessidades fossem atendidas.

Stanley Stein examinou o reflexo da Lei do Ventre Livre de 1871, na economia das fazendas de Vassouras, pois a mão de obra escrava já apresentava sinais de envelhecimento.

Segundo o autor, os fazendeiros preferiram ficar com os filhos de mãe escrava a receber a indenização do Estado.

> A primeira medida significativa, a Lei de Rio Branco de 1871, estabelecia, entre outras coisas, a emancipação de crianças escravas (ingênuos) nascidas após a aprovação da lei e a emancipação de escravos adultos através de um fundo especialmente criado [...] Passados 14 anos, seguiu-se a aprovação da lei dos Sexagenários, libertando escravos com mais de 60 anos, embora seus serviços pudessem ser exigidos por mais três anos aos seus amos se assim o desejassem. O destino de ambas as leis foi idêntico: poucos escravos foram atingidos. No caso da Lei de Rio Branco, alguns fazendeiros optaram por libertar seus ingênuos na idade de oito anos, recebendo indenização do Governo Imperial. Em vez disso, eles incorporaram os filhos de suas escravas à sua força de trabalho; dos 9.310 ingênuos registrados em Vassouras entre 1887-1888, 64 foram libertados – e apenas porque acompanharam suas mães libertas pelo Fundo de Emancipação (STEIN, 1990, p. 96-97).

Em Vassouras, o Relatório do Presidente de Província denunciou que, no período do Império, o pequeno número de escolas comprometia o combate à outra grande doença que assolava a sociedade: o analfabetismo.

> Infelizmente nota-se em todo o Império atraso nas escolas primárias: e se a província do Rio de Janeiro pode lisonjear-se de ter o primeiro lugar entre suas irmãs, não nos é licito todavia manifestar satisfação pelo exame dos quadros estatísticos. O muito que temos feito é nada em relação ao que está por fazer. O Conselho Diretor da Instrução em seu patriotismo lamenta com razão as faltas de que dá notícia o relatório da diretoria de estatística do Império. Em uma população de 456.850 almas, verificada pelo recenseamento de 1872, mas de dois terços são analfabetos: 78.882 meninos de ambos os sexos de idade de 6 a 15 anos existiam então, e desses só frequentavam as escolas 19.959, os outros 58.923 estavam fora da civilização! São algarismos esmagadores, que não encontram compensação na favorável posição relativa em que está a província (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1875, p. 27).

O número de analfabetos era tão violento quanto o de doentes e mortos pela febre amarela, que se alastrou pela Província do Rio de Janeiro. As luzes do progresso e da civilização ainda não haviam alcançado 58.923 indivíduos que ainda estavam nas trevas da ignorância. Para colocar o Brasil no mesmo nível de desenvolvimento que as modernas nações europeias, era necessário difundir as luzes da instrução. Qual seria a solução para mudar esse panorama? O próprio relator aponta uma solução:

> A elevação do número das escolas pública é, em meu conceito, necessidade que deve ser quanto antes satisfeita. Muito bom serviço prestão atualmente e continuaram a prestar as escolas particulares subvencionadas, mas é força confessar que, dependentes, inteiramente da vontade dos professores, não oferecem aos pais de família segurança de estabilidade, condição muito apreciável e de excelentes resultados. Sejam as novas escolas que forem providas para as freguesias rurais e somente para elas, que são as que mais carecem desses estabelecimentos

> (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1875, p. 27).

O relator aposta no aumento do número de escolas como meio de resolver a dramática situação na província. Para o mesmo, as novas escolas deveriam ser criadas no meio rural, pois nessa região a carência de escolas era ainda maior do que no meio urbano. Ele não se esqueceu dos ingênuos, ou seja, das crianças filhas de mãe escrava, que devido à Lei de 1871 foram libertas e precisavam ser educadas. Vejamos o que ele diz:

> Pede este funcionário providencias prontas, para decisivas, enérgicas, senão para debelar de uma vez o mal, ao menos para diminuir-lhe as proporções e a intensidade, e lembra o aumento das escolas públicas e subvencionadas e a criação de asilos por toda a província com auxilio da iniciativa particular e do governo geral, ao qual corre o dever de cuidar quanto antes na próxima futura educação dos ingênuos, que necessariamente lhe serão entregues em grande número e ainda em menor idade (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1875, p. 27).

Outra proposta interessante feita pelo relator é a vinculação feita entre educação e trabalho. Segundo o mesmo, deveriam ser criadas escolas para combater o analfabetismo. Contudo, deveriam ser criados também internatos nos quais houvesse oficinas que ensinassem aos meninos uma profissão.

> Em igualdade de circunstancias esta a lembrada criação dos asilos, sobretudo se, além da instrução primária, se puderem estabelecer neles as oficinas em que os meninos aprendam diferentes ofícios e se habituem ao trabalho. O governo geral concorrerá sem dúvida com os meios de que pode dispor para auxiliar os cofres provinciais (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1875, p. 28).

Se as crianças não estavam na escola, onde elas estavam? Por que havia resistência em enviar os filhos para a escola por parte dos pais e tutores? Segundo Florentino e Góes, as crianças negras eram empregadas em pequenas tarefas nas fazendas. Talvez por isso não estivessem na escola.

> As crianças cativas, contudo não ficavam entregues apenas à comiseração de Deus. Forças mui humanas (ou desumanas, a bem da verdade) conduziam seus destinos. Antonil, escrevendo sobre o tormento da cana-de-açúcar – batida, torcida, cortada em pedaços, arrastada, moída, espremida e fervida – descreveu o calvário de escravos pais e de escravos filhos. Estes também haviam de ser batidos, torcidos, arrastados, espremidos e fervidos. Era assim que se criava uma criança escrava. Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Examinando as listas de escravos dos inventários post-mortem de 1790 a 1835, observa-se que era nesta idade que os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico roça, João pastor, Ana mucama. Alguns haviam

> começado muito cedo. O pequeno Gastão, por exemplo, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas leves na fazenda de José de Araújo Rangel. Gastão nem bem se pusera de pé e já tinha um senhor Manoel, aos oito anos, já pastoreava o gado da fazenda de Guaxindiba, pertencente à baronesa de Macaé. E de Rosa, escrava de Josefa Maria Viana, aos 11 anos de idade dizia-se ser costureira. Aos 14 anos, era-se um adulto completo. O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que ela alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorar e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia. O mercado valorizava as habilidades que aos poucos se afirmavam (FLORENTINO e GÓES, 2005, p. 217-18).

Se Stein concorda com Florentino e Góes sobre o destino dos ingênuos após a Lei do Ventre Livre assinada em 1871, a autora Ana Lugão Rios discorda dos mesmos. A autora apresenta outra possibilidade para pensarmos a trajetória das crianças filhas de mães escravas.

> Outros efeitos da lei seriam especialmente perversos para a própria família, que mantendo a mãe na escravidão, diminuiria a autoridade dela frente aos filhos livres e, finalmente, provocaria a separação das famílias. Os ingênuos, na argumentação de outros, não permaneceriam em fazendas onde assistiriam a seus pais sofrerem privações e maus-tratos. [...] O que se pode supor através de alguns indícios esparsos é que a liberdade das crianças tenha vindo reforçar projetos e comportamentos que preparavam a última geração de escravos para a liberdade (RIOS, 2005, p. 166-67).

O que torna o pensamento de Rios diferente de Stanley S. Stein, de Manolo Florentino e José Roberto Góes é a percepção da utilização da Lei do Ventre Livre como estratégia de libertação de toda a família, incluindo a retirada das meninas dos serviços de roça.

Se houve uma democratização na formação da família, a democratização da escola ainda estava longe de ocorrer. Através da leitura do Relatório do Presidente de Província de 1880 a 1884, organizamos um quadro com as matrículas dos alunos nas escolas das cidades que compõem a região, com o objetivo de apresentar a cidade de Vassouras num quadro maior e perceber que, devido a sua grande extensão territorial, os números de matrícula de alunos apresentam um desempenho modesto.

Tabela 6 – Matrícula por município

Municípios	MATRÍCULA POR MUNICÍPIO				
	1880	**1881**	**1882**	**1883**	**1884**
Vassouras	554	525	528	499	503
Paraíba do Sul	302	350	365	384	329
Barra Mansa	479	475	478	493	460
Piraí	583	542	548	552	554
Resende	493	510	490	487	505
Valença	548	535	540	624	631
Total	2.959	2.937	2.949	3.039	2.982

Fonte: Relatório do Presidente de Província, 1880 a 1884.

A tabela acima nos ajuda a visualizar as matrículas das cidades da região. As cidades de Piraí e Valença apresentam os maiores números de matrícula em todo o período. Através da análise do Relatório do Presidente de Província, podemos conhecer números que expressem a realidade educacional da cidade, equacionando o número de habitantes em cada freguesia, o número de escolas e o número de escolas por habitante. Não dispomos desse levantamento para todos os anos. Esse minucioso trabalho foi organizado somente no ano de 1882. Vejamos a tabela:

Tabela 7 – Escolas por freguesia

Freguesias de Vassouras	População	Escolas	Escolas por número de Habitantes
Nossa Senhora da Conceição de Vassouras	4.461	3	1.487
Santa Cruz de Mendes	1.647	2	823
Nossa Senhora da Conceição de Paty do Alferes	6.353	3	3.174
São Sebastião dos Ferreiros	2.123	2	1.061
Sacra Família do Tinguá	4.501	7	643
Total	19.085	17	7.188

Fonte: Relatório do Presidente de Província, 1882.

Olhando a tabela acima podemos nos perguntar se havia alguma freguesia que concentrava um maior número de libertos. Recorremos mais uma vez a Stanley J. Stein, que nos ajuda a responder a esta pergunta.

> Mais da metade da população de Vassouras estava localizada em duas das cinco paróquias que, por sua vez, mantinham a maior percentagem de escravos do município. Essas paróquias, Nossa Senhora da Conceição e Pati de Alferes, eram os distritos mais importantes no que se refere às fazendas e ao comércio. Juntos eles

> englobavam 64% da população total do município e 71% de todos os escravos. Por outro lado, a paróquia de Sacra Família do Tinguá, que abrangia o terreno íngreme das montanhas costeiras (serra do Mar), tinha uma população muito menos densa, com uma proporção mais elevada de pessoas livres (quase 75%). Muitos destes eram ex-escravos, e mais de 50% de todos os africanos livres no município viviam nessa paróquia economicamente à margem (STEIN, 1990. p. 151).

Havia negros libertos em todas as freguesias, contudo, na freguesia de Sacra Família havia um percentual maior dos mesmos. Para nossa surpresa essa freguesia concentrava também o maior número de escolas por habitantes. Isso indica que a possibilidade de encontrá-los estudando nas escolas dessa freguesia seria maior do que nas demais.

A cena educacional em Vassouras não era formada apenas por escolas públicas. Havia também colégios particulares. Recorremos mais uma vez a Stanley Stein e suas reflexões para conhecer a composição do mundo da educação da cidade de Vassouras.

> Diversas escolas particulares de Vassouras para brasileiros da classe alta alcançaram um reconhecimento nacional. Os homens que as dirigiam foram responsáveis pela formação de diversos brasileiros que atingiram proeminência sob a República proclamada em 1889. Dessa maneira, embora intimamente ligados à economia de Vassouras, esses profissionais estavam também cientes de um mundo mais amplo e eram, em certo grau, eles mesmos, veículo de mudanças (STEIN, 1990, p. 160).

Entre os estabelecimentos particulares de ensino destacamos o Colégio Brandão, fundado por Alberto Olímpio Brandão. No *Dicionário bio-bliográfico brasileiro* encontramos informações que nos ajudam a adensar o nosso conhecimento sobre o mundo da educação da cidade de Vassouras.

> Filho de Modesto Brandão e de D. Maria Moreira Vasconcelos Brandão. Fez curso preparatório no Colégio Fernandes em Vassouras. Iniciou estudos de Direito na Faculdade de São Paulo, interrompendo-os devido à moléstia de olhos que o impossibilitaram de prosseguir, tirando mais tarde carta de solicitador. Aos 21 anos de idade perdeu o pai e casou-se com D. Ana Paula Magalhães. Deputado provincial, pelo estado do Rio de Janeiro, filiado sempre ao partido Liberal. Fundou o Colégio Brandão em Vassouras, a princípio em pequena casa, na parte alta da cidade e, mais tarde, no palácio Furquim. O seu colégio que gozou sempre de grande nomeada, teve como professores os Drs. Lameira de Andrade, Lucindo Pereira Passos Filho, o mais tarde acadêmico João Ribeiro, o matemático Felisberto de Menezes e outros. Nele estudaram Nilo Peçanha, e outros ministros e acadêmicos: Rodrigo Otávio e Ataulfo de Paiva, o professor Dr. Pedro de Almeida Magalhães, o médico Dr. Jorge Pinto e o historiador e jornalista Matoso Maia Fortes (VELHO SOBRINHO, 1937, p. 128-129).

Os dados apresentados por Velho Sobrinho convergem na mesma direção da citação anterior de Stanley Stein, ou seja, dos colégios vassourenses saíram figuras ilustres, tais

como: o médico João Ribeiro, os políticos Nilo Peçanha e Ataulfo de Paiva, proeminentes líderes políticos fluminenses.

Mesmo quando havia poucas escolas, a educação poderia dispor da ação dos preceptores. Puxemos mais um fio para conhecer a relação existente entre a educação das elites e das crianças negras. A preceptora alemã Ina Von Bizzer, que esteve no Brasil no período de 1881 a 1884, com passagens pelo Rio de Janeiro e São Paulo, escreveu as cartas com pseudônimo de Ulla Von Eck.

> Tinha aparecido dois camundongos na dispensa e, sem demora, D. Alfonsina chamou duas pretas e um preto dando-lhe ordem para esvaziá-la inteiramente, a fim de descobrir os buracos. Enquanto junto ao piano desafinado eu resignadamente contava o meu *un, deux, trois* – e Leonília, perseverantemente, cometia os mesmos erros – sob a ruidosa direção de D. Alfonsina erigia-se a volta de nós, uma barricada de caixões, barris, sacos etc.[...] Para completar, uma mulatinha a qual D. Gabriela ensina a ler, devido a barricada que se empilhava no canto onde estuda, postou-se de repente atrás de minha cadeira soletrando o seu monótono b-a, ba, b-é, bé, b-i, bi!... Era demais! Levantei-me furiosa, peguei as músicas, chamei Leonília e acabei a aula no salão. Levaram isso a mal, e em toda essa história a desrespeitosa fui eu! (BINZER, 2010, p. 56).

O que incomodava a todos eram os ratos, e eles estavam sendo caçados pelos escravos. Uma forma de proteger foi pensada – erguer uma barricada com sacos; não passava pela cabeça dos patrões, nem dos escravos, que uma aula de música requeria um ambiente silencioso. O ponto máximo foi a do som constante da menina negra, soletrando o seu aprendizado das primeiras letras.

Para a menina negra aquele era um lugar de estudo, e não havia mal algum em estudar naquele local também. Os membros da casa não viram com maus olhos a presença da menina, nem mesmo a sádica Leonília, que errava constantemente os exercícios de piano.

O relato da preceptora foi acidental. Ela não pretendia escrever sobre a escolarização das crianças negras. Ela o fez quando teve que mudar de ambiente a sua aula de piano. Podemos considerar que a menina era ensinada em casa, da mesma forma como alguns membros da classe senhorial o foram. O que torna ainda mais difícil de seguir os rastros do seu processo educacional. Se ela não foi para a escola, isso não foi impedimento para que a mesma aprendesse as primeiras letras. A julgar pelo comportamento de dona Gabriela, posso dizer que seu investimento no processo educacional da menina negra fazia parte da

mentalidade de sua época, e era partilhado por outros donos de escravos que também os ensinaram a ler, escrever e contar, dentro de suas próprias casas[15].

Ina Von Bizzer ao escrever a carta para a sua amiga na Alemanha, sem o saber retirou a sombra que encobre o processo de educação das crianças negras. Devemos nos perguntar o que se aprendiam? As crianças ao saírem da Escola de Primeiras Letras possuíam uma formação sólida para prosseguir os seus estudos? Para responder a esses questionamentos, chamamos de volta à cena principal o autor do Relatório do Presidente de Província. Suas observações sobre a Instrução Primária nos apontam um quadro sombrio.

> Em um país de liberdade, onde a todos os cidadãos é conferido o inapreciável direito de intervir nos negócios públicos, é necessário educá-los, dar a todos as suas faculdades o desenvolvimento que é possível na escola primária. A máxima parte, a quase totalidade da população, por falta de tempo e de cabedais, não vai além dessa fonte de instrução, e se esta continua limitada pelo programa obrigatório existente, o moço que aos 14 ou 15 anos houver de entrar na vida real, ainda que tenha frequentado com assiduidade o estudo, não levará da escola senão noções que em nenhuma circunstância terão aplicação (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1882, p. 6).

Da citação feita anteriormente, gostaríamos de destacar dois pontos: o primeiro ponto é que mesmo com a carência de escolas por habitantes, como mostramos nas tabelas anteriores, o acesso à Escola de Primeiras Letras se desenhava no horizonte de possibilidades dos indivíduos; o segundo ponto que queremos destacar é o questionamento do currículo feito pelo autor. Nesse momento, ele nos ajuda a responder à pergunta que fizemos sobre a formação dos indivíduos. Segundo o autor, a formação era deficiente e os indivíduos egressos dessa escola pouco aprendiam.

> O ensino nas nossas escolas é pautado ainda pela fórmula mesquinha – ler, escrever e contar. Quando a Assembleia Legislativa Provincial pela primeira vez legislou sobre a instrução pública, criou escola do 1º e 2º graus, sendo estas destinadas a estudos mais amplos, que não manifestavam luxo, mas revelavam o interesse que a educação e a instrução dos filhos do povo mereciam aos legisladores provinciais [...] Respeitando a opinião daqueles que, dominados por princípios de economia, querem escolas em tudo rudimentares, a comissão entende, todavia, que a instrução pública primária carece do progresso e extensão para não ser instituição que destoe do atual estado de civilização da sociedade. Reconhecida a importância da escola, a economia exige que se lhe dê o desenvolvimento necessário para que tenha resultados fecundos a educação popular, sem esse desenvolvimento, toda a despesa que se fizer, por mínima que seja, não passará de censurável desperdiço, e melhor

[15] Ver Maria Celi Chaves Vasconcelos. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus. 2005. Nessa obra a autora apresenta a ação dos preceptores e a sua atuação nas ricas casas brasileiras, mostrando a influência europeia na educação brasileira. Embora não possamos estender essa ação para todas as províncias, sabemos que a Corte do Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo receberam muitos educadores estrangeiros, para dar um ar nobre à educação da elite senhorial.

> será mandar fechar as escolas que temos (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1882, p. 7).

Na citação acima ele volta a atacar o currículo da Escola de Primeiras Letras. Junto a esse argumento de atraso no conteúdo ensinado, ele une a importância da educação para o desenvolvimento da sociedade. Os cálculos comedidos dos investimentos em educação comprometiam o desenvolvimento do país. O autor do relatório faz severas críticas aos homens que destinavam poucos recursos para a educação. Tomado pela raiva, chega a dizer que seria melhor fechar as escolas do que mantê-las no atraso que se encontravam.

O autor do Relatório do Presidente de Província não questionou apenas o currículo das Escolas de Primeiras Letras. O currículo das aulas noturnas não passou despercebido diante dos seus olhos. Ele chama atenção até mesmo para a duração das aulas, que deveriam ser breves, pois os adultos que frequentavam essas aulas já tinham trabalhado durante o dia e deveriam dedicar-se a aprender o necessário.

> O Ensino nas aulas noturnas não deverá ter a extensão exigida nas diurnas: o tempo de que dispõe o professor é pouco, os alunos concorrem a aula depois do trabalho de que tiram os meios de subsistência: para eles convém que a instrução seja antes recreio útil do que acréscimo de trabalho. O ensino intuitivo e prático, deixando de parte as teorias e regras em que assenta, será sem dúvida o mais proveitoso. A leitura, a escrita e o cálculo, compreendendo a educação cívica, devem ser o programa dessas aulas, que o professor desempenhará vantajosamente tomando sobre si a maior parte do trabalho. É de crer que o projeto, que houver de apresentar a comissão nomeada pelo diretor da instrução, não deixe de atender muito particularmente a estas aulas, nas quais o professor deve conter-se em limites tais, que em pouco tempo possa dar ao adulto analfabeto ou quase a instrução de que carece (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1882, p. 7).

Nada escapava do controle dos órgãos normativos. O autor do relatório apresentava sugestões que possuíam, dentro do seu entendimento, uma alternativa para romper o quadro de precariedade que se encontrava a instrução pública no interior da província do Rio de Janeiro. Junto com as matérias que deveriam ser ensinadas encontramos o civismo, que reforçava o projeto civilizador integrando o indivíduo a sua nação, ensinando o amor à pátria e o respeito as suas leis.

No ano de 1890, movido pelo espírito de filantropia, o alferes Ribeiro de Azevedo remeteu à Câmara Municipal de Vassouras o pedido de abertura de uma escola noturna, para ensinar a ler, escrever e contar com recursos próprios. Ele menciona em seu pedido que pretendia ensinar a estrangeiros, livres e libertos no curso noturno. O estabelecimento foi batizado por ele de Benjamim Constant. Vejamos o seu pedido.

> Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que, segundo meu ofício dirigido a extinta Câmara Municipal, em data de 7 do corrente foi inaugurado com toda a solenidade, no dia 15 deste mês do glorioso mês do advento da República do Brasil, o curso Noturno para Adulto 'Benjamim Constant', por mim criado e dirigido. Este cometimento que não deixa de trazer incontáveis vantagens para esta localidade em particular e para a humanidade em geral, foi recebido com geral aplauso pelo povo daqui. Às 7 horas da noite começaram a afluir famílias e cavalheiros, que eram recebidos à porta do salão por uma comissão de alunos da escola municipal. Não havendo comparecido o Cidadão Intendente, por mim convidado (Dr. Eduardo de Lacerda) convidei o Cidadão Agente da Estação que, por sua vez, confirmou o lugar de Secretário ao Cidadão Lopes Cancella, negociante. Assim constituída a Mesa tomei a palavra e dirigindo-me ao povo, procurei demonstrar a conveniência de todos aproveitarem os serviços que lhes ofereço, e pelo qual não pedia e nem peço remuneração alguma pecuniária. Em um belo improviso foi então saudado pelo Cidadão Lopes Cancella, sua doação que atingiu à antiga Municipalidade e a atual Intendência. Ao terminar seu discurso o Cidadão Lopes Cancella ergue vivas a esta e aquela corporação, vivas que foram calorosamente correspondidas, bem como os que ergui a República do Brasil, ao Governo Provisório, ao General Deodoro da Fonseca e a Benjamim Constant, cujo nome foi dado ao Curso Noturno. Começaram então as danças, que se prolongaram até as 6 horas da manhã do dia seguinte, sem que a mais tênue expressão viesse empanar a satisfação que irradiava do semblante de todos. A meia noite alguns meninos e meninas alunos da escola municipal vestidos de branco com barretes frígios e feitões vermelhos entraram garbosamente à Marselhesa, sendo delirantemente aplaudidos. No dia seguinte, 16, achando-se o edifício da escola ainda vistosamente embandeirado começaram a funcionar as aulas do Curso; ao todo se matricularam 15 alunos, número esse que a presente data eleva-se a 26. Entre os alunos há Brasileiros e Português, livres e Libertos. As aulas funcionaram todas as noites das 7 as 10 horas. Criando e dirigindo espontaneamente o Curso Noturno 'Benjamim Constant' tive e tenho em vista unicamente concorrer com o meu pequenino esforço, contribuir com o meu fraquíssimo concurso para que a recuperação da Pátria seja uma realidade, o que só se dará quando de uma vez para sempre, for exterminada a subserviência, quando o povo guiado pelo facho brilhante da Instrução, possa compenetrar-se dos direitos de soberania, que por leis naturais lhe assistiu, quando sob a égide divina de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, ele possa altiva e desassombradamente, tomar lugar ao lado da Gloriosa França e da Suíça o espelho da República. É para isso que eu sacrifico com maior prazer e boa vontade as minhas horas de descanso, dedicando-as ao preparo de novos Cidadãos. Oxalá o Curso Noturno gratuito 'Benjamim Constant' preencha os fins a que o destina, serei feliz, apesar de obscuro e humilde... Apesar de pobre. Saúde e Fraternidade. Ao cidadão Major Alfredo Carlos Teixeira Leite M. D. Presidente da Intendência Municipal de Vassouras. Escola Mista Municipal da estação d'Aliança, 21 de Janeiro de 1890. O professor - Alferes Ribeiro de Azevedo (OFÍCIO AO INTENDENTE, 1890, p. 1).

As pretensões eram altas para alguém que se intitulou pobre. Ele convidou os cidadãos ilustres para compor a mesa, na solenidade de abertura do curso noturno. As crianças que estudavam durante o dia foram convidadas para receberem os alunos e os ilustres convidados. Ele não fez caso do salário, contudo queria ser reconhecido socialmente pela ação que desempenhava. O regime republicano não inspirou apenas o nome do estabelecimento de ensino; brados foram erguidos em louvor à Proclamação da República, numa cidade reconhecidamente monarquista.

A entrada das crianças vestidas de branco com barretes frígios, ao som da Marselhesa, à meia noite, deu provas de que a cerimônia era mesmo "revolucionária", tanto que se

estendeu até às 6 horas da manhã do dia seguinte. Resta dizer que o curso possuía 15 alunos matriculados e pretendia chegar a 26. Podemos supor que os libertos que frequentaram esse curso noturno aprenderam a ler e com isso puderam questionar o casamento realizado às avessas pelo pároco local.

> Um fato interessante deu-se em uma das freguesias deste município. Eis o que informa pessoa fidedigna: Foram a se receberem em matrimônio três casais de libertos, levando como testemunhas outros libertos. O sacerdote colocou-os em linha, e casou-os todos ao mesmo tempo. Depois da cerimônia, saíram os recém-casados da igreja, para se dirigirem as suas casas. Mas logo ao saírem do templo viram eles que o casamento tinha sido errado. Um dos casais estava direito, mas nos outros dois tinha havido troca de mulher, que se devia casar com um, tinha sido dado a outro e vice e versa. Voltaram para a igreja, a dizer ao padre que concertasse o seu erro, mas o celebrante lhe disse que o que estava feito, estava feito, e tratassem de viver bem, que em verdade tinha havido engano, mas não haveria meio de repará-lo. Saíram eles descontentes, e ao chegarem a uma venda próxima à freguesia, desmancharam a diferença, e cada um levou consigo a mulher que desejava, ficando assim adulterinos. Quem é culpado desse triste incidente? Os nubentes? Eram eles tão estúpidos que talvez não compreendessem a cerimônia? O sacerdote celebrante foi em parte culpado, por fazer os tais casamentos de carregação, que nunca entendemos. Por que não se fazem os casamentos um por um? Onde se viu semelhante sistema de casar em filas? Pobres libertos, a quem nem ao menos se concede o direito de casar como os outros, e para quem até se inventaram novas cerimônias, novos sistemas! Suponhamos, agora, que os casados por erro eram parentes, por exemplo, irmãos, pai e filha, etc. Nesse caso seriam os casamentos válidos? O que é certo é que eles não estiveram pelos autos, e lá foram viver mesmo descasados. É preciso haver mais cautela, o caso é muito sério, e a responsabilidade do sacerdote muito grande, a ele devem ser atribuídos todos os males, que todo do seu engano provieram. Deixemo-nos de casamentos por lotes, não são decentes, nem coadunam com o espírito da igreja. Nas freguesias de Vassouras não há tanto serviço, que não sobre tempo para que fossem os casamentos com as cerimônias exigidas (O VASSOURENSE, 03/11/1889, p. 2).

O jornal *O Vassourense* estampou em suas páginas do dia 3 de novembro de 1889 uma notícia que provocou riso em alguns e lágrimas em outros. O que nos impressionou nesse relato foi o fato de os negros no pós-abolição ainda procurarem viver segundo os velhos ritos católicos. Se o casamento não era mais uma garantia de que as famílias não seriam desfeitas por compra e venda, o que o casamento poderia conferir aos negros? Eles desfizeram o casamento quando leram os papéis e perceberam que o pároco os casou errado. Se eles conseguiram ler e chegar a essa conclusão, podemos supor que eles passaram por um processo educacional formal ou não formal. Vejamos o valor que o mesmo possuía ouvindo o relato de um africano.

> Vou me casar dentro de pouco tempo; quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula, mas não quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que a minha senhora acaba de comprar; essa é da minha terra e fala a minha língua (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 34).

Havia um padrão de escolha entre os negros. As crioulas preferiam os crioulos e desprezavam os africanos. Ao não atentar para as escolhas feitas pelos noivos, o padre cometeu um erro grave, e mais grave ainda foi não lavrar outro registro, ainda que não quisesse celebrar outra cerimônia. Ao mandar que eles tratassem de viver bem, parecia que o religioso desconhecia o real valor do sacramento concedido.

Os libertos não foram sozinhos se casar, levaram outros libertos, havia uma comunidade que assistiu ao casamento, alguns já podiam vislumbrar os rebentos e tomá-los como padrinhos e madrinhas. O casamento na igreja era importante, caso contrário teriam improvisado uma cerimônia em outro lugar. O autor da notícia foi astucioso ao dizer que o padre realizou um casamento coletivo, quando poderia ter feito um de cada vez.

Flávio dos Santos Gomes nos apresenta outro indício de processos educacionais no levante escravo ocorrido em 1838 na cidade de Vassouras. Os escravos apontados como líderes contavam os indivíduos, para saber quantos eram os seus companheiros de fuga. Onde aprenderam esse conhecimento? Provavelmente aprenderam na lida diária? Em alguma Escola de Primeiras Letras?

> Outra questão interessante nos depoimentos é a que indica como as lideranças da fuga (os principais acusados foram Manoel Congo e Epifânio Moçambique) tinham a preocupação de contar diariamente os participantes. Belarmino Cabinda declarou que Epifânio os 'contara'. Miguel Crioulo disse que os 'cabeças' da fuga 'todos os dias da manhã mandava reunir a gente e contava o número dela'. Quanto a Lorença Crioula, afirmou que Manuel Congo e o Epifânio contara a gente toda que se achava e que era para saberem, e que todos os dias contavam para não voltarem para casa (GOMES, 2006, p. 152).

Houve negros que preferiam lutar pela escolarização das crianças. Enquanto outros, movidos pelo desejo de não vê-los escravos, repetindo a triste sina, deram cabo da vida dos próprios filhos. O crime deixou a comunidade cativa entristecida, pois Marcelino atentou para um valor defendido pela comunidade: a preservação da vida da linhagem.

> O filicídio chocou a todos. Macerlino cometera o mais horroroso dos assassinatos, como vinha atestar um dos primeiros autos do processo, no qual Manuel Antônio da Costa denunciava o ocorrido ao subdelegado de polícia. [...] Marcelino chamou o ex-parceiro de lado e confiou-lhe o seu segredo: as crianças estavam mortas, não adiantava procurá-las; ele as matara com um facão e as depositara na roça de Balbino; tivera que fazer isso para não vê-las escravas do senhor moço. Pediu, então, ao escravo que as enterrasse e guardasse segredo, prometendo-lhe retribuir a lealdade com uma 'molhadura' (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 16-17).

Para Marcelino a escravidão lhe cegou a razão. O liberto assassinou seus próprios filhos, Josino e Paulina. O crime foi motivado pelo desejo de não vê-los como escravos.

Embrutecido e alegando ausência de suas faculdades mentais, Marcelino pôs fim a sua descendência. Não haveria uma maneira de libertá-los? Teria a escravidão lhe retirado o sentimento de paternidade? Neste caso, sem o saber, Marcelino ratificaria as palavras do cronista Charles Ribeyrolles.

> A fome macilenta não entra na habitação do escravo e nela decididamente não se morre de inanição, como em White Chapel ou nas vilas de Westminster. Mas nela não há famílias, apenas ninhadas. Por que sentiria o pai as austeras e santas alegrias do trabalho? Ele não tem interesse algum na terra, na colheita. O trabalho, para ele é aflição e suor é a servidão. Por que manteria a mãe seu cubículo e os filhos limpos? Os filhos lhe podem ser tirados a qualquer momento, como os pintos ou os cabritos da fazenda, e ela mesma não passa de um semovente (Charles Ribeyrolles, Apud SLENES, 1999, p. 3).

A violência não era uma força presente somente no meio urbano, ela estava também no meio rural. O acesso à escola era colocado em segundo plano. A preferência dos responsáveis era apresentar às crianças, desde cedo, o seu lugar no mundo do trabalho. Alguns advertiam que os que não ingressavam cedo no mundo do trabalho eram propensos à vadiagem. Esse mundo enchia as páginas dos jornais com relatos de brigas após encontros em quitandas e casas de secos e molhados. No início, apenas acompanhavam os pais até a lavoura. Quando cresciam, os seus responsáveis se encarregavam de ensinar-lhes um ofício. Ouçamos uma vez mais o historiador Flavio dos Santos Gomes:

> [...] Para os homens, da mesma forma, aqueles que tinham funções especializadas, como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc. aprendiam os ofícios nos primeiros anos de trabalho. Por outro lado, as funções e/ou ofícios de parentes, principalmente tios, podiam influenciar na provável escolha das ocupações dos cativos. O filho de um cativo que tivesse o ofício de ferreiro provavelmente tinha mais chance de tornar-se também ferreiro, pois poderia acompanhar e aprender o ofício com seu pai, do que o filho daquele que trabalhava no campo. Crioulos tendencialmente podiam ocupar a maior parte das funções especializadas, uma vez que fossem filhos de africanos com as mesmas ocupações. Podia haver uma socialização através de organizações familiares do trabalho, o que reforçava os laços de comunidade entre os cativos (GOMES, 2006, p. 185).

O meio rural possuía atividades diversificadas. A aprendizagem de um ofício pela criança dependia tanto do ofício dos seus pais como também de suas habilidades. Vassouras era uma cidade distante da capital; conduzir o café no lombo das mulas exigia destreza e também conhecimento geográfico, pois as serras apresentavam grande dificuldade, o que poderia fazer com que a carga, os animais e, até mesmo os escravos, perdessem a vida em acidentes.

> Antes da construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, os fazendeiros da grande lavoura de Vassouras enviavam diversas vezes por ano seu trem de carga de mula (tropa) sob a responsabilidade de um arreador e tropeiros escravos, no difícil e freqüentemente perigoso trajeto para Iguaçu, perto da baía do Rio ou para a capital propriamente dita. Lá as sacas de café envoltas por sacos de couro cru eram depositadas nos armazéns do factorum urbano dos fazendeiros, os comissários ou correspondentes, para serem vendidas a exportadores estrangeiros de café estabelecidos no Rio de Janeiro (STEIN, 1990, p. 111).

A presença de crianças nos documentos relativos à escravidão não é novidade na história. Alberto da Costa e Silva nos diz que desde a Antiguidade encontramos relatos de crianças trabalhando entre os escravos. Algumas desempenhando tarefas pesadas. Por que essa tarefa não era desempenhada por adultos? Ouçamos o pesquisador, que nos apresentará algumas razões que ajudam a compreender porque as crianças encontravam-se executando atividades de adultos.

> A captura de escravos figurou provavelmente entre os objetivos das expedições militares egípcias à Núbia. Ainda quando a razão da guerra fosse outras, os cativos - dez, vinte, cinquenta, cem, duzentos – compunham a alegria da vitória. Entre eles, por muito tempo, quase não se contavam homens adultos – massacrados, geralmente após os combates. Não só era difícil conduzir Nilo abaixo um grande número de homens, propensos à rebelião ao menor descuido dos guardas, como as mulheres estavam mais acostumadas aos trabalhos duros e repetitivos, e as crianças melhor se adaptavam a nova sociedade em que iam servir (SILVA, 2011, p. 15-16).

Os homens adultos poderiam facilmente se rebelar, as crianças não. Na Antiguidade, as mulheres estavam acostumadas a trabalhos duros e repetitivos; as crianças se adaptavam melhor à nova sociedade. Esses motivos ajudam-nos a compreender porque na lista de escravos na Idade Antiga, Alberto da Costa e Silva encontrou crianças. Uma grande contribuição do autor em sua vasta produção é apresentar a escravidão como elemento constituinte de diversos povos, retirando o estigma de que somente os negros foram escravizados na História. Compreendemos que há mudanças e permanências, e entre as mudanças apresentamos o maior número de cativos do sexo masculino que desembarcavam no Brasil.

> A comprometer ainda mais as capacidades de auto-reprodução da escravaria havia condicionantes como o desequilíbrio entre homens e mulheres escravos. No campo fluminense, de seis a sete entre cada dez escravos eram homens, o que significa que a relação homem/mulher girava entre 1,4 e 2,3 por 1. Em termos de razão de masculinidade (o número de homens para cada grupo de cem mulheres) no menor patamar existia um superávit de 42% de indivíduos do sexo masculino, porcentagem que chegava a 128% no período de maior desequilíbrio (1810-2). Para o meio urbano, os homens sempre superavam as mulheres em índices, que iam de um mínimo de 1,4 para cada mulher, até quase 3,1 por 1 em 1815-7 (FLORENTINO, 1997, p. 55).

No texto de Costa e Silva as mulheres figuravam como a maioria entre os escravos, e a pesquisa realizada por Manolo Florentino nos apresenta uma mudança nesse padrão. Entretanto, cabe analisar também o que chamamos de permanência – a presença de crianças entre os escravos. Recorremos mais uma vez ao texto de Alberto da Costa e Silva para ampliar o quadro da participação das mesmas no mundo do trabalho.

> Muitos desses mercadores começaram provavelmente suas carreiras a recolher nas ruas das cidades romanas as crianças enjeitadas, para criá-las e, depois vendê-las. Na Grécia e em Roma, abandonavam-se nas portas das casas ou em logradouros públicos os recém-nascidos indesejados, os rebentos de escravas ou de casais pobres, os frutos de uniões ilegítimas e até mesmo a criança que o pai decidia não aceitar, ou porque do sexo feminino, ou porque seria um peso adicional no orçamento familiar, ou porque lhe diluiria o legado (SILVA, 2011, p. 23-24).

A citação feita anteriormente nos diz que as crianças enjeitadas poderiam entrar no mundo do trabalho como escravas. Maria Luiza Marcílio nos ajuda a compreender os contornos do abandono em terras brasileiras. Segundo a autora, podemos dividir em duas fases as políticas destinadas à assistência às crianças enjeitadas. São elas: a fase *caritativa*, que se iniciou no período colonial e foi até meados do século XIX; e a fase *filantrópica*, que começou na segunda metade do século XIX e perdurou até meados do século XX.

Maria Luíza Marcílio nos diz que, na primeira fase, as crianças abandonadas poderiam ser atendidas de três formas: em primeiro lugar, pelas Câmaras Municipais – instituições oficialmente responsáveis pela assistência aos desvalidos; em segundo lugar, pelas irmandades religiosas, que criaram asilos e recolhimentos para acolher e educar as meninas; finalmente, por particulares no acolhimento informal de crianças. Gostaríamos de destacar as características desta última forma.

> Enfim, o terceiro sistema de proteção à infância desvalida foi o *informal* – o mais universal e o mais abrangente, aquele que se estendeu por toda a história do Brasil, do século XVI aos nossos dias. Famílias ou indivíduos recolhiam recém-nascidos deixados nas portas de suas casas ou de igrejas ou em outros locais e, por diversas razões decidiam criá-los. Havia pessoas que iam às Rodas dos expostos tomar uma criança para criar e até mesmo perfilhar ou 'adotar'. São os *filhos de criação* (MARCILIO, 2006, p. 136).

Quais seriam os motivos que levavam as pessoas a acolher em suas casas crianças como se filhos fossem? Seriam motivos religiosos que os levaram a desenvolver o amor cristão ou seriam razões econômicas que levavam a olhar as crianças como trabalhadores em potencial? Para descobrir a resposta, recorremos mais uma vez a Maria Luíza Marcílio.

> Tal atitude, porém, não é simplesmente explicada pela via da religião. Em uma sociedade escravista (não assalariada) os expostos incorporados a uma família poderiam representar um complemento ideal de mão-de-obra gratuita. Por isso, criar um exposto poderia trazer vantagens econômicas; apenas com o ônus de criação – que, em alguns casos, recebia ajuda pecuniária da Câmara local ou da Roda dos Expostos – o 'criador' ou ama-de-leite teriam mão-de-obra suplementar e gratuita, mas eficiente do que a do escravo, porque livre e ligada a laços de fidelidade, de afeição e de reconhecimento (MARCILIO, 2006, p. 137).

Um tratamento distinto aguardava as crianças abandonadas. As meninas eram encaminhadas para recolhimentos, onde, sob os olhos da Igreja, eram educadas com rudimentos da fé cristã e aulas de bordar, exercícios de agulha e atividades relacionadas ao lar. O objetivo dessa instrução oferecida às meninas era formar meninas capazes de administrar bem o seu próprio lar, formando boas mães. O casamento poderia ser uma nova porta de entrada na sociedade, pois o dote das meninas ajudaria a atrair os pretendentes ao matrimônio.

Os meninos possuíam destino diferente. Eram enviados para os colégios e asilos, que pretendiam formá-los em ofícios de marceneiros, serralheiros e pedreiros. Maria Luíza Marcílio nos ajuda a conhecer o que poderia acontecer com as crianças negras e pardas quando abandonadas.

> No entanto, muitos meninos tinham sorte cruel. Negros e mulatos foram sutilmente transformados em escravos pelas próprias amas, passando o período de amamentação, enquanto recebiam estipêndio da Roda dos Expostos. Inúmeros são os indícios existentes que comprovam esse artifício. A Mesa e a Junta da Santa Casa da Bahia discutiam o tema, em reunião conjunta, de 5 de agosto de 1830 e registraram em ata: 'Pessoas haviam tão desumanas, que costumavam privar de sua liberdade alguns, os quais a natureza tinha dado o incidente da cor" (MARCÍLIO, 2006, p. 178).

No Vale do Paraíba Fluminense a comunidade cativa possuía uma estratégia: retirar as meninas do trabalho de roça e colocá-las no serviço doméstico. Um caminho que nos permite compreender essa ação era o peso da atividade ligada à lavoura. Os escravos deveriam levantar muito cedo, receber seu alimento, partir em filas até a área onde plantariam café. Sob o olhar atento do feitor, no sol ou na chuva, e, às vezes, com variações climáticas, eles executavam o trabalho; a condição de saúde os mesmos provavam que, após alguns anos, alguns já estavam inutilizados ou com pequenas doenças.

> [...] A maior 'democratização' no acesso a família foi acompanhada por outro movimento intrigante: a retirada das meninas do trabalho no eito. Em 1864, das 31 meninas com idade entre 5 e 14 anos, 71% eram classificadas como escravas de roça. Em 1872, as meninas classificadas, como 'de roça' eram apenas 45% e, em 1878, mesmo não incluindo as 'ingênuas', a quantidade de meninas de roça foi

> proporcionalmente ainda menor, 40%, e as restantes não tinham nenhuma qualificação de outra função. As crianças ingênuas também não tinham anotada nenhuma função específica. (RIOS, 2005, p. 168).

Ana Lugão Rios dialoga com os autores Herbert Klein e Stanley Engeramam, autores do livro *The Transition From Slave to Free Labor: Notes on the Comparative Economic Model*, no qual os mesmos analisam o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Ela nos diz que houve uma gradual retirada das crianças e das mulheres do eito, alocando-as em funções domésticas.

> O trabalho de mulheres e crianças foi um dos pontos polêmicos no pós-emancipação nas Américas. A apropriação do trabalho infantil e das mulheres para a esfera doméstica e de subsistência, com sua conseqüente retirada do trabalho coletivo no eito (‘gangs’) tem sido apontado como um traço comum do pós-emancipação nas Américas. O fato de, ao mesmo tempo em que a família se tornava mais acessível aos escravos de Vallim, indicando que um dos pontos centrais do conflito entre escravos se dissolvia, estes conseguissem retirar progressivamente as meninas do trabalho do eito, trazendo-as para a esfera doméstica, sugere que um projeto de família e de trabalho já estava sendo gestado nas senzalas (RIOS, 2005, p. 169).

Ao examinarmos as notas de rodapé da autora, encontramos a denúncia de ausência de trabalhos acadêmicos que investiguem a relação existente entre o trabalho de mulheres e crianças no meio rural. Concordamos com a autora, pois o número de trabalhos ainda é pequeno. Há regiões importantes que não receberam nem estudo sistematizado sobre a presença de negros e pardos.

> Embora inexistam trabalhos específicos sobre o tema no Brasil, algumas fontes sugerem que o mesmo tenha ocorrido. Pode-se citar como exemplo uma série de reportagens sobre o trabalho nas fazendas, fruto de visitas a diversos estabelecimentos rurais no estado do Rio de Janeiro, publicadas no Jornal do Commércio, em 1894. Nestas reportagens, o autor defende que as libertas, ao contrário das mulheres imigrantes, não trabalhavam na lavoura (RIOS, 2005, p. 169).

O nosso trabalho de pesquisa também se insere nessa lacuna apontada por Ana Lugão Rios. Neste capítulo buscamos apresentar a cidade de Vassouras a partir do olhar do jornal *O Vassourense*, dialogando também com outros pesquisadores e fontes sobre o mesmo período e local. Não podemos perder de vista que o documento não guarda todas as dimensões do passado.

Marinalva Barbosa, ao percorrer os longos e tortuosos caminhos da imprensa no Brasil, apresenta os escravos e o mundo dos jornais. Suas perguntas nos ajudaram a compreender que os indícios do processo de escolarização podem ter ocorrido de formas

variadas. A autora nos aconselha a olhar a litogravura de Rugendas *Marché aux Négres*. Na pintura há um escravo escrevendo na parede e outros olhando com atenção.

Não posso afirmar que naquela senzala funcionava uma escola. Entretanto, ao escrever na parede, ele aproximou dois mundos: o mundo do trabalho representado pelas senzalas, e o mundo das letras. No jornal que utilizamos como fonte não havia imagens de negros. Poucos produtos estampavam as páginas de *O Vassourense.* As imagens mais recorrentes nesse período eram de produtos médicos, que prometiam curar várias moléstias.

Marinalva Barbosa sinaliza que o grau de letramento entre os escravos não era uniforme. Havia diferentes graus de letramento, que se manifestavam através da sua profissão. Ela nos diz que num ambiente urbano, os que lidavam com informações numéricas como carpinteiros, pedreiros e os escravos de ganho, apresentavam um grau de conhecimento que os permitia interpretar os códigos escritos. Todavia, não devemos nos esquecer de que encontramos, em sua maioria, libertos exercendo profissões ligadas ao meio rural. Isso nos faz pensar que entre os mesmos o grau de letramento fosse menor do que na cidade.

Mergulhando um pouco mais no mundo letrado dos negros, a autora cita os anúncios de fuga nos quais, entre outras características, os senhores disseram que os mesmos sabiam ler, escrever e contar. Percorremos as páginas de *O Vassourense* e não encontramos nos anúncios de fuga de escravos, indivíduos com essas qualidades. Isso nos leva a pensar que, diferentemente da cidade, a escolarização no interior tenha sido menor. Vejamos um anúncio de fuga de escravos estampado no periódico:

> Fugiu da estação de Esteves, estrada de ferro União Valenciana, no dia 15 de Abril próximo passado o escravo Felippe, pardo, de 25 anos de idade, mais ou menos, corpo baixo e reforçado, capenga de um pé, usa bigode e intitula-se livre, sendo muito prosa; tem sido visto nos arrabaldes desta cidade no lugar denominado Madruga e desconfia-se que retira-se para a Corte e vai residir para os lados de Vila Isabel; gratifica-se com a quantia acima (50$000) a quem apreender e levar o escravo a dita estação e a seus senhores Maia Junior & Comp. Ou entregar ao Sr. José Gonçalves de Barros, morador nesta cidade (O VASSOURENSE, 17/06/1883, p. 4).

Felippe pretendia alcançar a Corte do Rio de Janeiro e ali viver como livre. Ele foi visto na entrada da cidade, no lugar chamado de Madruga. Ainda faltava muito para chegar, era preciso cruzar a cidade, romper a serra do Tinguá chegando até Magé. A cidade figurava como espaço de maior mobilidade aproximando-se da experiência de liberdade perseguida pelos escravos. Os outros anúncios de fuga são do mesmo quilate, diferindo no valor, características físicas e pretensão do fugitivo.

Entre as habilidades que denunciam os processos educacionais desenvolvidos pelos negros na cidade está a prática da escrita de cartas. Nesse momento, Marinalva Barbosa se aproxima de Maria Cristina Cortez Wissenbach, que em seu texto "Cartas, procurações, escapulários e patuás"[16] a autora desvenda as visões de mundo presentes nas cartas. Contudo, mais uma vez não podemos esquecer que o ambiente no qual essa prática social ocorreu era uma cidade e não no meio rural.

Marinalva Barbosa realizou sua pesquisa sobre o grau de letramento de escravos em Minas Gerais. Segundo a autora, há uma lacuna de estudos que se dediquem ao Rio de Janeiro. Ela cita os estudos de vários autores, entre eles Marcus Vinícius Fonseca, que também se dedicou à mesma região, analisando a possibilidade de letramento em espaços não escolares.

O analfabetismo era grande no Brasil, logo não havia apenas negros que não sabiam ler, escrever e contar. Havia brancos proprietários de terras que mal assinavam o nome. Voltemos uma vez mais ao jornal *O Vassourense* para conhecer as medidas tomadas pela Câmara Municipal para combater o analfabetismo. Preocupados com os altos índices do mesmo, os vereadores votaram o auxílio de subvenção, 2$000 por aluno, para a escola que tivesse até 20 alunos. Mais tarde o valor aumentou para 3$000 por aluno nas escolas com até 20 crianças. Vejamos o quadro apresentado no mesmo periódico com as escolas subvencionadas pelo poder público local.

Tabela 8- Escolas subvencionadas por freguesia

N.º	FREGUESIA	LOCALIDADE	ESCOLAS	PROFESSORES	SUBVENÇÃO POR ALUNO
1	Cidade	E. do Comércio	Feminina	D. Belmira M. de Freitas Bastos	3$ até o numero de 20
2	Cidade	Mata Cães	Masculina	Francisco Moreira de Vasconcelos	3$ até o numero de 20
3	Cidade	Pocinho	Feminina	D. Eulália de Almeida Mesquita	3$ até o numero de 20
4	Sacra Família	Belém	Feminina	D. Maria da Cruz de Mattos	3$ até o número de 20
5	Sacra família	Sertão	Masculina	Aurélio G. Gomes dos Santos	3$ até o numero de 20
6	Paty do Alferes	Boa Esperança	Masculina	Manoel Oscar da Silva	3$ até o numero de 20

FONTE: *O Vassourense*, 1890.

O redator possuía clareza da gravidade do problema. Se por um lado os esforços do poder público eram insuficientes para solucionar o problema, por outro lado o problema não

[16] Ver o artigo na *Revista Brasileira de História da Educação* nº 4 jul/dez 2002. Disponível no site www.rbhe.sbhe.org.br. Data de acesso11/01/2013. A mesma autora escreveu também *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880).* São Paulo: HUCITEC, 1998.

seria resolvido sem o auxílio dos pais e tutores, que deveriam enviar as crianças para a escola. Ouçamos mais uma vez o redator em seu relatório.

> A câmara recebeu da tesouraria do estado a quantia de 1:789$620 para o pagamento das subvenções e, tendo despendido 1:333$000 apresenta essa verba um saldo de 456$620. Recapitulando, temos que no município existem 12 escolas sob administração ou fiscalização do município, sendo:
>
> Do sexo masculino 7
> Do sexo feminino 3
> Mistas 2
> Total_____12
>
> Nessas escolas a matrícula de alunos no último trimestre do ano findo era a seguinte:
>
> Do sexo Masculino 273
> Do sexo Feminino 113
> Total_____386
> A frequência média foi a seguinte:
> Do sexo Masculino 213
> Do sexo Feminino..... 67
> Total_____ 280
>
> Como se vê, semelhante resultado não é satisfatório. Por mais assíduos que sejam os sacrifícios dos poderes públicos para promover e desenvolver a instrução primária neste país, cumpre torná-los eficazes por meio da decretação do ensino obrigatório. É necessário vencer a indiferença e até mesmo a culposa resistência dos pais aos benefícios do ensino obrigando-os a mandar os seus filhos analfabetos as escolas públicas. Desde que as leis estabeleçam tão útil providência e a administração procure disseminar o ensino criando outros estabelecimentos de instrução para aqueles que residem à grande distância das escolas existentes, estamos certos de que poderemos reduzir o número de analfabetos (O VASSOURENSE, 1890, p. 8).

A ausência de pesquisas sobre os processos de escolarização na província do Rio de Janeiro constitui um grande desafio. Contudo, ele lentamente vem sendo enfrentado por alguns pesquisadores, entre eles Jordânia Rocha de Queiroz Guedes que, em recente dissertação de mestrado, analisou o cenário do processo de escolarização no Recôncavo da Guanabara, destacando a região de Iguaçu com o corte cronológico assentado na primeira metade do século XIX. Por que repetir a ideia corrente na historiografia de que apenas os negros não sabiam, se os brancos também não?

Quando visitamos a cidade de Vassouras para coletar os documentos usados como fontes, olhamos as ruínas, os prédios com suas fachadas enormes, seus brasões gravados nas paredes, as ruas com nomes de políticos importantes naturalizados no cotidiano, como personagens da História da cidade. Perguntamos que histórias foram vividas naqueles casarões? O que foi ensinado nas velhas escolas cujos prédios parecem desafiar o tempo? Havia lugar nelas para as crianças negras e pardas ou estas deveriam permanecer no mundo do trabalho com a enxada na mão?

No próximo capítulo analisaremos os pedidos de Soldada que possuíam como objetivo reger a entrada das crianças no mundo do trabalho e também propor a sua educação. Essa

prática nos apresenta a contradição inerente à sociedade capitalista em seus primórdios, pois ao mesmo tempo previa a possibilidade de explorar a mão de obra e ao mesmo tempo fornecer educação. Os que foram contratados à Soldada foram matriculados nas Escolas de Primeiras Letras em Vassouras ou permaneceram com a enxada nas mãos?

2 **TRAMAS: A PRESENÇA DE CRIANÇAS NEGRAS NO MUNDO DO TRABALHO.**

> [...] Mas a verdade é que você faz um papel subalterno, indo adiante; vai só mostrando o caminho, vai fazendo o trabalho obscuro e ínfimo. Eu é que prendo, ligo, ajunto...
> Estavam nisto, quando a costureira chegou à casa da baronesa. Não sei se disse que isto se passava em casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si, para não andar atrás dela. Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser[17].

Neste capítulo discutiremos o mundo do trabalho, tomando os pedidos de Soldada, como fios. São igualmente importantes para os dispositivos legais que normatizaram essa prática no Brasil, entre elas as Ordenações Filipinas. Acompanharemos as modificações da definição de soldada presente nos verbetes dos dicionários jurídicos. Uniremos as reflexões feitas pelos pesquisadores da História e da História da Educação, para compreender a interseção do mundo do trabalho e o processo de escolarização. Traçaremos aproximações e distanciamentos entre os pedidos de Soldada apresentados em Vassouras e no Rio de Janeiro, para ao final elaborar o desenho do perfil das crianças que entravam precocemente no mundo do trabalho em Vassouras.

2.1 **Juntando as letras para formar palavras: as definições de soldada**

A prática de contratação de crianças à Soldada atravessou o Atlântico, deixando as terras lusitanas e desembarcando no Brasil. O romance *Levantados do Chão*, de José Saramago, apresenta a história de uma família de retirantes: Domingos Mau-Tempo, cansado da triste sina, põe fim à própria vida; para sua mulher, Sara da Conceição, não restava alternativa se não dar os filhos em contrato de Soldada.

[17] http://www.dominiopublico.gov.br. Data de acesso: 13/12/2014.

> [...] Melhor é declarar que estes anos de João Mau-Tempo vão ser os da sua educação profissional, no sentido tradicional e campestre de que um homem de trabalho tem de saber de tudo, tão bom para ceifar como para tirar cortiça, tão destro a valar como a semear, tão de bom lombo para carregar como de rins para cavar. Este saber transmite-se nas gerações sem exame nem discussão, é assim porque sempre assim foi, isto é uma enxada de gaviões, isto uma gadanha, e isto uma gota de suor. [...] Entre os dez anos e os vinte há que aprender tudo e depressa, ou teremos patrão que nos aceite. Joaquim Carranca disse um dia à irmã que bom seria arranjar patrão que os tomasse de soldada, e ela concordou, hábito que vinha dos seus submissos anos de mulher casada (SAMARAGO, 2010, p. 59).

Tomamos cuidadosamente o texto de José Saramago como testemunho histórico. Sabemos que seu livro é uma ficção. Contudo, a literatura dialoga com a sociedade, buscando nela elementos para criar seus enredos[18]. Desta forma, compreendemos que a obra apresenta indícios da antiguidade da soldada. Eles são preciosos para que possamos entender como essa prática de contratação de crianças para o trabalho chegou até o Brasil, sobretudo até Vassouras, cidade escolhida para nosso estudo.

Ainda não há trabalhos que estabeleçam uma comparação entre Portugal e o Brasil. Mesmo os trabalhos anteriores ao nosso, tais como o de Irene Rizzini, não possui esse recorte temático espacial.

> Neste texto discutiremos a história da legislação referente às crianças e aos adolescentes a partir da Independência do Brasil (1822) até a aprovação da primeira lei especificamente voltada para os menores de idade – o Código de Menores, de 1927. Este é um período de grandes transformações políticas, econômicas e sociais no país e a criança passa a ter um papel importante (RIZZINI, 2011, p. 97-8).

Cynthia Greive Veiga restringiu a sua análise a Minas Gerais[19]. Sônia Câmara estabelece uma comparação entre o Brasil e Portugal ao analisar a assistência à infância menorizada. Contudo, não cita a contratação por Soldada. A autora circunscreve suas análises ao período de 1910 a 1920. Esses estudos comparados nos ajudariam a traçar um quadro de mudanças e permanências.

Muitos pesquisadores da Educação voltam seus olhos para a análise da legislação escolar, com diferentes objetivos. Uns o fazem para analisar a cultura material, outros o currículo. Há também os que analisam as instituições escolares. Iniciaremos o nosso estudo a partir da legislação para conhecermos os dispositivos normativos que regulamentavam a contratação por Soldada. Nosso caminho começa na análise das Ordenações Filipinas.

---

[18] Ver Antonio Candido. *Literatura e Sociedade.* São Paulo: Editora Nacional, 1980.

[19] Ver Cynthia Greive Veiga. Cultura escrita: representações da criança e o imaginário de infância. Brasil, século XIX. In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de e FERNANDES, Rogério (orgs.). *Para a compreensão histórica da infância***.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

As Ordenações Filipinas receberam esse nome em homenagem ao rei Felipe II, que reinou durante o período da União Ibérica. Mesmo depois da independência política do Brasil de Portugal e da elaboração da Primeira Constituição em 1824, as Ordenações Filipinas continuaram a ser usadas para revolver as disputas jurídicas. Com a elaboração do Código Civil em 1916 ela caiu em desuso, em pleno período republicano. Vejamos o que esse código diz sobre a soldada.

> E quando se alguns órfãos houverem de dar por soldada, ou a pessoas, que se hajam de obrigar de os casar; tanto que forem de idade de sete anos, o juiz dos órfãos fará lançar pregão no fim de suas audiências, em que digam que tem órfãos para se darem por soldada, ou por obrigação de casamento, que quem o quiser tomar vá a sua casa, e que lhos dará (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1603, p. 211).

No primeiro parágrafo do dispositivo não aparece a obrigação de educar os órfãos contratados. Há uma grande preocupação do legislador com o elemento feminino, assegurando que cabe a quem os contratar cuidar para que consigam se casar. Destacamos ainda a idade mínima de sete anos de idade, fixada pelo legislador, para dar início ao contrato. Ao longo do texto mostraremos que isso foi lentamente descumprido. Órfãos de cinco e seis anos de idade foram contratados.

O processo de contratação se iniciava ao final do dia, quando o juiz de Órfãos deveria fazer o pregão. Ele anunciava que havia órfãos que poderiam ser contratados, ou ser tomados em casamento. Havia uma interpenetração das esferas pública e privada. O pregão era feito em praça pública, local que aglutinava grande concentração de pessoas. Entretanto, o contrato deveria ser lavrado na casa do próprio juiz de Órfãos.

> A esfera pública é pensada como aquela em que indivíduos particulares se dirigem a outros com toda a liberdade e em seu próprio nome, enquanto o retiro privado está ligado ao exercício de um ofício civil ou eclesiástico. Através dessa inversão semântica esboça-se, pois uma nova divisão em que o público e particular já não se opõem como no século XVII, mas em que as práticas antes tidas como privadas definem o peso da reflexão pública, do posicionamento político (CHARTIER, CASTAN, LEBRUN, 2009, p. 31).

Era difusa a linha que dividia a esfera pública da esfera privada. Hannah Arendt[20] nos ajuda a compreender a relação existente entre o público e o privado. Segundo a autora é tênue a linha que separa o Estado, esfera pública, dos negócios familiares.

Ao lavrar em sua própria casa os contratos, o juiz de Órfãos estaria buscando diminuir os conflitos envolvendo as partes? Ele poderia propor arranjos sedimentados na cumplicidade

[20] Ver Hannah Arendt. *A condição humana*. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

e no segredo? Não temos respostas para as perguntas elencadas acima. Contudo, alguns critérios deveriam ser observados pelo juiz no momento de lavrar os contratos.

> E se alguns órfãos forem filhos de lavradores e outros lavradores os quiseram para mister na lavoura, não lhe serão tirados tanto por tanto. E se suas mesmas mães os houverem mister para a lavoura, e forem viúvas, que vivem honestamente, a elas se deem primeiro tanto por tanto. E não tendo mães, se seus avós os quiserem para o dito mister, a eles se deem. E não tendo avós se outros parentes tiverem, e para o dito mister da lavoura os quiserem, a eles sejam dados, preferindo sempre os parentes mais chegados até o quarto grau (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1603, p. 211).

Nos casos de ausência do pai, poderiam ser responsáveis os avós. Em último caso, o pátrio poder deveria ser dos parentes mais próximos, dando preferência para o ramo paterno da família. O legislador se preocupou em estabelecer o tipo de trabalho que os mesmos deveriam executar. O único momento em que o documento menciona ensino e aprendizagem, ele o faz a partir do ofício de mecânico, cujo órfão deveria receber os ensinamentos para desempenhar essa função.

> E se forem filhos de Oficiais Mecânicos, serão postos a aprender os ofícios de seus pais, ou outros para que mais pertencentes sejam ou mais proveitosos, segundo sua disposição e inclinação, fazendo escrituras públicas com os Mestres, em que se obriguem a dar ensinados em aqueles ofícios em certo tempo arrazoado, obrigando para isso seus bens. E o Tutor, ou Curador com autoridade do Juiz obrigará os bens dos órfãos e suas pessoas a servirem os tidos Mestres por aquele tempo no serviço, que tais aprendizes costumam fazer. E o juiz que isto não cumprir pagará ao órfão toda a perda e dano, que por isso se lhe causar (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1603, p. 12).

O legislador estabelece uma sutil diferença no tratamento dos órfãos ricos e pobres. Os últimos deveriam preferencialmente dirigir-se para a agricultura. Os primeiros, cujos pais possuíam ofício receberiam um tratamento diferente. Deveriam aprender um ofício. A citação ainda traz à tona outra figura jurídica: o curador.

A curatela é um documento no qual um maior incapaz, por motivos de saúde, não pode dispor de seus bens, cabendo a nomeação de um curador que responde civil e criminalmente, devendo o mesmo administrar os bens do dito maior incapaz. No Código Civil elaborado por Cleyson de Moraes Melo, encontra-se tutela definida como:

> Instituto jurídico que representa um encargo imposto por lei a uma pessoa capaz, para que esta cuide de uma pessoa menor e administre seus bens. Daí dizer que o tutor exerce um múnus público é um encargo público e obrigatório (MELO, 2005, p. 1.256).

Segundo o mesmo autor, ela pode ser subdividida em três: testamentária, dativa e legítima. Elas possuem pequenas diferenças entre si. Vejamos as suas respectivas definições.

> **Tutela testamentária**: é aquela em que o tutor é nomeado por ato de última vontade (testamento, codicilo, escritura pública, instrumento particular com firma reconhecida). **Tutela Legítima**: é a tutela que é instituída pela lei, na ausência de manifestação da última vontade dos pais. **Tutela Dativa:** é a tutela que ocorrerá não existindo manifestação de última vontade dos pais, parentes interessados em seu exercício ou, existindo, seja considerado incapaz de exercer o cargo. Logo, a decisão do tutor Dativo é realizada pelo magistrado (MELO, 2005, p. 1.259).

O legislador diz que o magistrado deve atentar para um detalhe importante: os bens dos órfãos. Vejamos o que diz o artigo 1.746 do Código Civil:

> Se o menor possuir bens, será sustentado e educado a expensa deles, arbitrando o juiz para tal fim as quantias que lhe parecem necessárias, considerando o rendimento da fortuna do pupilo quando o pai ou a mãe não houver fixado (MELO, 2005, p. 1.261).

O artigo 1.734 estabelece que em caso de pobreza e abandono os mesmos sejam recolhidos em instituições que possuam finalidade educativa. O tutor será nomeado pelo juiz; ele deve gratuitamente e voluntariamente cuidar de sua educação. A tutela dava origem ao processo de Soldada.

Em favor da formação intelectual, alguns tutores gastavam a herança deixada pelos pais dos órfãos. Havia também os que faziam gastos sem a aprovação do juiz de Órfãos, lapidando lentamente o patrimônio. Os instrumentos legais procuravam estabelecer a formação e proteger os bens, criando deveres do tutor para com o tutelado.

Até o presente momento pensamos em contratos de Soldada como um instrumento jurídico que regula a prestação de trabalho de um menor. Contudo, os dicionários jurídicos registram, curiosamente, outras possibilidades de definição de soldada, diferentes da empregada até este momento neste estudo.

O primeiro autor que consultamos foi R. Limongi, que organizou a *Enciclopédia Saraiva de Direito*, publicada em 1977. Nela encontramos uma variante que não apareceu nos documentos, que remete ao Direito Marítimo.

> Soldada o mesmo que pagar soldo ou salário devido em razão de locação de serviços. No Direito Marítimo designa ajuste, estipêndio ou remuneração que fazem entre si o armador e o tripulante por intermédio do Capitão. Há diversas modalidades de ajuste, que podem ser determinadas ora salário fixo, ora a provento eventual. Esclarece-nos J. C. Sampaio de Lacerda que no primeiro caso, 'a remuneração independe dos benefícios apurados na expedição; no segundo ao contrário é calculada em função dos benefícios obtidos'. O ajuste a salário fixo, por

> sua vez, pode ser por viagem ou por mês. O ajuste por viagem se verifica quando o tripulante se obriga a prestar serviços durante essa viagem, mediante retribuição estabelecida à *forfait*. Qualquer que seja o tempo de vigem, o tripulante só tem direito a quantia prefixada, modalidade esta hodiernamente muito rara (LIMONGI, 1977, p. 06).

Nessa enciclopédia encontramos referências de obras mais antigas que apresentavam a definição de soldada. São elas: *Dicionário de Tecnologia Jurídica*, de Pedro Nunes, publicado em 1948, apresentando-a também como integrante do Direito Marítimo. Contudo, ele nos diz que ela pode ser eventual ou fixa. Possibilidades inexistentes na definição anterior.

> Soldada (dir. mar.) – salário pago à tripulação do navio, pelo serviço prestado a bordo; a soldada pode ser: A) eventual: a que consiste nos lucros partilhados aos tripulantes, numa parceria marítima de que porventura façam parte. B) fixa, quando estipulada por mês ou por viagem (NUNES, 1948, p. 568).

Pedro Nunes publicou novamente a obra citada no ano de 1956. Consultamos a obra na Biblioteca Nacional e percebemos que nela consta o mesmo verbete. Outros dois dicionários jurídicos foram consultados para acompanhar a discussão jurídica sobre o conceito.

No livro escrito por Othon J. M. Sidou, *Dicionário Jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas,* em sua décima edição, publicada em 2009, não conseguimos localizar as edições anteriores, nem na Biblioteca Nacional nem no Instituto dos Advogados Brasileiros. O livro não apresenta novidades terminológicas, ao contrário não apresentou a definição de Soldada Eventual e Fixa.

Humberto Piragibe Magalhães e Cristóvão P. Tostes publicaram em conjunto o *Dicionário Jurídico.* No Instituto dos Advogados Brasileiros havia duas versões: uma publicada pela Editora Destaque, na oitava edição e outra publicada pelas Edições Trabalhistas. Em ambos, os autores mantiveram as mesmas definições já apresentadas anteriormente.

Os documentos do Centro de Documentação História de Vassouras são gerenciados pela Universidade Severino Sombra. Eles foram digitalizados facilitando a consulta do pesquisador. Dispostos num único fundo/coleção, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ) – Vassouras. Nele não consta um único pedido de Soldada Marítima, apenas requisição de pagamento e contratação de crianças. Uma das razões que pode explicar essa ausência é o nome do fundo, onde os documentos estão guardados.

No Arquivo Nacional os pedidos de Soldada estão em diferentes fundos/coleção. São eles: Pretória do Rio de Janeiro, com as diferentes freguesias da cidade do Rio de Janeiro;

Supremo Tribunal de Justiça; Juízo de Órfãos e Ausentes; Relação do Rio de Janeiro; Tribunal Cível e Criminal do Rio de Janeiro; Casa de Suplicação; Série Revista Cível; Série Apelação Cível; Série Revista Cível do Tribunal de Justiça; Vara Cível do Rio de Janeiro e Juízo Especial do Comércio da 1ª Vara. Veja a tabela abaixo:

Tabela 9 – De soldada por fundo/coleção

Soldada por Fundo/Coleção	
Arquivo Nacional	35
CDH-USS	65
Total	100

FONTE: Arquivo Nacional e CDH-USS, 2012.

Na tabela apresentada anteriormente temos o total de registros coletados e organizados num banco de dados. Ele nos possibilita fazer os cruzamos entre as duas cidades comparadas: Rio de Janeiro e Vassouras. No Arquivo Nacional os pedidos de Soldada Marítima foram registrados no Juízo Especial do Comércio da 1ª Vara e no fundo Série Apelação Cível. Nenhum dos pedidos foi registrado no período de 1889 a 1930, ou seja, na Primeira República. Isso pode ser um indício sinalizando que nesse período as relações de trabalho a bordo dos navios possuíssem outra configuração. No Arquivo Nacional encontramos oito pedidos de Soldada Marítima.

Em 1860 o navio dinamarquês *Triton* aportou no Rio de Janeiro. Com o pagamento atrasado, quatro marinheiros, sendo que três deles eram irmãos, acionaram a justiça local contra o capitão do navio, João Henrique Hesen[21]. Para se defender o capitão apresentou os lucros obtidos com a viagem. Todavia não sabemos se eles receberam o que lhes era devido.

O último dicionário consultado foi escrito por Maria Helena Diniz, publicado em 2005 pela Editora Saraiva. A autora segue os mesmos caminhos dos anteriores. Entretanto, além do Direito Marítimo há duas possibilidades de emprego do conceito: o Direito Cível e do Trabalho. Na última opção encontramos velhos indícios que se aproximam das Ordenações Filipinas, e que nos permitiriam abordar o trabalho de crianças negras e pardas. Na definição de Direito do Trabalho, a autora nos diz que soldada pode ser "salário de criado ou empregado doméstico (DINIZ, 2005, p. 75).

[21] Ver Arquivo Nacional: o processo Fundo/Coleção: Juízo Especial do Comércio, 1ª Vara, JC, ano 1860, Nº 3.536, Caixa 1.335.

Como os caminhos da pesquisa são sinuosos. No momento de elaboração do projeto de pesquisa encontramos os pedidos de Soldada, no Centro de Documentação Histórica (CDH) de Vassouras, mantido pela Universidade Severino Sombra. Diante de nós tínhamos documentos que eram fragmentos de práticas sociais do passado, envolvendo crianças negras e pardas. Lentamente ampliamos o nosso olhar para outras fontes documentais, em outras instituições de memória, para tornar mais denso o nosso olhar e formar um quadro explicativo sobre o processo de escolarização a elas destinado.

Se primeiro tivéssemos consultado os dicionários citados acima, não chegaríamos aos pedidos de Soldada com solicitação de pagamento ou contratação de crianças, nem mesmo às Ordenações Filipinas. Sobre esses documentos reina o silêncio nos dicionários. Devemos compreender que essa lacuna é um produto social; ela foi intencionalmente fabricada.

2.2 **Nas malhas da lei: os pedidos de Soldada de crianças negras**

> Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde farejar carne humana, sabe que ali está a sua caça (BLOCH, 2001, p. 54).

Os pedidos de Soldada são indícios preciosos para que possamos montar o quebra-cabeça do processo de escolarização de crianças negras e pardas. Outros pesquisadores já usaram esses pedidos. Leandro Rosa da Silva, em sua monografia de final de curso, buscou compreender a relação existente entre trabalho e educação de crianças negras em Vassouras. Nos parágrafos que se seguem dialogaremos com o texto do autor.

Leandro Rosa da Silva centrou seu interesse na análise dos pedidos de Soldada, contudo, esses documentos necessitavam de outros sobre a mesma sociedade para completar o quadro. Entre as fontes documentais de pesquisa não consultadas, o autor apontou o jornal *O Vassourense*.

> Observe que a referida lei de 28 de setembro previa que na falta de estabelecimentos ou associações criados para a educação dos menores (sic), os Juízes poderiam encarregar a criação e educação desses menores a pessoas que assumiriam esse compromisso em troca dos serviços dessas crianças até que completassem a idade de 21 anos. Acreditamos, conforme veremos, que a maioria dos menores libertos vassourenses se enquadrava nessa alternativa legal, uma vez que o município era carente de tais instituições ou associações profissionalizantes, conforme aponta os jornais da época, pesquisados por Marcos José Varoneze Soares (2003) (SILVA, 2011, p. 33).

Ele cita um estudo que apresenta o jornal como fonte. Não era um privilégio de Vassouras possuir um número reduzido de Escolas de Primeiras Letras. Outras cidades da região, como Paraíba do Sul, também enfrentavam o mesmo problema. Se a cidade contava com poucas escolas, até mesmo para os livres, esperar que ela tivesse muitas escolas, asilos e institutos profissionais para atender aos ingênuos mostra desconhecimento da História da Educação.

As edições dominicais do *O Vassourense* estampavam anúncios procurando menores, para que eles prestassem pequenos serviços, com baixa remuneração. Isso nos leva a pensar que o trabalho de crianças era uma prática social sedimentada, que não possuía a carga negativa do tempo presente.

> Aluga-se um moleque muito extremoso para andar com crianças ao que está muito acostumado e também ajuda a fazer serviço de cozinha do que tem muita prática. Para tratar, na casa de João da Costa (O VASSOURENSE, 4/03/1883, p. 3).
> Aluga-se uma escrava que cozinha, lava e engoma regularmente Rua Barão do Tinguá, numero 11. (O VASSOURENSE, 01/04/1883, p. 4)
> Precisa-se de uma escrava para serviços domésticos. Trata-se nesta tipografia (O VASSOURENSE, 01/07/1884).
> Aluga-se uma preta que cozinha o trivial e lava a poucos dia ficou forra. Trata-se no Rio Bonito, com o Leonel (O VASSOURENSE, 08/07/1883, p. 4).
> Precisa-se de negrinha ou ingênua para andar com criança. Informar-se nessa tipografia (O VASSOURENSE, 26/08/1883).

De maneira geral os anúncios eram pequenos e diretos. Diferente das crônicas que ocupavam até duas páginas e das reportagens que discutiam assuntos do cotidiano. Cada anúncio custava cem réis por uma linha, com repetições por mais de três vezes. Quem usava as páginas do jornal para contratar empregados eram médios e pequenos proprietários, pois os grandes senhores de terra possuíam escravos que poderiam realizar essas tarefas.

O jornal trazia uma prática informal de contratação de serviços. Alguns anúncios apresentam indivíduos adultos, outros apresentavam crianças. Para regularizar a prática dos últimos, era necessário firmar um contrato de Soldada. Havia crianças contratadas à Soldada que não eram negras nem pardas.

Em 14 de abril de 1882, a jovem Marie Segur, filha de Catharina Segur, descrita como viúva, deu entrada no Juízo de Órfãos e Ausentes da Segunda Vara no Rio de Janeiro, reclamando a quantia de 293 contos de réis, de José da Silva Alves, que a contratou para trabalhar em sua casa. A jovem contava com 16 anos de idade e pretendia se casar com seu noivo, cujo nome não aparece no documento, citando apenas que ele tinha 26 anos e era mais velho que a moça. Marie Segur foi contratada primeiramente por José da Silva Alves, que nos autos do processo alegou que a mãe da menina se entregou à embriaguez e ficou louca. A mesma encontrava-se recolhida no Asilo da Mendicidade ou no Hospital D. Pedro II. José da Silva Alves apresentou o pedido de baixa da responsabilidade da menor em 14 de setembro de 1884. Ele alegou que a menor não estava mais em sua casa, e sim na casa de Manoel Borges. Junto aos autos do processo consta a certidão de casamento de Marie Segur. Ela era alfabetizada, pois assinou o seu nome na certidão em 22 de setembro de 1885.

Não sabemos se ela recebeu a quantia que juntamente com o marido requeria. Mas a trajetória de Marie Segur[22], a julgar pelo sobrenome, era filha de uma família de imigrantes pobres que moravam no Rio de Janeiro. O valor encontrava-se depositado no Cofre dos Órfãos. Levando em conta a quantia, ela deveria ter trabalho por seis anos, ganhando 5:000$00 (cinco contos de réis) por mês e 58.060$00 (cinquenta e oito e sessenta contos de réis) por ano.

O documento mostra outra face do contrato de Soldada: a mobilidade. Primeiro ela foi contratada por Jose da Silva Alves. Depois, sem ter comunicado ao juiz de Órfãos, foi contratada por Manoel Borges. O primeiro contratante só apresentou o pedido de dispensa da tutela quando foi acionado pela Justiça para o pagamento da quantia devida à menor. Isso nos mostra que, embora a contratação seguisse um caminho burocrático, nem sempre ele era religiosamente respeitado pelas partes.

Sidney Chalhoub nos mostra que no cenário cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro muitos que integravam a paisagem eram crianças. O autor apresenta a briga

[22] Fizemos uma opção por resumir o processo, para diminuir o numero de citações e também tornar o texto mais fluente. Contudo os interessados em consultar o documento na íntegra podem fazê-lo consultando no Arquivo Nacional, Fundo/coleção: Juízo de Órfãos e Ausentes. ZM, ano 1882, Maço 230-7ª, Nº 1.884.

envolvendo Joaquim Alves Casemiro, de 24 anos, com José Bento de Souza, 14 anos aprendiz de sapateiro.

> [...] Jose Bento a vítima favorita das 'brincadeiras' que acabavam por prejudicar a produtividade de seu trabalho, fato confirmado por outros depoentes, é revelador: apesar de bastante jovem, ele é 'estimado por seu patrão', como diz uma das testemunhas, e além disso, 'sabe ler e escrever e é bastante ativo', já recebendo 'salário correspondente a uma diária de dois ou três mil-réis', como afirma outra testemunha. Este salário era bastante alto para uma criança aprendiz de sapateiro que, de acordo com M. C. Baeta Neves, recebia normalmente uma diária entre mil e 1.500 réis em 1906 (CHALHOUB, 2001, p. 100).

Francisca nasceu em 1870 no Rio de Janeiro[23]. Um ano antes dos legisladores assinarem a Lei do Ventre Livre. Quando foi contratada pela primeira vez tinha 12 anos de idade, e já era órfã de mãe e pai. O que o destino ainda lhe reservara? A menina foi contratada por Joaquim Silva Guimarães. Entretanto, sem maiores esclarecimentos, a menina encontrava-se na casa da modista Madme. Comitá, prestando-lhe serviços. Francisca adoeceu e precisou ser hospitalizada. O seu tutor, Joaquim Silva Guimarães, entra em cena novamente, redigindo um termo explicando ao juiz de Órfãos a condição de saúde da menina, informando que a mesma já estava restabelecida e encontrava-se novamente na casa de Madme Comitá. Uma nova tutela é assinada e a sua guarda é transferida para o capitão de fragata Miguel José de Melo, no dia 26 de julho de 1884. No processo não há menção do valor pago à menina pelo serviço prestado. O capitão a emprestou para dona Carlota Belfort Duarte Halle, da qual saiu em novembro do mesmo ano sem informação posterior do seu destino.

Esse documento é o único do conjunto do Arquivo Nacional que evidência a necessidade de tratamento médico. Embora a menina não estivesse em sua casa, o seu tutor foi informado do seu estado de saúde. Ele tomou as providências para que ela recebesse tratamento médico. Logo após o caso, a tutela foi transferida para o capitão de fragata Miguel José de Melo, que mais uma vez a emprestou para uma mulher. Haveria algum impedimento para que as mulheres assumissem a guarda de uma menina?

Francisca vivia na Corte os anos agitados pelo fim da escravidão. Seu contrato fora assinado em 1884, ou seja, quatro anos antes a abolição. Embora fosse órfã, ao longo da lida deve ter estabelecidos laços de solidariedade, ou mesmo poderia possuir laços parentais mais distantes, como um tio, um padrinho que morava em lugar distante. Não foi mais encontrada. Provavelmente com a Abolição da Escravidão, reuniu-se a um grupo de libertos no campo da Aclamação e comemorou a data festiva.

[23] Ver Arquivo Nacional: o processo Fundo/Coleção: Juízo de Órfãos e Ausentes, ZM, ano 1882, N.1.635.

Havia crianças que eram exploradas por seus parentes. Esses entravam na justiça requisitando os valores depositados pela prestação da Soldada. Contudo, os pequenos trabalhadores não eram de se deixar enganar. Buscavam junto ao Juízo de Órfãos e Ausentes uma forma de receber o seu quinhão, fruto do penoso trabalho.

Aos oito dias do mês de abril de 1892, deu entrada no Tribunal Cível e Criminal do Rio de Janeiro, Isabel Bernardina Cordeiro, 20 anos de idade, filha de Josefina Amélia Cordeiro e Manoel Cândido Cordeiro; nos autos do processo consta que seu pai era falecido. Podemos fazer o cálculo retrospectivo e saber que ela nasceu em 1872, ou seja, um ano depois da assinatura da Lei do Ventre Livre. A mesma foi batizada segundo os ritos da Igreja Católica, pois anexou ao processo sua certidão de batismo. Sua mãe lhe deu por contrato de Soldada a Antônio Lucio Bittencourt, residente na rua Sete de Setembro, nº. 86, na Corte do Rio de Janeiro. Ele depositou na Caixa Econômica a quantia de 5000$000 (cinco mil contos de réis) pelo serviço prestado pela menor. Antonio Lucio pretendia sair da cidade e, em respeito à lei, solicitou a nomeação de um novo tutor para a menina. O processo deu entrada na Segunda Vara do Juízo de Órfãos e Ausentes. João Gonçalves Pereira foi nomeado como novo tutor. Ele residia na rua Barão do Bom Retiro, nº. 53. O mesmo deveria fazer um depósito no valor de 10000 (dez mil contos de réis) pelo serviço prestado pela menina. Um novo termo de responsabilidade é lavrado. A história tem uma nova mudança: seu avô, residente na rua da Passagem, nº. 68, entrou com um pedido na justiça para que a menina fosse entregue a ele. Não sabemos ao certo se era o pai de sua mãe ou de seu pai. Isabel, em 1893, contava com 21 anos: ela entra na Justiça pedindo que o valor seja pago a ela e a ninguém mais.

O dinheiro que a menina possuía depositado na Caixa Econômica era uma quantia expressiva, que despertou cobiça de parentes distantes. O documento se encerra sem sabermos se ela conseguiu receber o valor. O fundo/coleção que guarda o documento de Isabel denuncia que o caso havia saído da esfera do Juízo de Órfãos e Ausentes. Ela era maior e agora o caso deveria ser tratado pela polícia.

Nem todas as crianças contratadas aceitavam docilmente as tarefas exigidas no contrato de Soldada. Havia os que se negavam e também os que fugiam. João Eleutério parecia disposto a discordar das ordens, e quando encontrava uma brecha fugia; seu tutor comunicava sua fuga à Justiça, que acionava os policiais, que procuravam o menino nas ruas do Rio de Janeiro.

João Eleutério, pardo, com 11 anos de idade foi contratado por Antônio Cipriano Nunes Barbosa; no processo não consta o nome nem do seu pai nem de sua mãe, o que nos

levou a supor que o menino era órfão. O menor ficou detido na Casa de Detenção da Corte por 48 dias. No processo consta a despesa do menino no estabelecimento correcional do Rio de Janeiro. Seu tutor devia aos cofres públicos 21.560$000 (vinte e um mil contos e quinhentos e sessenta réis). Observem o raciocínio do administrador da instituição:

Repartição a 400	19.200	
Alimentação	360	
Carceragem	2.000	
Total _____		21.560$000[24]

João Eleutério era uma verdadeira máquina de prejuízo. Antônio Cipriano Nunes Barbosa entrou com o pedido de suspensão da tutela, na Segunda Vara de Órfãos e Ausentes. Ele pedia baixa da responsabilidade sobre o menor, que fugira três vezes e não se encontrava sob a proteção do contratante. A primeira fuga ocorreu em 11/06 e permaneceu fugido até 04/07. O menino foi encontrado numa pensão na rua Alcântara, nº. 10. A segunda fuga ocorreu em 17/07 e permaneceu fugido até 27/07. João Eleutério foi encontrado brincando com as outras crianças, na estação da Estrada de Ferro do Engenho Novo. A terceira fuga não tardou a acontecer, e ocorreu em 15/08 do mesmo ano e dessa vez o menino não foi encontrado até a assinatura do termo. Antonio Cipriano Nunes Barboza, seu tutor, não o queria mais em sua casa. Por certo, quem não queria há muito era o menino, que com suas constantes fugas buscava o tempo de infância, de brincar e estar com outros da mesma idade e sorte.

Em Vassouras encontramos um caso semelhante[25]. No dia 5 de julho de 1890 iniciou-se o processo no qual Josué Gomes de Souza Assumpção, tutor do menor Pedro, filho da liberta Benta, que já trabalhava contratado por Soldada há sete anos, declarou que o menor fugiu, ajudado pelo liberto Victor, que se casou com a mãe do menor. Josué Gomes de Souza Assumpção, que prometeu em juízo depositar a quantia de cinco contos de réis pelos serviços prestados por Pedro, disse mais, que prometia vestir, alimentar e educar o menor, pois o meio em que o menor vive não lhe oferecia meio de tomar trabalho honesto. Ajudado por Victor, o menor fugiu da fazenda de Josué Gomes de Souza Assumpção, sendo visto nas redondezas de Paraíba do Sul. Ele e Victor foram contratados pelo português Caio para trabalhar em sua fazenda. Cabia a Pedro a tarefa de chamar os bois no carro, tratar dos porcos, limpar os

[24] Ver Arquivo Nacional: o processo Fundo/Coleção: Juízo de Órfãos e Ausentes, ZM, ano 1882, Maço 2.284, N. 1.958.

[25] Ver Centro de Documentação Histórica – Universidade Severino Sombra. Fundo/coleção TJERJ, 103.664.371.010.

lugares onde os animais dormiam. Sua mãe também se empregou na fazenda. O menor foi reconduzido à fazenda de Jose Gomes de Souza Assumpção. Quando perguntado pelos juízes o que aprendeu na mesma, ele respondeu que antes de fugir começou a aprender a ler e a escrever.

Diferente de processo de João Eleutério, onde não houve a preocupação explícita com a aprendizagem do menor, Pedro estava começando a juntar as letras quando fugiu ajudado por Victor. Acompanhando o processo percebemos o cuidado do juiz de Órfãos ao inquirir o menino o motivo da fuga. Ele pediu que junto ao processo fossem anexados os comprovantes de depósito na Caixa Econômica do valor devido ao menor. As contas estavam corretas; logo, o que motivou a fuga foi o desejo de Victor de reunir a família em outra cidade.

Tanto no Rio de Janeiro como em Vassouras temos uma única pessoa contratando à Soldada mais de uma criança. Comecemos pela capital. Alexandre Marcondes de Moura contratou seis crianças, todas sem a menção do nome do pai ou da mãe nos documentos, para o trabalho agrícola nas fazendas de Caçapava e São José dos Campos. Ele só contratou meninos, todos pelo mesmo valor de cinco contos de réis. Os meninos contratados são: Peter Bormam, Roberto Augusto de Magalhães, Marcelino Miranda da Silva, Antonio Francisco de Oliveira e Lapier Jacinto Periera. Tomando o nome e o sobrenome dos meninos, podemos dizer que eles provavelmente são filhos de imigrantes pobres, residentes no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, como o avanço do café para o interior exigia novos braços na lavoura, o trabalho escravo já não era possível e a alternativa era contratar crianças para continuar a produzir café. Não podemos esquecer que os salários pagos às crianças eram baixos, aumentando o lucro dos produtores. Contratar crianças de fora de São Paulo era também impedir que elas fugissem, pois desconheciam o lugar onde estavam trabalhando.

Em Vassouras, no mês de setembro de 1891, o comendador Quintiliano Caetano da Fraga, proprietário agrícola estabelecido na freguesia de Paty do Alferes, contratou seis crianças, entre eles, Cezário, de 12 anos de idade, filho natural de Ambrozina; e também contratou Miguel, de nove anos de idade, filho natural de Senhorinha. Ao primeiro seria pago, pelo valor do serviço prestado, a quantia de cinco contos de réis; ao segundo, quatro contos de réis. A quantia deveria ser depositada em caderneta na Caixa Econômica. O contratante se responsabilizou diante do juiz de Órfãos, a alimentar, vestir, tratar das doenças e educá-los. Dois anos depois, em 1893, Quintilano Caetano da Fraga resolveu desistir do contrato com Cezário, que se encontrava preso na cadeia da cidade devido à acusação de ter matado alguém. O suplicante pediu também que o dinheiro depositado fosse devolvido.

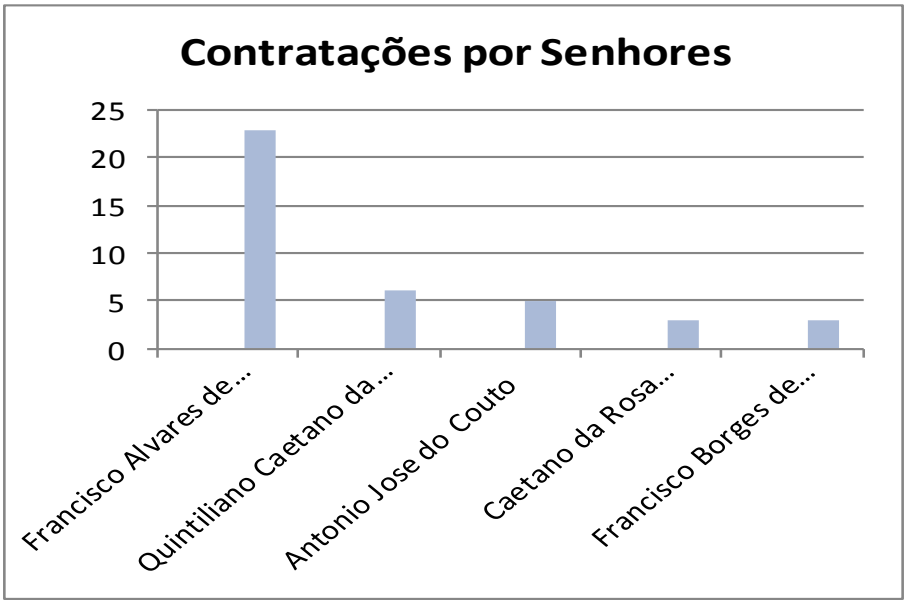
Esse documento lança luzes sobre as diferentes áreas do nosso estudo. Não podemos dizer que todos os menores contratados à Soldada eram crianças criminosas, e também não podemos cair no extremo oposto pensando que estamos lidando com anjos, doces e ingênuos. Estamos diante de pessoas de carne e osso e não de tipos ideais. Eles tanto poderiam sofrer com contratos injustos, que explorava a sua força de trabalho, e não lhe educando como era previsto. Mas eles poderiam também se cruéis, fugir, se negar a trabalhar, descumprindo os contratos.

Quintiliano Caetano da Fraga contratou seis; Alexandre Marcondes de Moura veio ao Rio de Janeiro e contratou seis crianças para trabalhar no interior. Nenhum dos dois se comparava a Francisco Álvares de Azevedo Macedo, que contratou 26 crianças entre meninos e meninas, para trabalhar na fazenda São Roque, em Vassouras. O suplicante assumiu perante a lei a responsabilidade de dar aos menores: alimentação, vestuário, tratamento médico e educação compatível com a sua condição. O documento foi assinado aos 16 dias do mês de junho de 1888.

Um mês depois da assinatura da Lei Áurea, sem trabalhadores disponíveis e com uma fazenda para dirigir, Francisco Álvares de Azevedo e Macedo se dirigiu até o juiz de Órfãos da cidade e contratou os filhos dos homens a quem ele possivelmente havia libertado, por um preço mais baixo. Não tivemos acesso à lista de escravos para tornar mais precisa a nossa afirmação. Contudo, como ele conhecia as crianças que contratou?

Esse documento é uma preciosidade, pois ele contém: o nome das crianças, a cor, o valor do serviço contratado e o nome das mães – todas elas possuem ao lado do nome a palavra liberta. Elaboramos um gráfico para representar a proporção de pessoas que contrataram mais de uma criança. Vejamos abaixo:

Gráfico 5 – Contratações por senhores



Fonte: Pedidos de Soldada, CDH-USS, 1891.

Das crianças contratadas à Soldada por Francisco Álvares de Azevedo e Macedo, 13 ou 56,52% foram classificadas como *pretas,* sete ou 30,43% foram classificadas como *pardas,* quatro ou 17,39% foram classificadas como *fula,* e apenas um ou 4,34% foi classificada como *cabra.* Esse padrão étnico lembra uma velha comunidade africana, na qual a maioria dos indivíduos era classificada como *pretos* pelos recenseadores no momento da matrícula. Enquanto os nascidos no Brasil, em sua maioria eram chamados de *pardos*[26].

As crianças contratadas por ele apresentavam idades entre sete e 16 anos de idade. De 26 crianças temos duas com sete anos de idade, uma com oito anos de idade, duas com nove anos de idade, duas com 10 anos de idade, uma com 11 anos de idade, duas com 12 anos de idade, dois com 13 anos de idade, quatro com 14 anos de idade, seis com 15 anos de idade e duas com 16 anos de idade.

Todos nasceram após a Lei do Ventre Livre. Desta forma, afirmamos que a preocupação com o trabalho era maior do que a preocupação com a educação. Quando analisamos o gênero das crianças contratadas, encontramos 14 meninos e 10 meninas, e isto repetia uma lição que o fazendeiro já sabia: para tocar a produção agrícola eram necessários mais homens, devido à força física, do que mulheres.

Se fossemos representar a sociedade graficamente, escolheríamos a figura do triângulo escaleno, cujos três lados são diferentes. De um lado estariam as crianças contratadas à Soldada, de outro os homens que as contratavam, e no terceiro lado as famílias que cediam os

[26] Ver Marcus Vinicius Fonseca. *População Negra e Educação: o perfil racial das escolas minerais no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

seus rebentos. Se havia apenas um homem que contratava mais de uma criança, havia também uma única família que cedia mais de um filho. Vejamos a proporção na tabela abaixo:

Tabela 10 – Filhos da mesma família contratados por soldada

FILHOS DA MESMA FAMÍLIA		
MÃE	**PAI**	**TOTAL**
Senhorinha	Não Consta	6
Antonia	Não Consta	4
Josefina Maria (viúva)	Felizardo Gomes Ramos	3
Liberta Maria Thereza	Não Consta	3
România	Não Consta	3
Liberta Leonor	Não Consta	2
Clara Maria de Jesus	Pedro da Silva Rocha	2

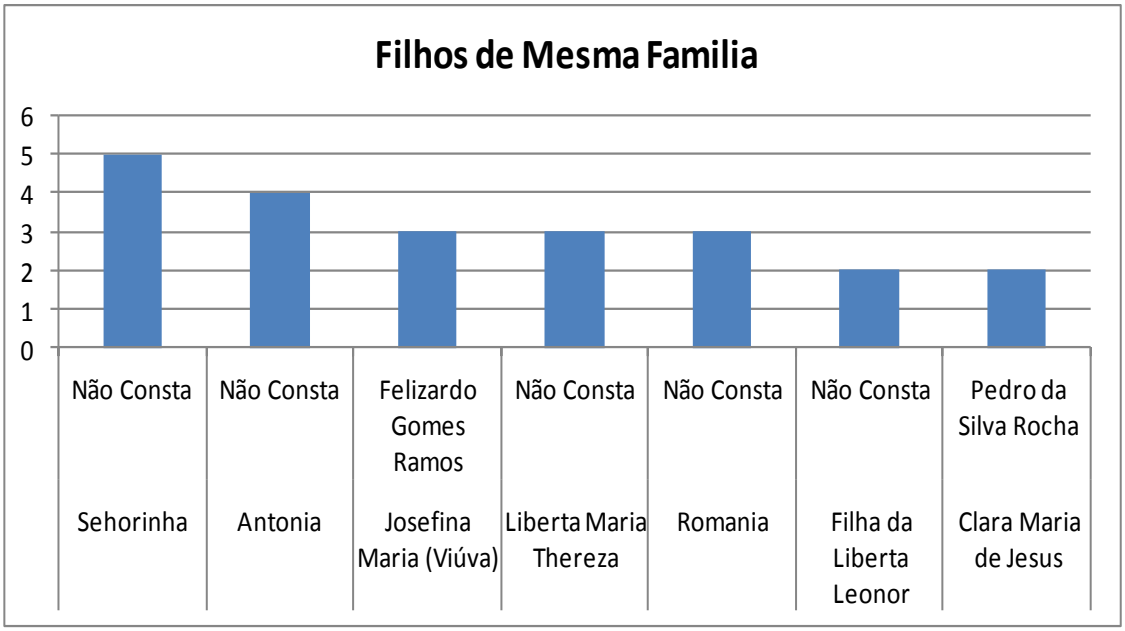
FONTE: Pedidos de Soldada, CDH-USS, 1891.

Nos pedidos de Soldada que analisamos, Senhorinha foi a mulher que mais cedeu os filhos para contrato de Soldada. Sua prole era composta por quatro meninos e duas meninas. Seus filhos foram contratados por Quintiliano Caetano da Fraga. Pedro era o caçula, com apenas sete anos de idade, Arquilão com oito anos, Miguel com nove anos, Amélia com 10, Cezário com 12 anos e Therezinha, a sua primogênita, com 13 anos de idade. Todos trabalhavam. Nos pedidos de Soldada há também registro sem indicação do nome do pai e da mãe. Isso pode ser uma estratégia para esconder que a mesma mulher, ou o mesmo homem, estaria cedendo todos os filhos para contrato de trabalho. Senhorinha saiu do anonimato ao registrar o seu nome em todos os pedidos de Soldada de seus filhos.

Pouco sabemos sobre Senhorinha. Não sabemos com quantos anos ela teve o seu primeiro filho, quiçá o último. Este dado seria importante para pensarmos a fertilidade e taxa de natalidade. Tomaremos as idades das crianças e a data dos registros como ponto de partida para tentarmos discutir a fertilidade e a natalidade.

Todos os registros foram lavrados em 1889. Todos nasceram após a Lei do Ventre Livre, assinada em 1871, ou seja, eles eram alvos preferenciais das políticas da classe senhorial destinada à educação dos ingênuos. Therezinha, a mais velha, nasceu em 1876, e o mais jovem, Pedro, nasceu em 1882. O intervalo de tempo do primeiro para o segundo filho é de um ano, aumentando para dois anos do segundo para o terceiro filho. Nos demais ele teve um filho a cada ano.

Gráfico 6 – filhos da mesma família contratados por soldada



Um dado que não poderíamos deixar de discutir é que em dois registros encontramos o nome do pai e da mãe da criança contratada por Soldada. Nos demais não houve esse cuidado. A ausência do nome do pai pode ser explicada por vários motivos: desconhecimento da paternidade, falecimento, fruto de uma relação fora do casamento e que deveria ficar no anonimato. Contudo, pensamos que eles podem não ter registrado o nome do pai para que o mesmo não tivesse encargo com o sustento do filho, lançando-o prematuramente no mundo do trabalho.

Chamamos de volta à cena Francisco Álvares de Azevedo Macedo, proprietário da fazenda São Roque, em Vassouras. Por meio do registro exemplar de sua contabilidade, poderemos pensar o valor pago pelo trabalho das crianças contratadas à Soldada.

Cuidadosamente o escrivão faz a lista. Ao seu lado o dono da fazenda, inspecionando as "peças" que acabou de contratar. Ao dizer nome e idade, o fazendeiro estabelece o preço do serviço. O fazendeiro gostava de economizar, pois houve quem pagasse mais por contrato de Soldada. Contudo, ele pensava na quantidade que estava contratando, pois afinal levaria para casa 26 crianças. Aos mais velhos, os de 16 anos de idade, pagou mais. Com eles firmou contrato de quatro contos de réis, e havia apenas duas crianças com essa idade. Os que possuíam 15 anos de idade, pagou menos, e com eles estabeleceu que pagaria três contos de réis; havia seis crianças que apresentaram essa idade.

O fazendeiro ainda precisava economizar e padronizou o pagamento para os demais. Para os que possuíam de 14 a 12 anos de idade, resolveu pagar apenas dois contos de réis. E o

grupo era formado por oito crianças. Para os que possuíam de 11 a 7 anos de idade, pagaria a ninharia de apenas um conto de réis pelo serviço prestado. No total ele teria um gasto de 50 contos de réis, somente com pagamento, e a essa despesa ainda deveria ser acrescentada alimentação, vestuário e remédios. Em sua contabilidade ainda haveria espaço para gastos com educação?

Poucos contratantes realmente se preocuparam com a educação das crianças que tomavam por Soldada. Contudo, havia os que procuravam cumprir a lei, matriculando as crianças em Escolas de Primeiras Letras. Dos cem registros coletados, tanto no Arquivo Nacional como no Centro de Documentação Histórica, gerenciado pela Universidade Severino Sombra, apenas três registros fizeram menção à educação de forma direta: o registro de Pedro – cujo padrasto, Victor, incentivou-o a fugir – e outros dois que agora apresentamos.

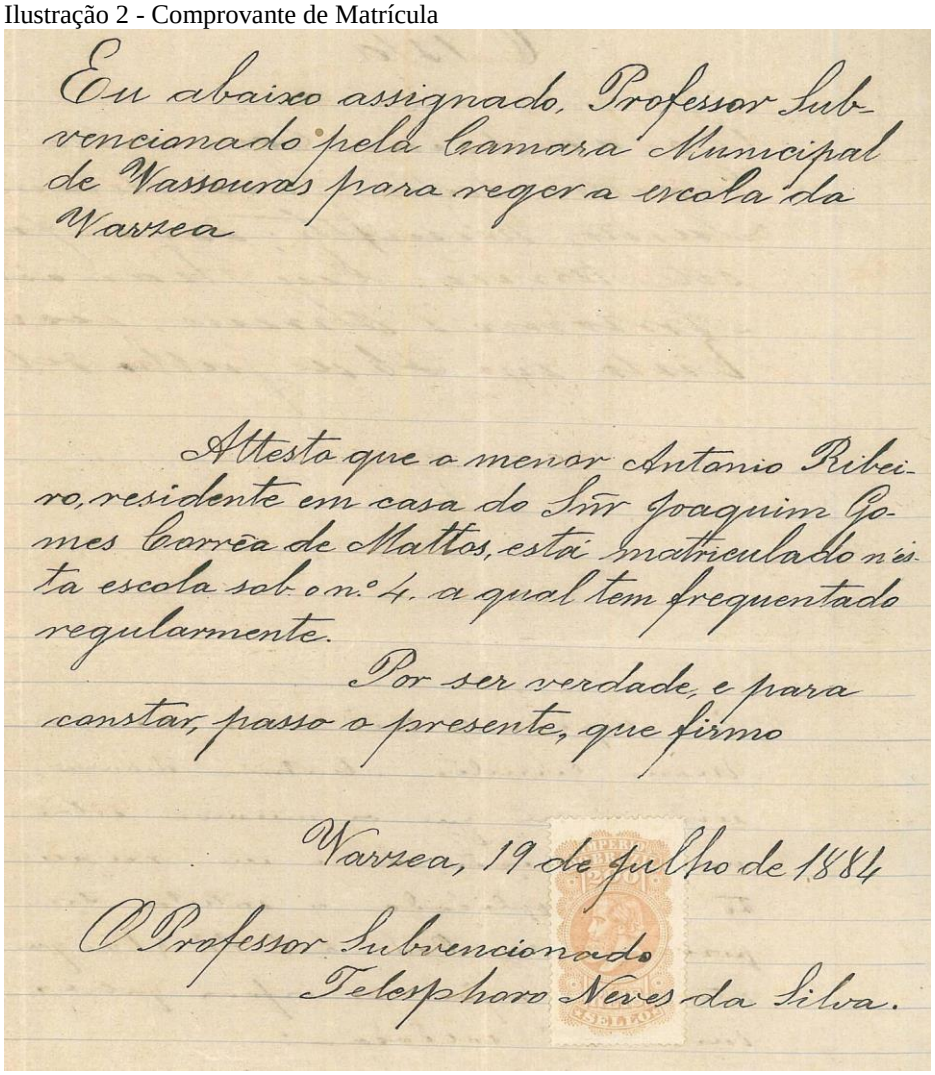
No ano de 1897, aos 30 dias do mês de julho, Jacintho de Souza Vieira[27] compareceu perante o juiz de Órfãos e Ausentes da cidade de Vassouras. Ele firmou um contrato de Soldada com Antonio, de 10 anos de idade, filho de Manoel da Silveira que havia falecido. Nos autos do processo não consta o nome da mãe. O menino encontrava-se na Santa Casa de Misericórdia. O suplicante assumiu perante o juiz de Órfãos e Ausentes, a responsabilidade de vesti-lo, alimentá-lo e fazê-lo frequentar a escola pública de Belém. Jacinto de Souza Viera era funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil, e ele prometeu pagar ao menino três contos de réis pela prestação de serviço.

No ano de 1884, aos 16 dias do mês de julho, compareceu perante o juiz de Órfãos e Ausentes na cidade de Vassouras, Joaquim Gomes Correia Mattos[28] para contratar por Soldada Antonio Ribeiro, de 11 anos de idade, filho dos falecidos Januária e Antonio Ribeiro, para que o mesmo realizasse serviços agrícolas e domésticos, pelo valor de cinco contos de réis. O suplicante se comprometeu em educar o menino e o fez; vejamos o atestado assinado pelo professor abaixo:

[27] Ver Centro de Documentação Histórica – Universidade Severino Sombra. Fundo/coleção TJERJ, 102.663.863.011.

[28] Ver Centro de Documentação Histórica – Universidade Severino Sombra. Fundo/coleção TJERJ, 102.663.863.003.

Ilustração 2 - Comprovante de Matrícula



Eu abaixo assignado, Professor Subvencionado pela Camara Municipal de Vassouras para reger a escola da Varzea

Attesto que o menor Antonio Ribeiro, residente em casa do Snr Joaquim Gomes Corrêa de Mattos, está matriculado nesta escola sob o n.º 4. a qual tem frequentado regularmente.

Por ser verdade, e para constar, passo o presente, que firmo

Varzea, 19 de julho de 1884

O Professor Subvencionado
Telesphoro Neves da Silva.

Fonte: Pedido de Soldada, CDH, 1884.

O menino era neto de Juliana Florisbela de Jesus e com ela morava; ela entregou Antonio e também sua filha mais nova, Maria Cornélia, de 13 anos de idade, alegando que não possuía renda suficiente para educá-los. O contrato firmado com a menina foi no mesmo valor, cinco contos de réis. Em seu processo não encontramos nenhum atestado comprovando que ela efetivamente frequentou a escola. Porém a julgar pelo cuidado que ele teve com o primeiro contrato, podemos pensar que a menina tenha recebido o mesmo tratamento.

Diante do exposto sabemos que tanto os dois meninos – que curiosamente possuem o mesmo nome (Antonio) – e Maria Cornélia e não eram negros nem pardos. Eram filhos de homens livres, cuja pobreza e o falecimento dos pais ocasionou a orfandade, que deu início ao processo de Soldada. Contudo, o próximo registro que apresentaremos será de uma criança negra que foi escolarizada.

Aos 25 dias do mês de janeiro de 1898, Ferrando Teixeira Guimarães[29] solicitou ao juiz de Órfãos e Ausentes de Vassouras a guarda da menor Ana Preta, de nove anos de idade, filha do crioulo Manoel Francisco. O suplicante desejava tomar à Soldada a menor, pois ela não tinha mãe e o pai vivia em estado de embriaguês. Juntamente com sua esposa prometeram educar a menina. Não poderíamos esquecer: a esposa de Fernando Teixeira era a professora da escola do distrito.

Ana Preta foi trabalhar na casa de uma professora. Nesse período, os professores alugavam casas nas quais moravam e instalavam a escola. Eles podiam contar com o auxilio do governo para pagar o aluguel. O documento não faz menção ao nome da esposa de Fernando Teixeira, que pode ter sido uma forma de manter o segredo, pois ela provavelmente estava educando a menina negra entre os alunos que recebia dia após dia. Sem saber seu nome, não podemos identificar a escola e tampouco analisar o mapa escolar, remetido com o nome, filiação dos alunos e seu rendimento escolar. Desta forma, Ana aprendia as primeiras letras protegida pelo segredo e pelo anonimato. A experiência de Ana Preta pode ter se repetido e outras crianças negras e pardas passaram pelo mesmo processo. Contudo, alguns professores romperam o silêncio registrando o nome dos alunos nos Mapas de Frequência Escolar, retirando da sombra as crianças negras presentes no mundo das letras. Sobre essa experiência estudaremos no próximo capítulo.

[29] Ver Centro de Documentação Histórica – Universidade Severino Sombra. Fundo/coleção TJERJ, 102.663.863.012.

3 **ESTAMPAS: A PRESENÇA DE CRIANÇAS NO MUNDO DAS LETRAS**

> [...] Veio a noite do baile, e a baronesa vestiu-se. A costureira, que a ajudou a vestir-se, levava a agulha espetada no corpinho, para dar algum ponto necessário. E enquanto compunha o vestido da bela dama, e puxava de um lado ou outro, arregaçava daqui ou dali, alisando, abotoando, acolchetando, a linha para mofar da agulha, perguntou-lhe: — Ora, agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância? Quem é que vai dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas?[30]

Finalmente chegou a noite e com ela o grande baile. Mais uma vez, pegamos a linha e a agulha e vamos acompanhar a finalidade do trabalho delas – fazer um belo vestido. Cortou-se o pano, esticou-se a linha para criar os contornos do vestido. Essa trama não é aparente, ao contrário é um delicado trabalho. A linha que une uma parte à outra do vestido não deve estar à mostra. O trabalho da agulha também deve ser sutil, de outra forma as marcas deixadas tirariam o brilho. O que deve aparecer é o conjunto, é a estampa.

Peguemos um fio, ou melhor, um conjunto deles – os Mapas de Frequência Escolar – para, mais uma vez, tecer as relações existentes entre eles e o processo de escolarização em Vassouras. Não somos os primeiros a buscar nesse tipo de documento dados sobre o mundo das letras do século XIX e início do XX. Diana Vidal já explorou esse tipo de documentação para conhecer o desenho das escolas em São Paulo na primeira metade do século XIX; Ana Paula da Silva Xavier buscou nesse tipo de fonte os sujeitos da ação educativa de Cuiabá na segunda metade do século XIX; Maria Cristina Soares Gouveia analisou a escola em Portugal, a partir dos Mapas de Frequência Escolar; e Marcus Vinicius Fonseca, através deles, trouxe à baila a população negra presente na escola de Minas Gerais. Dialogaremos com esses autores buscando aproximações e distanciamentos do nosso objeto de pesquisa.

Os textos produzidos por Diana Vidal e Maria Cristina Soares Gouveia se aproximam quando exploram os Mapas de Frequência Escolar como dispositivos do governo. Eles

[30] Ver: http://www.dominiopublico.gov.br. Data de acesso: 10/12/2014.

permitiram ao Estado controlar o processo de escolarização, e possibilitaram também conhecer as práticas pedagógicas dos professores. Outro dado de pesquisa importante extraído desta documentação foi o número de alunos presentes em cada escola e o seu nível de aprendizagem.

> Os mapas estatísticos despontaram, no início do século XIX como um dispositivo de governo, fundando-se em uma prática escriturística que, ao mesmo tempo, nomeava, classificava e hierarquizava os sujeitos e a realidade social. Expediente similar era realizado pelos mestres públicos no período. Instados a elaborar mapas de frequência dos alunos como estratégias de comprovação de efetivo exercício docente (documentos necessário para o recebimento de salário) e a viabilidade da escola (atestado imprescindível de atendimento ao número mínimo de alunos exigido por lei para a manutenção da aula), os professores ensaiavam uma escrita sobre o outro, que constituía na criança, o aluno, e sobre sua prática, que a produzia como pedagógica (VIDAL, 2008, p. 43-44).

Na citação feita acima, Diana Vidal nos apresenta questões interessantes. São elas: o Mapa Escolar usado como documento de comprovação do exercício docente; dessa maneira ele se revestia de caminho para assegurar o pagamento do salário; e a outra questão levantada pela autora diz respeito à hierarquização dos saberes e dos sujeitos da ação educativa presente no documento.

O Estado português precisava incorporar no seu aparelho burocrático práticas científicas de administração para se firmar como nação moderna. Essas práticas possuíam o objetivo de centralizar o poder e tornar o controle mais eficiente sobre os indivíduos. Maria Cristina Soares Gouveia em seu texto apresenta uma característica interessante dessa documentação – o início da racionalização da gestão pública e as estratégias de centralização e controle, através da adoção da estatística social.

> É com a modernidade que a estatística afirma-se como prática de governo cientificamente sustentada, voltada para a racionalização da gestão pública. [...] Tem-se, por um lado, o fortalecimento dos Estados Nações, a exigir estratégias de controle e centralização administrativa e, por outro, a progressiva cientificização do campo, através de avanços como a teoria da probabilidade e a constituição da estatística social (GOUVEIA, 2009, p. 2).

Diana Vidal e Maria Cristina Soares Gouveia identificaram o século XIX como um período de "febre estatística". Elas apontam que houve um aumento dos interesses e dos objetivos quantificáveis dentro do aparelho estatal. Nesse século, as autoras demarcaram o nascimento da Estatística Social. Vejamos inicialmente Diana Vidal e, logo a seguir, Maria Cristina Soares Gouveia.

> Esse movimento permitiu que o século XIX se apresentasse como uma época de 'febre de estatística'. Por um lado, porque ampliou para o Estado os subsídios fornecidos por essa técnica de governo. Não apenas proliferaram na esfera estatal os meios e os objetivos da quantificação, mas também os itens quantificáveis, difundindo o interesse por uma estatística social (VIDAL, 2008, p. 45).

Ouçamos agora Maria Cristina Soares Gouveia:

> A ciência estatística afirmou-se como domínio técnico privilegiado de aplicação científica. No dizer de Lavasseur (1887, apud Martin 2004), um dos principais teóricos do campo, a estatística mostrou-se a ciência do estudo numérico dos dados sociais, conferindo instrumentos de medida e objetividade à construção do progresso. Com isso, o século XIX caracterizou-se, para Martin (2004), como um período de 'febre estatística' em que o uso de tal conhecimento iria estender-se para os mais diversos domínios da vida social (GOUVEIA, 2009, p. 2).

Gostaríamos de dizer que a estatística não é neutra. Embora possuísse aplicação científica para estudar fatos sociais, ela foi usada para criar categorias que vão agrupar características. O objetivo final desse campo de conhecimento encontrava-se na produção de relatórios que permitiram o domínio sobre diferentes campos sociais. A Educação não ficou fora da esfera do controle e da normatização do Estado. Podemos traçar mais uma aproximação entre os textos de Maria Cristina Soares Gouveia e Diana Vidal. Há autores que transitam em ambos os textos, entre eles Quetelet, para conhecer o desenvolvimento da estatística.

> Quetelet desenvolveu estudos em diferentes campos, mas foi o primeiro a construir padrões de medida objetivos e quantificáveis aplicados ao desenvolvimento humano, estabelecendo uma relação entre crescimento físico e raça/origem social. O estatístico mediu o crescimento de um grupo de escolares, comparando os processos de desenvolvimento físico, formulando a hipótese estaticamente sustentada, de que haveria uma diferença na evolução do crescimento de crianças, de acordo com a classe social, a qual repercutiria nas condições de aprendizagem escolar (GOUVEIA, 2009, p. 3).

A Estatística pode ser pensada como parte integrante do Paradigma Indiciário, na medida em que pode ser pensada como uma reunião de probabilidades. Ginzburg nos apresenta como a impressão digital saiu do campo de práticas mágicas para ser usada como meio de identificar os indivíduos:

> A análise científica das impressões digitais iniciara-se desde 1823 com o fundador da histologia, Purkye, na sua dissertação *Comentatio de examine physiologico organi visus et systematis cutanei.* Ele distinguiu e descreveu nove tipos fundamentais de linhas papilares, ao mesmo tempo afirmando, porém que não havia dois indivíduos com impressões digitais idênticas. As possibilidades de aplicação da descoberta eram ignoradas, ao contrário de suas implicações filosóficas, discutidas

> num capítulo intitulado '*De cognitione organismi individualis in genere*' [...] Abandonando o estudo das linhas da mão à vã ciência dos quiromantes, Purkye concentrou a sua atenção num dado muito menos aparente – e nas linhas impressas nas pontas dos dedos encontrava a senha oculta da individualidade. (GINZBURG, 1989, p. 174-175).

O controle imposto pelo Estado aos indivíduos no século XIX se apoiou na reunião de indícios para produzir estratégias de controle. Mais uma vez, recorremos a Ginzburg para conhecer como nasceu o método antropométrico na França e a respectiva utilização na identificação dos criminosos.

> [...] De 1879 em diante, um funcionário da prefeitura de Paris, Alphonse Bertillon, elaborou um método antropométrico (que depois ilustrou em vários ensaios e memórias) baseado em minuciosas medições do corpo, que convergiam para uma ficha pessoal. É claro que um pequeno engano de poucos milímetros criava as premissas de um erro judicial; mas o principal defeito do método antropométrico de Bertillon era outro, isto é, o de ser puramente negativo. Ele permitia separar, no momento do reconhecimento, dois indivíduos diferentes, mas não afirmar com segurança que, duas séries idênticas de dados se referissem a um mesmo indivíduo (GINZBURG, 1989, p. 173-174).

Se o método elaborado por Bertillon apresentava problemas, o uso das linhas presentes na ponta dos dedos fornecia elementos seguros para distinguir os indivíduos uns dos outros. Ginzburg viaja em seu texto até à Ásia para recuperar um velho costume de escrever cartas e documentos e imprimir com a ponta dos dedos molhados na tinta um sinal que identificava o emissor da missiva.

> Deixemos a Europa por um momento e passemos à Ásia. [...] O costume, atestado na China, e, sobretudo, em Bengala, de imprimir nas cartas e documentos uma aponta de dedo borrada de piche ou tinta provavelmente tinha por trás uma série de reflexões de caráter divinatório. Quem estava habituado a decifrar escritas misteriosas nos veios das pedras ou da madeira, nos rastros deixados pelos pássaros ou nos desenhos impressos nas costas das tartarugas certamente chegaria sem esforço a conceber como uma escrita às linhas impressas por um dedo sujo numa superfície qualquer (GINZBURG, 1989, p. 175-176).

No final do século XIX, os ingleses se apropriaram do saber divinatório produzido pelos bengaleses, usando-o com outro fim. O que estava em jogo não era adivinhação, mas uso das impressões digitais para reconhecimento e controle dos indivíduos. Ouçamos Ginzburg novamente:

> [...] Em 1880, Herschel anunciou em *Nature* que, depois de dezessete anos de experiências, as impressões digitais foram introduzidas oficialmente no distrito de Hooghly, onde já eram usadas havia três anos com ótimos resultados. Os funcionários imperiais tinham-se apropriado do saber indiciário dos bengaleses e

> viraram-no contra eles. [...] Assim, aquela que, aos olhos dos administradores britânicos, fora até pouco antes uma multidão indistinta de 'fuças' bengalesas (para usar o termo pejorativo de Filarete) tornava-se subitamente uma série de indivíduos assinalados cada qual por um traço biológico específico. [...] reconhecível e controlável (GINZBURG, 1989, p. 176-177).

Podemos perceber que houve um duplo caminho percorrido pela burocracia estatal no controle da população. Retomando o diálogo com a estatística, gostaríamos de ressaltar que se por um lado aperfeiçoou os instrumentos de contagem, por outro lado se apropriou de saberes mágicos e cotidianos das populações coloniais para produzir instrumentos que alcançavam e diferenciavam os indivíduos presentes no interior da sociedade. A escola também seria incluída nessa lista de preocupações do Estado. Ao levantar dados sobre o crescimento físico dos alunos, associando cor/raça e origem social, o autor inicia uma discussão que vai aparecer no discurso médico higienista que também nasce no século XIX.

A preocupação com a saúde e suas implicações no aprendizado constituem longos debates na História da Educação; entre eles gostaríamos de acrescentar os que atribuem caráter deletério à mestiçagem e negritude.

> Na visão de Quetelet, as classes humanas seriam agrupadas de acordo com as qualidades físicas e mentais, propriedades reais de um povo ou raça, não os entendendo como conceitos abstratos. [...] pesquisas de Quetelet permitiram à antropometria afirmar-se como ciência objetiva, de acordo com a perspectiva científica da época. No dizer de Martin (2004): 'Através do uso de estatística superou-se o julgamento visual que dominava até então e que seria desacreditado como impressionista. Todos os caracteres físicos passaram a ser submetidos à mensuração e à classificação'. É com a estatística social que, na educação, torna-se possível o conhecimento não apenas dos dados numéricos objetivos, da composição da população escolar, mas a identificação/medição dos caracteres anátomo-fisiológicos, indicativos das diferentes condições de aprendizagem (GOUVEIA, 2009, p. 4).

Maria Cristina Soares Gouveia nos diz também que a estatística foi usada para forjar o homem normal. A partir das suas características seria possível pensar os desvios da normalidade e também traçar os retratos dos criminosos. Neste ponto, percebemos uma aproximação com as teorias de Cesare Lombroso, médico higienista italiano conhecido pelos estudos antropológicos nos quais buscou indícios da criminalidade dos indivíduos a partir do exame dos traços físicos.

> Seu estudo (a autora se refere à Quetelet) foi pioneiro e contribuiu para a estruturação da antropometria, forjando posteriormente o conceito de homem normal (average man). Se os fenômenos analisados eram parte constitutiva da natureza humana, estatisticamente verificáveis, seria possível determinar os padrões de normalidade física e intelectual de uma dada população. O comportamento individual poderia, para o autor, ser comparado ao coeficiente comportamental do

> homem padrão (‘average man’) que poderia ser graficamente visualizado através do mapeamento na população do desenvolvimento normal das características físicas e morais (GOUVEIA, 2009, p. 4).

3.1 **Os Mapas de Frequência Escolar**

Embora Maria Cristina Soares Gouveia não faça essa inferência, percebemos que, da mesma forma que a soldada, a prática escriturística escolar também foi uma herança portuguesa, que no Brasil ganhou contornos próprios.

> [...] No caso dos professores, estes deveriam preencher mapas mensais de frequência, contendo dados sobre número de alunos matriculados, presença e pertencimento de gênero, a serem remetidos às juntas municipais e relatórios diversos. [...] O registro de tais dados exigia o domínio de uma técnica escriturística, própria da instituição escolar, técnica a ser aprendida nos espaços de formação docente, através das disciplinas Escrituração Mercantil e Redação de Assuntos Pedagógicos (GOUVEIA, 2009, p. 5).

Recorremos a André Paulo Castanha, que nos ajuda a compreender a origem dos Mapas de Frequência Escolar na legislação brasileira.

> [...] Não se tratava de uma imposição aos presidentes, obrigando-os a fornecer as informações sobre a instrução pública provincial a cada ano. Esta obrigação foi instituída pela lei n.º 40 em 3 de outubro de 1834, que deu regimento ao cargo de presidente de província. Tratava-se, somente, da organização dos dados enviados pelos presidentes das províncias, anualmente, para organizar as estatísticas educacionais. Em 1856, o Inspetor Eusébio de Queiroz sugeriu que se encaminhassem ‘mapas uniforme e sistematicamente organizados, com todos os dizeres que se julgassem necessários, a fim de servirem de modelo, e mais facilmente se obterem assim os dados que exige a estatística’ (CASTANHA, 2013, p. 142).

Para coletar as informações presentes nos Mapas de Frequência Escolar organizamos um banco de dados que contém 956 registros. Todos os professores enviaram os seus Mapas de Frequência Escolar. Contudo nem todos foram preservados, alguns se perderam, impedindo a formação de uma série documental mais consistente. Todavia, não foi somente em Vassouras que essa perda documental ocorreu. Ana Paula da Silva Xavier, que analisou documentos da mesma espécie, para conhecer os processos educativos desenvolvidos em Cuiabá, apresentou dificuldade na localização dos documentos.

> O levantamento do dossiê Mapas escolares abrangeu os anos de 1870 a 1890. Entretanto, diante de uma documentação fragmentada, não foi possível construir um

> *corpus* documental serial definido, uma vez que não se conseguiu localizar uma série de mapas de frequência, relativa às escolas das duas freguesias urbanas de Cuiabá (Sé e São Gonçalo) e tampouco, referente a um mesmo estabelecimento de ensino primário (XAVIER, 2012, p. 28).

Rapidamente apresentaremos o documento expondo a sua organização interna. O Mapa de Frequência Escolar poderia ser impresso ou manuscrito. Coletamos no Arquivo do IPHAN em Vassouras, tanto um quanto outro. No alto do documento ele apresenta o nome da escola e do professor que a dirige. Ele é divido em colunas. Na primeira coluna o professor deve preencher o número do aluno, na segunda o seu nome, na terceira a idade do aluno, na quarta o nome dos pais ou tutores do aluno, na quinta a naturalidade; a sexta coluna apresentava os dados da matrícula inicial. A sétima coluna registrava a aprendizagem do aluno, e ela também se subdivide em quatro (Primeira Classe, Segunda Classe, Terceira Classe e Quarta). Alguns mapas traziam espaços para que o professor informasse a aprendizagem do aluno no momento da matrícula. A oitava coluna registrava a data da matrícula anual, ela também se subdividia em três (dia, mês e ano). A última coluna era o campo das observações e nele o professor poderia informar o motivo da ausência dos alunos, as causas da interrupção momentânea das aulas em sua escola e o estado de saúde dos alunos.

Em Vassouras, os Mapas de Frequência que encontramos eram trimestrais, remetidos pelos professores ao Intendente Municipal da Instrução Pública. Havia colunas no documento, que eram zelosamente preenchidas por alguns professores, enquanto outros deixavam espaços em branco, sem nenhuma informação sobre os alunos e o funcionamento da escola. Ana Paula da Silva Xavier, que analisou documentos da mesma espécie para conhecer os processos educativos desenvolvidos em Cuiabá, encontrou uma variação na periodicidade de remesa dos mesmos. Apoiada na legislação de 1873 nos diz que eles poderiam ser mensais, trimestrais ou semestrais.

Intencionamos pensar o lugar da aprendizagem na redação dos Mapas de Frequência Escolar na formação docente. Mesmo que ela fosse um espaço padronizado de escrita, o documento apresentava traços particulares dos professores que o preencheram. Havia professores que forneciam todos os dados solicitados no mapa. Eles usavam também o espaço destinado à observação, no qual registraram: a aprendizagem dos alunos, os motivos que provocaram o grande número de faltas e as razões que levaram à interrupção das aulas momentaneamente.

Diana Vidal nos diz que esses documentos cumpriam uma tripla função: pedagógica, burocrática e disciplinar. Ouçamos a autora:

> [...] Responsáveis tanto pela administração quanto pelo funcionamento da escola, os professores atribuíam aos mapas o lugar de um triplo registro: burocrático, disciplinar e pedagógico. Era na confluência dessas três ordens de fazeres que os docentes construíam sua experiência profissional. Ao mesmo tempo, constituíam o que era ou devia ser a experiência discente, consignada em rubricas que iam da definição dos caracteres biológicos, sociais e jurídicos dos alunos ao estabelecimento de hierarquias de conteúdos e modos de aprendizagem (VIDAL, 2008, p. 59).

Diana Vidal em seu texto abordou uma característica importante dessa documentação – ela fazia parte da burocracia da escola. Cabia ao professor não somente o ato de ensinar ao aluno, mas também ser responsável por toda a documentação escolar. Ele deveria fornecer informações sobre o andamento dos alunos, que indiretamente informava sobre a sua prática pedagógica, solicitar material didático e móveis para a escola.

Em Vassouras encontramos muitos ofícios que podem ser relacionados aos mapas escolares que cumprem essa função burocrática. O ofício enviado pela professora Maria Magdalena da Cruz Mattos, da escola subvencionada do sexo feminino da localidade de Belém, na freguesia de Sacra Família de Tinguá, em Vassouras, no ano de 1890, nos permite pensar que havia atrasos no envio por parte do Estado para as escolas, para que eles fossem preenchidos pelos professores. Vejamos o que ela nos diz:

> ESCOLA SUBVENCIONADA DO SEXO FEMININO BELÉM, 20 de Janeiro de 1890.
> De posse do vosso ofício de 16 do andante, cumpri-me acusar o seu recebimento. Deixo de remeter-vos a relação dos pertences da escola do sexo feminino a meu cargo, por só haver a ex-Câmara Municipal fornecido mapas em branco em número de cinco, dos quais restam três. Julgo do meu dever, levar ao vosso conhecimento, que a mobília existente na referida escola é toda de minha propriedade, assim como o prédio onde funciona, tendo sido poucos os livros fornecidos pela ex-Província e os mais por mim comprados. Julgo ter bem satisfeito a vossa requisição, feita no citado ofício. Saúde e fraternidade. Ao cidadão Presidente e mais Membros da Intendência Municipal de Vassouras. A professora Maria Magdalena da Cruz Mattos. (OFÍCIO DA ESCOLA SUBVENCIONADA, 1890, p. 1).

As dificuldades com os prédios escolares não eram uma realidade somente na cidade de Vassouras. Prédios adaptados para funcionar como escolas faziam parte da realidade da Corte do Rio de Janeiro.

> De maneira geral, com exceção dos edifícios criados pela Municipalidade, as casas escolares não possuíam as proporções e as condições materiais e higiênicas convenientes para a instrução. Além disso, muitas escolas não tinham espaço suficiente para a residência do professor, fato considerado fundamental pelos membros da Comissão. As vantagens apresentadas para a residência do mestre nas escolas consistiam na organização, limpeza da escola, disciplina e tratamento dos alunos doentes, atividades que seriam mais facilmente realizadas caso o professor residisse com sua família no local da escola (MARTINEZ, 1997, p. 49).

Andre Paulo Castanha, analisando as leis educacionais do Império, aponta na mesma direção da citação feita anteriormente, ou seja, a ausência de instalações adequadas para o funcionamento das escolas.

> [...] Apesar de a lei garantir a construção de edifícios próprios para escolas, elas só começaram a ser construídas na década de 1870. A falta de casas adequadas ao ensino constituiu-se em um grande inconveniente para o desenvolvimento do ensino primário (CASTANHA, 2013, p. 148).

Voltando à análise do documento, o seu título traz uma informação que não pode ser desprezada por nós. A professora informou que a escola era subvencionada, indicando assim a fragilidade da rede de ensino no interior da província. Mais uma vez recorremos a André Paulo Castanha para conhecer a definição de escola subvencionada, presente na legislação:

> [...] o estabelecimento por este artigo (artigo 35 do decreto n.º 1.331 de 1854) legalizou uma espécie de terceirização da oferta de instrução pública no Brasil do século XIX. O Estado pagava uma gratificação mensal por aluno pobre que fosse instruído por professores particulares. Na Corte, esse dispositivo foi pouco utilizado, pois as paróquias ou vilas, geralmente eram bem habitadas, mas nas províncias, tal prática tornou-se regular como modalidade de oferta de instrução pública. Era uma espécie de bolsa para os alunos carentes, bancada pelo Estado. Nas chamadas escolas subvencionadas, estudavam alunos com bolsa e alunos pagantes. Houve casos em que o professor recebia a gratificação por aluno e, em outros, que se estabelecia uma gratificação mensal, independente do número de alunos (CASTANHA, 2013, p. 148).

Com o ofício da professora Maria Magdalena da Cruz Mattos percebemos que a remessa dos Mapas de Frequência Escolar não era tão rigorosa quanto à exigência do seu preenchimento. A professora Maria Magdalena da Cruz Mattos denunciou as parcas condições de trabalho que possuía. Ela é uma das poucas professoras proprietária do imóvel onde funcionava a escola; os demais alugavam e o Estado cobria as despesas com o aluguel. Cruzando dois documentos, ou seja, os ofícios e os Mapas de Frequência Escolar, podemos conhecer mais de perto a escola dirigida pela professora.

Dois anos depois do ofício remetido, ela se encontrava à frente da Escola Masculina da mesma localidade. Através do Mapa de Frequência Escolar sabemos que a escola possuía 26 alunos, entre eles, um era negro. Seu nome é Honorato da Conceição, filho de Adão Felisberto. O menino estava com 11 anos de idade quando foi matriculado na escola. Segundo a professora, ele chegou sem saber ler e escrever, ou seja, era analfabeto. Ela o classificou como um menino de moralidade boa. Honorato faltava pouco às aulas e possuía apenas seis faltas. Quanto à aplicação e inteligência, a professora o descreveu como regular. Contudo, o

menino apresentou progressos na sua aprendizagem. Chegou analfabeto e se encontrava na Segunda Classe de Leitura e Escrita.

Outra atribuição do professor além de ensinar os alunos: ele deveria manter limpa a sua escola. O professor Antônio Francélio Marquês, em 29 de agosto de 1896, remeteu um ofício para Bernardino Corrêa de Matos, presidente da Câmara Municipal de Vassouras, que concedeu o que pedia o professor no dia 31 do mesmo mês. Passaram-se apenas três dias do pedido, e isso indicava que, embora em alguns pedidos houvesse demora no atendimento, neste caso a respostas não tardou. Vejamos o pedido:

> ESCOLA MISTA MUNICIPAL DA ESTAÇÃO DE VASSOURAS, em 29 de Agosto de 1896.
> Não tendo o edifício da Escola que dirijo água bastante para gastar e uso diário de uma numerosa família como a minha e sendo este fornecimento limitado e é tão necessário ao asseio da casa como indispensável à vida, venho, com todo respeito requerer a Vossa Excelência, se digne conceder gratuitamente para esta escola uma pena de água, cujos efeitos cessará desde que no prédio deixe de funcionar aquele estabelecimento de educação. O professor - Antônio Francélio Marquês (OFÍCIO DA ESCOLA MISTA, 1896, p. 1).

3.2 **Estampas formadas pelos fios no tecido: dos nomes das crianças negras.**

Uma das principais evidências deste estudo se assenta nos nomes das crianças, registrados nos Mapas de Frequência Escolar. Traçamos um paralelo da nossa pesquisa com a investigação promovida pelo senhor José, personagem central do livro *Todos os nomes*, romance escrito por José Saramago, cuja trama se desenrola num arquivo público. Em terras lusitanas, essa instituição recebe o nome de Conservatória Geral do Registro Civil. É digno de nota que o autor tenha escolhido um personagem com o mesmo nome que o seu, sem sobrenome. Nenhuma outra personagem na trama recebeu um nome e muito menos um sobrenome. Elas eram mencionadas a partir das funções que exerciam. Desta maneira, entram em cena: o chefe, o subchefe e os auxiliares de escrita. Todos sem nome, trabalhando num lugar repleto de nomes de pessoas importantes e comuns.

O senhor José recebe para arquivar as fichas das pessoas que morreram. Uma ficha chama a sua atenção pela ausência de dados. Ele ilegalmente começa a saga de pesquisar informações para completar a ficha. Visita o arquivo da escola onde ela estudou, faz perguntas aos vizinhos, para obter informações sobre o seu estado civil e a origem de seus pais. Da mesma forma, pensamos: como ligar os nomes das crianças presentes nos Mapas de

Frequência Escolar às crianças negras que tanto procurávamos? Quais eram os indícios presentes na grafia dos nomes que nos permitiriam identificar que aqueles alunos(as) eram negros(as)? Como sustentar que conseguimos encontrar as crianças negras apenas diante de uma lista nominal de alunos, que tanto poderia indicar um indivíduo livre pobre, como um indivíduo de cor?

Recorremos a Ginzburg, que nos ajuda a pensar os nomes como fios, que nos permitem fazer a primeira distinção entre os indivíduos para alcançar a sua identidade.

> Cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e os lugares. Existe, antes de mais nada, o nome; mas, quanto mais a sociedade é complexa, tanto mais o nome parece insuficiente para circunscrever inequivocamente a identidade de um indivíduo (GINZBURG, 1989, p. 172).

Contudo, não podemos esquecer que é possível encontrar duas pessoas registradas com o mesmo nome – são os homônimos; a diferença entre eles está justamente nos sobrenomes. Há casos em que tanto o nome como os sobrenomes são iguais. Buscamos então os nomes do pai e da mãe como último recurso para estabelecer a distinção entre os indivíduos.

A sociedade vassourense era complexa. Uma única fonte documental de pesquisa não conseguiria apresentar todas as suas nuances. Havia libertos, escravos, homens brancos pobres vivendo na cidade e no meio rural como agregados dos grandes fazendeiros, que através da posse de terras revezavam-se no poder. Cruzaremos dois documentos – o periódico *O Vassourense* e os Mapas de Frequência Escolar – para recompor o tecido social e conhecer os arranjos formados pelos indivíduos. O jornal *O Vassourense,* no dia 6 e no dia 20 de junho de 1886, publicou em suas páginas uma lista de escravos alforriados pela Lei dos Sexagenários. Cabe lembrar que a lei foi promulgada em 28 de setembro de 1855.

Valemo-nos dessa lista para recuperar a comunidade de cativos e libertos que essas crianças conheciam, embora não possamos provar que nessa comunidade viviam seus pais, tios, primos e avós. A lista é composta pelo nome do ex-senhor, residência, número de ordem na matrícula geral, número de ordem nas relações, data da matrícula no Registro Geral de Escravos, nome do ex-escravo, cor, idade, estado civil, profissão e observação. Para coletar essas informações, montamos um banco de dados com 3.036 ex-escravos registrados.

Levantamos como hipótese que os indivíduos oriundos do cativeiro e suas gerações de livres carregariam na grafia do nome uma herança identitária. Nossa hipótese se assentava nos estudos realizados por José Roberto Góes e Manolo Florentino. A primeira pista que

procurávamos eram crianças cujos nomes fossem registrados junto com a profissão que exerciam.

> Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Examinando a lista de escravos dos inventários post-mortem de 1790 a 1835, observa-se que era nesta idade que os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama. Alguns haviam começado muito cedo (FLORENTINO E GÓES, 2005, p. 2.017).

Não encontramos nos Mapas de Frequência Escolar essa forma de registro. Havia muitas crianças sem nenhum sobrenome, outras com nomes compostos e sobrenomes que indicavam seu pertencimento à classe dominante. Encontramos essa forma de registro no jornal *O Vassourense*, referindo-se aos libertos pela Lei dos Sexagenários.

O doutor José Caetano de Almeida, residente em Vassouras, possuía 20 ex-escravos que contavam com mais de 60 anos, e que foram libertos pela Lei dos Sexagenários. Treze eram homens e sete mulheres. Entre eles encontramos João Feitor, solteiro, de 64 anos de idade, de cor preta, que trabalhava na lavoura. Gostaríamos de destacar que todos os 20 ex-escravos foram registrados como solteiros e trabalhadores da lavoura. Gil Francisco Xavier, residente em Paty do Alferes, também possuía 20 ex-escravos com mais de 60 anos, entre eles 17 eram homens e apenas três mulheres. Dezenove foram registrados como solteiros, apenas um foi registrado como casado. Um ex-escravo também trazia a profissão por sobrenome. José Contador, solteiro, 79 anos de idade, de cor preta, que trabalhava na lavoura.

José Roberto e Manolo Florentino nos dizem que alguns indivíduos apresentavam como sobrenome a etnia da qual faziam parte. Flávio Gomes encontrou tais indivíduos em Vassouras.

> No início de 1836, o escravo Mateus Rebolo, que andava fugido já havia algum tempo, tinha um firme propósito: matar o seu senhor. Esse africano havia escapado da casa de seu proprietário, Joaquim de Bastos Valbão, em Vassouras. Não correu mundo, mas deu muita volta. Primeiro foi atrás de um tal Joaquim Fernandes. Tomou este como 'padrinho' para que ele intercedesse junto ao seu senhor, conseguindo sua alforria (GOMES, 2006, p. 62).

Entre os 3.036 libertos pela Lei dos Sexagenários registrados no periódico *O Vassourense*, encontramos 39 indivíduos que apresentavam essa característica. Pensando em termos de porcentagem, apenas 1,28% apresentava a etnia como sobrenome. Isso nos faz pensar que essa área adquiriu escravos nascidos no Brasil em maior quantidade. Entre esses indivíduos, 11 eram do sexo feminino e 28 do sexo masculino. A etnia que contava com o maior número de indivíduos na lista dos alforriados era a etnia *mina* – 10 indivíduos somando

homens e mulheres. O segundo grupo com maior número de representantes era a etnia *congo* – 8 indivíduos somando homens e mulheres. Duas etnias possuíam seis indivíduos somando mulheres e homens: *rebolo* e *benguela*. A etnia *cassange* possuía três indivíduos, a etnia *cabinda* dois indivíduos e a etnia *moange* também dois. Com apenas um indivíduo cada, as etnias *angola* e *inhambane*.

Hebe Mattos nos a ajuda a pensar que essas etnias lembravam seus lugares de pertencimento do outro lado do Atlântico. Segundo a autora, o negro se transformava em africano fora da África. Eles não se viam como africanos, eles pertenciam a uma família extensa, que era a linhagem, a uma etnia. A escravidão, ao dar-lhes nomes, tentou apagar essa herança identitária.

> Tornar-se escravo africano na América foi uma experiência dolorosa de ressocialização em condições adversas, que já há algum tempo tem merecido a atenção da historiografia. Pôde produzir, por vezes, a descoberta ou construção de uma identidade africana impossível na própria África (unindo malês e iorubas, na Bahia) ou permitindo a autodescoberta de uma identidade linguística e cultural entre os bantos no Rio de Janeiro. Ao nível individual, entretanto, o que parece ter prevalecido é a mediação da comunidade escrava já estabelecida na ressocialização, como escravo recém-chegado. José Roberto Góes demonstrou que a apropriação, pelos cativos, do batismo cristão e as relações de compadrio jogaram papel fundamental na conformação de relações comunitárias entre os escravos, majoritariamente africanos bantos, no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. (MATTOS, 1997, p. 144).

Nem só de africanos era formada a lista de libertos pela Lei dos Sexagenários em Vassouras. O periódico *O Vassourense* apresentou também escravos com o sobrenome, indicando que os mesmos eram nascidos no Brasil. Na lista encontramos José Crioulo, de 66 anos de idade, de cor preta, solteiro, carpinteiro. Ele pertenceu aos herdeiros de Carlos Caetano Alves, residentes em Vassouras, que em virtude da lei alforriaram 11 indivíduos entre homens e mulheres. Encontramos também Maria Mulata, de cor preta, 64 anos de idade, solteira, empregada na lavoura. Ela pertenceu a Gabriel Jose Pereira Lima residente em Paty do Alferes, que possuía sete escravos entre homens e mulheres com mais de 60 anos, alforriados pela Lei dos Sexagenários.

Houve também aqueles que receberam por sobrenome alguma característica física. Vejamos três exemplos: Joaquim Grande, de 74 anos de idade, solteiro, empregado na lavoura, ex-escravo de Rita Joaquina Rosa, residente em Vassouras. Ela possuía 13 indivíduos listados com mais de 60 anos de idade. Joaquina Pequena, 64 anos de idade, cor preta, solteira, empregada na lavoura, ex-escrava de Ignácio José de Souza Werneck, que possuía apenas quatro escravos libertos pela Lei dos Sexagenários. O último desse grupo é José Cotó,

cor preta, 62 anos de idade, solteiro, empregado na lavoura, ex-escravo do doutor José Caetano de Almeida, que alforriou pela força da lei 20 indivíduos. Entre os proprietários era o que possuía o maior número de indivíduos libertos.

Alguns receberam por sobrenome uma referência geográfica, indicando a região onde moravam ou mesmo de onde eram originários. Entre eles temos: Pedro José dos Santos que alforriou pela força da Lei dos Sexagenários somente um escravo, seu nome era Jose do Paty (fazendo referência à freguesia de Paty do Alferes), 70 anos de idade, residente em Vassouras, solteiro, empregado na lavoura. Ao contrário do barão de Santa Maria, que possuía 24 ex-escravos entre homens e mulheres. Ele alforriou pela força da lei, Maria Bahiana, de 74 anos de idade, cor preta, empregada na lavoura, residente em Mendes.

José Roberto Góes e Manolo Florentino, a partir da análise do inventário *post-mortem* do comendador Manoel de Aguiar Valim, apontam um caminho para compreendermos a ausência de sobrenomes dos libertos tanto no Mapa de Frequência como no periódico *O Vassourense*. Os autores nos dizem que eles poderiam dar nomes aos filhos que relembrassem parentescos antigos.

> De um universo de 568 nomes de filhos escravos e de seus parentes ainda escravizados, libertos ou falecidos, 67 (12%) eram iguais aos dos próprios irmãos, dos pais, irmãos dos pais dos pais, filhos dos irmãos e irmãs dos pais e, mesmo, dos maridos das irmãs dos pais. Isto indica a construção e o reconhecimento social das figuras dos irmãos, pais, tios (consanguíneos ou não), avós, e primos. As práticas nominativas escravas estavam calcadas no resgate de vivências e relações que podiam extrapolar em muito o núcleo familiar primário (mãe, pai e filhos), implicando o reconhecimento de outros tipos de parentes consanguíneos imediatos, mas também de parentes putativos (FLORENTINO; GÓES, 1995, p. 154).

A lista de libertos pela Lei dos Sexagenários trouxe um caminho que Manolo Florentino e José Roberto Góes não apresentaram. Alguns senhores de escravos deram o mesmo nome para os cativos. A forma de diferenciá-los foi seguir a nomenclatura usada pelos soberanos europeus, que acrescentavam um numeral após o nome. Vejamos dois exemplos: Alfredo Carlos de Avellar possuía 25 indivíduos entre homens e mulheres com mais de 60 anos de idade, libertos pela força da Lei dos Sexagenários. Entre eles encontramos Antônio I, 64 anos de idade, de cor preta, casado, empregado na lavoura, residente em Vassouras. Na mesma fazenda residia Antônio II, de 68 anos de idade, de cor preta, solteiro, também empregado na lavoura.

Influenciados pelo catolicismo, alguns senhores deram nomes bíblicos para os cativos. Tanto na lista de libertos alforriados pela Lei dos Sexagenários como nos Mapas de Frequência Escolar encontramos: Paulo, Pedro, Daniel, José, Maria, João, Adão, Eva, Abel,

Jeremias, Jacó entre outros exemplos de devoção à fé cristã. Houve também os que preferiam os personagens históricos – esse grupo, se comparado com os nomes bíblicos, era menor. Nele encontramos: Napoleão, de 66 anos de idade, de cor preta, casado, empregado na lavoura. Ele foi liberto por Jose Gomes Alves Junior, residente na freguesia de Paty do Alferes. Temos também o liberto Nero, de 94 anos de idade, de cor preta, casado, empregado no serviço de lavoura em Paty do Alferes. Ele pertenceu a Luiz Leovegildo Gomes de Avellar que possuía 106 indivíduos com mais de 60 anos de idade, que foram libertos pela Lei dos Sexagenários. Luiz Leovegildo Gomes de Avellar. Se usarmos os escravos como padrão para medir a riqueza, ele era um dos homens mais ricos de Vassouras. Ele libertou 106, e quantos não restaram cativos em suas fazendas? O barão de Guaribá também possuía a prática de homenagear com nome de imperadores romanos seus escravos. Entre eles encontramos Pompeu, de 74 anos de idade, de cor preta, casado, empregado no serviço de lavoura em Paty do Alferes. No espólio do barão de Guaribá constam 79 indivíduos entre homens e mulheres alforriados pela Lei dos Sexagenários.

José Roberto e Manolo Florentino revelam também que os escravos prestavam homenagens aos mortos nomeando os que nasciam com o mesmo nome. Para encontrar essa característica seria necessário consultar certidões de batismo ou inventários *post-mortem*, nos quais é possível acompanhar a formação da família no plantel. Ouçamos os autores:

> A nomeação revela algo mais, contudo. Indica que a família escrava se abria e incorporava os mortos. A vinte filhos foram atribuídos nomes de irmãos, dos quais oito haviam morrido. Mortos igualmente estavam outros dez pais, mães, tios e avós, cuja lembrança permanecia neste mundo através de filhos, sobrinhos e netos, que recebiam seus nomes. Em resumo, um em cada quatro filhos, a quem se atribuía nome de parentes, homenageava parentes mortos. Este foi o caso, por exemplo, de Firmina e Firmino, filhos dos crioulos Henrique e Josefina, e do primo de ambos, também nomeado Firmino, filho do feitor Joaquim e da crioula Laurinda (irmã de Josefina) todos assim chamados em homenagem a uma tia falecida em 1872. Firmina. Abria-se para reunir também os não-escravos, subvertendo o estatuto jurídico da escravidão (FLORENTINO;GÒES, 1995, p. 154).

Nos Mapas de Frequência Escolar e na lista de libertos pela Lei dos Sexagenários encontramos indivíduos com nomes de flor e de sentimentos, tais como: Felicidade, Esperança, Prudência e Generosidade. Entre as flores as mais escolhidas foram Rosa e Margarida. Vejamos três exemplos: Felicidade, de 62 anos de idade, de cor preta, solteira, empregada na lavoura em Paty do Alferes, foi alforriada por Manoel José de Carvalhinho, pela força da Lei dos Sexagenários. O mesmo ocorreu com Esperança I, de 62 anos de idade, de cor preta, casada, empregada na lavoura em Vassouras. Ela foi liberta pelo barão da Cananeia que tinha 30 indivíduos entre homens e mulheres em igual condição. Augusto César

de Oliveira Roxo libertou Rosa, de 62 anos de idade, de cor parda, solteira, empregada na lavoura na freguesia de Mendes.

José Roberto Góes e Manolo Florentino nos fornecem uma pista, que nos ajuda a compreender a ausência de sobrenome nas crianças registradas nos Mapas de Frequência Escolar. Os autores chamam a nossa atenção para o fato de que os cativos não possuíam sobrenome porque os seus nomes eram uma homenagem aos seus pais. Desta forma, se agregassem o sobrenome estariam descaracterizando a homenagem.

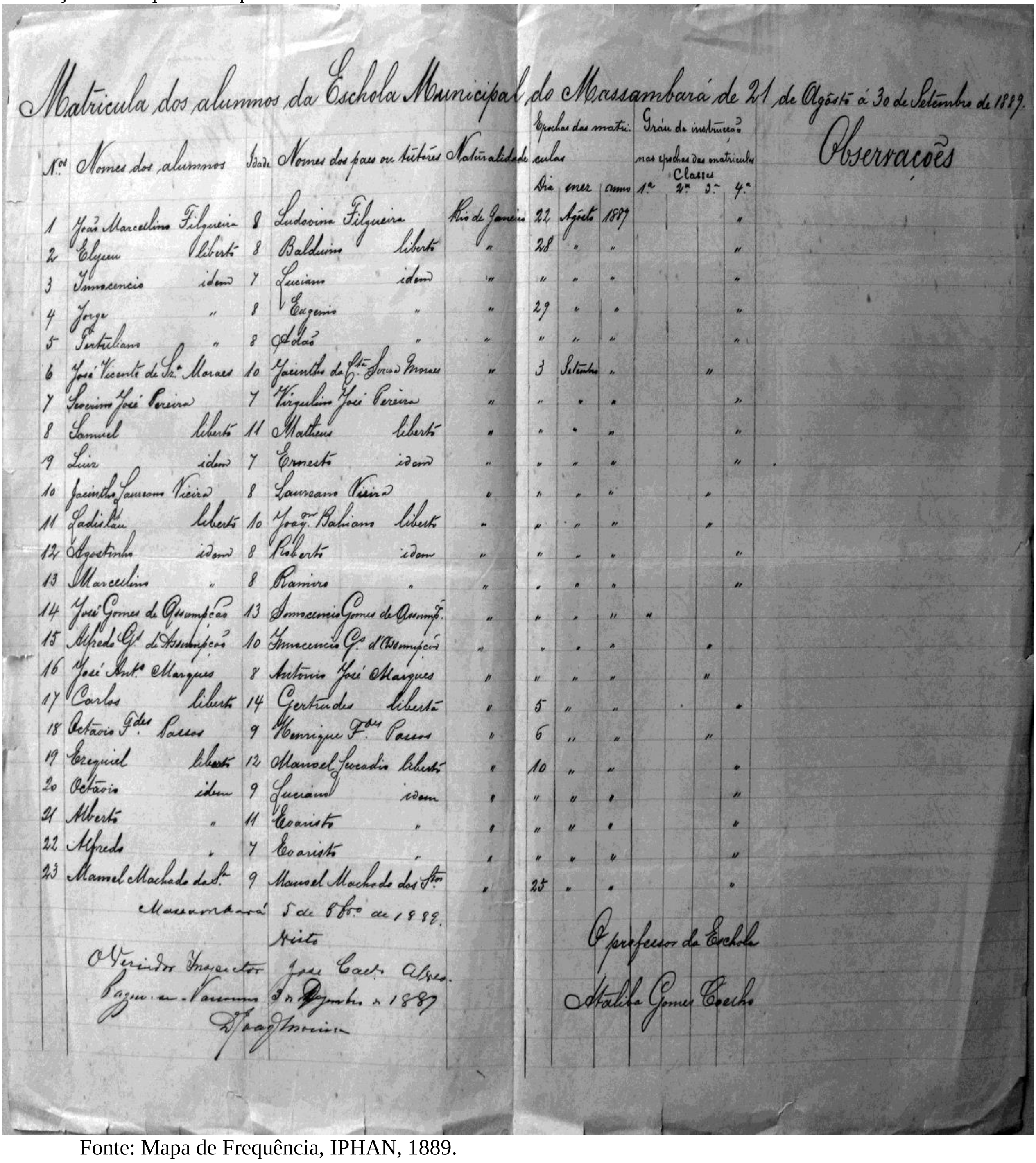
> [...] Excluindo aqueles a quem se atribuíram nomes de irmãos, mais da metade restante recebeu nome dos pais – em alguns casos, de ambos, como no de Joaquim Ambrózio, pardo de roça, assim chamado em homenagem a Ambrózio, seu pai, um crioulo liberto, e à sua mãe, a também liberta Joaquina. A conclusão é simples: embora extensa, a família escrava de Bananal estava calcada em um número originário e de certo modo singularizador (FLORENTINO e GÓES, 1995, p. 155).

Essa pista foi fundamental para compreendermos a ausência de sobrenomes nos registros das crianças nos Mapas de Frequência Escolar. Analisamos tanto o nome da criança quanto dos responsáveis pela matrícula, pois eles também estavam revestidos de significado que poderia nos ajudar a distinguir se a criança em questão era ou não negra. Embora pouco frequente, alguns escravos passaram a usar o sobrenome do dono da fazenda, ou mesmo o nome do santo padroeiro ou de sua devoção como sobrenome. Desta forma, surgiram alguns negros com nomes compostos.

3.3 **Deitando remendos num velho pedaço de chitão: seguindo as crianças negras nos Mapas de Frequência Escolar**

Continuamos seguindo os alunos negros através do registro de seus nomes nos Mapas de Frequência Escolar. O mapa remetido pelo professor Ataliba Gomes Coelho foi fundamental para que confirmássemos nossa hipótese de que os alunos cujos nomes foram registrados sem sobrenomes tratavam-se de crianças negras. O professor, com seu zelo incomum, fez anotações ao lado do nome dos alunos. Ele escreveu uma simples palavra – liberto – ao lado do nome de alguns alunos, o que nos permitiu confirmar nossa hipótese. Vejamos o documento abaixo:

Ilustração 3 - Mapa de Frequência Escolar



Matricula dos alumnos da Eschola Municipal do Massambará de 21 de Agôsto á 30 de Setembro de 1889.

Nºs	Nomes dos alumnos	Idade	Nomes dos paes ou tutores	Naturalidade	Epochas das matriculas Dia	mez	anno	Observações
1	João Marcellino Filgueira	8	Ludovino Filgueira	Rio de Janeiro	22	Agôsto	1887	"
2	Elyseu liberto	8	Balduino liberto	"	28	"	"	"
3	Innocencio idem	7	Luciano idem	"	"	"	"	"
4	Jorge "	8	Eugenio "	"	29	"	"	"
5	Tertuliano "	8	Adão "	"	"	"	"	"
6	José Vicente de Sta. Moraes	10	Jacintho de Sta. Soeiro Moraes	"	3	Setembro	"	"
7	Severino José Pereira	7	Virgulino José Pereira	"	"	"	"	"
8	Samuel liberto	11	Matheus liberto	"	"	"	"	"
9	Luiz idem	7	Ernesto idem	"	"	"	"	"
10	Jacintho Sansão Vieira	8	Laureano Vieira	"	"	"	"	"
11	Ladislau liberto	10	Joaqm. Baliano liberto	"	"	"	"	"
12	Agostinho idem	8	Roberto idem	"	"	"	"	"
13	Marcellino "	8	Ramiro "	"	"	"	"	"
14	José Gomes da Assumpção	13	Innocencio Gomes da Assumpção	"	"	"	"	"
15	Alfredo Gs. d'Assumpção	10	Innocencio Gs. d'Assumpção	"	"	"	"	"
16	José Antº Marques	8	Antonio José Marques	"	"	"	"	"
17	Carlos liberto	14	Gertrudes liberta	"	5	"	"	"
18	Octavio Fdes. Passos	9	Henrique Fdes. Passos	"	6	"	"	"
19	Ezequiel liberto	12	Manoel Leocadio liberto	"	10	"	"	"
20	Octavio idem	9	Luciano idem	"	"	"	"	"
21	Alberto "	11	Evaristo "	"	"	"	"	"
22	Alfredo "	7	Evaristo "	"	"	"	"	"
23	Manoel Machado dos Stos.	9	Manoel Machado dos Stos.	"	25	"	"	"

Massambará 5 de 8bro de 1889.

Visto

José Caetº Alves

O professor da Eschola

Ataliba Gomes Coelho

Fonte: Mapa de Frequência, IPHAN, 1889.

Como se pode ver na imagem acima, o Mapa de Frequência Escolar remetido pelo professor Ataliba Gomes Coelho é manuscrito. Ele registrou a presença de 23 alunos em sua escola na freguesia de Massambará em 30 de setembro de 1889. Chamamos atenção para as anotações feitas ao lado do nome dos alunos: números 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 12, 13, 17, 19, 20, 21, e 22. Há anotações tanto ao lado do nome das crianças como também dos nomes dos pais ou tutores. Eles são a maioria na escola. Juntos, somam 14, ou seja, 60% da escola era formada por filhos de libertos, para usar as palavras do professor Ataliba Gomes Coelho.

Apenas nove ou 40% dos alunos não foram classificados como libertos. Analisando os nomes, os seus sobrenomes e de seus pais, percebemos a diferença existente entre os alunos classificados como libertos e os filhos dos homens livres e pobres.

Os nomes das crianças classificadas como libertas são: Eliseu, de oito anos de idade, filho de Balduíno; Inocêncio, de sete anos de idade, filho de Luciano; Jorge, de oito anos de idade, filho de Adão; Tertuliano, de oito anos de idade, filho de Adão; Samuel, de 11 anos de idade, filho de Matheus; Luiz, de sete anos de idade, filho de Ernesto; Ladislau, de 10 anos de idade, filho de Joaquim Bahiano; Agostinho, de oito anos de idade, filho de Roberto; Marcelino, de oito anos de idade, filho de Ramiro; Carlos, de 14 anos de idade, filho de Gertrudes; Ezequiel, de 12 anos de idade, filho de Manoel Leocádio; Octávio, de nove anos de idade, filho de Luciano; Alberto, de 11 anos de idade, é irmão de Alfredo, de sete anos de idade, e eles são filhos de Evaristo.

Na mesma escola foram matriculados alunos filhos de homens livres pobres, tais como: João Marcelino Filgueira, de oito anos de idade, filho de Ludovina Filgueira; José Vicente de Souza Moraes, de 10 anos de idade, filho de Jacinto da Costa Souza Moraes. Não havia somente irmãos negros estudando na escola, havia brancos também. Os alunos José Gomes de Assumpção, de 13 anos de idade, e Alfredo Gomes de Assumpção, de 10 anos, eram filhos de Innocencio Gomes de Assumpção.

Diferentemente do que foi proposto por Adriana Maria P. da Silva em seu estudo sobre a escola do professor Pretextato dos Passos e Silva, na Corte do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, em Vassouras não encontramos uma escola dedicada exclusivamente aos alunos negros. A criação de uma escola específica para crianças negras atendia ao pedido dos pais, que alegavam que seus filhos sofriam discriminação.

> Inicialmente, podemos constatar que os filhos de, pelo menos, algumas daquelas pessoas já haviam passado por práticas de escolarização formais. Contudo, convenceram-se de que suas crianças pouco ou nenhum adiantamento tiveram nas aulas então disponíveis, pelo fato de serem discriminadas por colegas e professores. Como queriam que seus filhos, no mínimo, pudessem ler desembaraçado, escrever de forma semelhante à sua capacidade de leitura, fazer as quatro operações e se introduzirem na gramática, pediram insistentemente ao ilustríssimo professor que lhes ensinasse. Por causa desta insistência, o professor criou uma escola em sua casa, na qual recebia os meninos de cor preta (SILVA, 2000, p. 120-121).

A reivindicação dos responsáveis pelas crianças negras da Corte do Rio de Janeiro apresenta uma longa duração, que se relaciona à pergunta elaborada por Luiz Alberto Oliveira Gonçalves em seu texto intitulado *Negros e Educação no Brasil*. Nele, o autor buscou

conhecer como uma geração pouco escolarizada influenciou a próxima geração a adquirir escolarização.

> Ao examinar a situação educacional dos negros brasileiros, devemos mudar a direção de nossos questionamentos. Não é mais possível continuar associando mecanicamente sucesso escolar e escolaridade dos pais. A questão é saber como avós analfabetos influenciaram a pouca escolarização de seus filhos, e como estes, apesar da pouca escolaridade, têm estimulado suas gerações futuras a terem êxito na escola (GONÇALVES, 2011, p. 325).

A solicitação da criação da escola para ensinar os meninos negros, na Corte do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, responde à pergunta de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves. Compreender que era possível aprender e desenvolver habilidades foi fundamental para que os pais dos meninos reivindicassem a abertura da escola. Para os mesmos a escola desenhava um horizonte de possibilidades diferentes. Ela permitia a aprendizagem de ofícios, que os levaria para longe do mundo da escravidão.

Na escola do professor Ataliba Gomes Coelho além de crianças negras e brancas, estudavam também os seus próprios filhos. Ele remeteu outro Mapa de Frequência Escolar em dezembro de 1904, no qual constam os nomes dos seus três filhos. São eles: José Gomes Coelho, de 12 anos de idade, Américo Gomes Coelho, de 11 anos de idade e Jayme Gomes Coelho de apenas seis anos de idade. A escola funcionava na casa do professor, seus filhos conviviam com as crianças negras em seu dia a dia. Não conviveu com aquelas que seu pai assinalou a palavra liberta ao lado do nome porque o mapa foi enviado em 1889 e nenhum deles era nascido. O primogênito nasceu em 1892, o segundo filho nasceu um ano depois e o caçula nasceu em 1898. Essas crianças ainda respiravam o ar monárquico que soprava em Vassouras, pois o novo regime republicano fora proclamado não havia muito tempo.

Continuamos a pensar a singularidade da cidade de Vassouras, no que diz respeito à educação de crianças negras. Kátia Geni Cordeiro Lopes enfrentou o desafio de apresentar as crianças negras nos espaços de instrução elementar na Corte do Rio de Janeiro.

> Em 17 de janeiro de 1882, era realizada a solenidade de inauguração do novo edifício construído para abrigar a ‘Escola Mixta da Imperial Quinta da Bôa Vista’. Naquela ocasião, destacadamente, estavam presentes ‘Sua Majestade’ e o professor Joaquim Sabino Pinto Ribeiro. O evento contava ainda com a participação da banda de música da mesma imperial Quinta, constituída por cerca de 30 libertos, a qual foi dada a incumbência de tocar o hino nacional e o que mais se lhe ordenar (LOPES, 2012, p. 97).

A presença de negros músicos se apresentando na solenidade de abertura da escola já nos apresenta um processo educativo, pois se tocavam instrumentos passaram por experiências educativas A autora apresentou uma carta escrita ao conselheiro Antônio Henrique de Miranda Rego a respeito da matrícula de negros no curso noturno. Entre eles havia indivíduos pertencentes à Escola de Música da Imperial Quinta da Boa Vista. Ouçamos a autora:

> Excelentíssimo Senhor
> Levo ao conhecimento de Vossa [ilegível] que muitos indivíduos empregados e residentes nesta Imperial Quinta, e ultimamente emancipados do estado servil, têm-se apresentado para serem admitidos as lições nocturnas, dentre os quais muitos são da Escola de Musica desta Imperial Quinta. Parecendo-me não haver inconveniente algum para taes admissões, os tenho matriculado, o que tem sido feito subir o numero dos alunos que actualmente frequentam as lições nocturnas. [ilegível] submeto ao [ilegível] parecer de V. Excelência, este meu procedimento, que estou pronto a reparar, se Vossa excelência o não aprovar. Pelo [ilegível] futuro mappa trimestral terei a lisura de apresentar a Vossa Excelência o mesmo e os nomes de todos elles (Oficio AGP arquivo 37, 4ª. gaveta, pasta 488, Apud LOPES, 2012, p. 115).

José Roberto Góes e Manolo Florentino em texto intitulado *Notas sobre os islamitas negros no Rio de Janeiro Oitocentista*, ainda no prelo, nos apresentam a comunidade de escravos da etnia *mina* no Rio de Janeiro, seguindo os passos de Israel Antônio Soares. Aqui nos interessa dizer que o mesmo abriu uma escola noturna em São Cristovão, bairro no qual se localiza a Imperial Quinta da Boa Vista, estudada por Kátia Geni Cordeiro Lopes. Ouçamos o que os historiadores Jose Roberto Góes e Manolo Florentino têm a dizer:

> Aos 14 anos, Israel mudou para São Cristóvão, onde se tornou adulto e se deu conta do que era ser escravo. [...] Ao ponto de, ainda cativo, fundar e dar aula, num curso noturno dirigido a escravos e ex-escravos, criar uma sociedade de dança, a Bela Amante, ser eleito presidente da Caixa Libertadora José do Patrocínio, dirigir a Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e juntar algum patrimônio [...] Após a morte da mãe, Israel abriu um curso noturno na casa alugada, àquela altura bancada pelo amigo Boyd. Entre escravos e ex-escravos, ex-alunos, cita 15 pessoas: Abel de Trindade, Pedro Gomes, Marcolino Lima, Justino Barbosa, Joaquim Vicente, Venâncio Rosa, Estanislau, Fausto Dias, Vitor de Souza, Tomé Pedro de Souza, Martinha Benedita, Antônia, Eugênia, Rosa, Vitória e Joana. Quinze destinos sobre os quais nada mais saberemos. Ou quase: em 1900, há o testemunho do próprio Israel: 'Entre estes alguns há que aprenderam depois mais alguma coisa e hoje governam sua vida muito bem' (FLORENTINO; GÓES, s/d, p. 4,5 e 6).

Com as citações de Kátia Geni Cordeiro Lopes, José Roberto Góes e Manolo Florentino, trazemos à baila uma rede de escolas no mesmo local, destinadas a educar crianças negras. Os textos dos autores, em conjunto com Adriana Maria P. da Silva, derrubam

a ideia de ausência de crianças negras nos bancos escolares na Corte do Rio de Janeiro. Nosso estudo indica que elas também estavam presentes na cidade de Vassouras, importante centro produtor de café.

Marcus Vinícius Fonseca analisou o perfil das escolas mineiras. O autor revela que as crianças negras, pardas e "cabras" eram a maioria nas escolas, pois seguiam a padrão encontrado na população.

> No Brasil e sobretudo na província de Minas Gerais, os viajantes eram rapidamente atirados a uma realidade que apresentava os negros como ampla maioria da população, e estes indivíduos se encontravam nos mais diferentes lugares sociais. Neste sentido, é importante registrar uma passagem do alemão Hermann Burmeister (1980.271) que esteve em Minas Gerais no final da primeira metade do século XIX: [...] à medida que penetramos no interior do país, porém, aumenta a preponderância da população negra e mista e numa povoação bem afastada já podemos ver um subdelegado ou juiz de paz, um mestre-escola ou um cura mulato ou negro (FONSECA, 2009, p. 173).

Marcus Vinícius Fonseca se deparou com uma documentação rica, que o permitiu extrair dados sobre a condição racial dos alunos de Minas Gerais. Esses documentos foram analisados quantitativamente e qualitativamente. As Listas Nominais elaboradas pelos professores mineiros constituem-se em um grande tesouro para o pesquisador de questões raciais. Vejamos o que o pesquisador encontrou:

> Uma das consequências deste processo foi a exigência de que os professores que ministravam aulas públicas e particulares enviassem listas com os seus alunos. O Arquivo Público Mineiro possui uma série destas listas que foram enviadas entre 1823 até 1889 e, em algumas delas encontramos o registro da condição racial dos alunos. O registro da condição racial não ocorria com muita frequência e está presente em algumas listas feitas por professores nos anos de 1820 e no início dos anos de 1830. No período posterior, este item desaparece e é raro encontrar listas que façam menção ao pertencimento racial dos alunos. Este desaparecimento pode em parte ser atribuído ao fato de que as listas de professores começaram a sofrer uma padronização que solicitava o registro de uma série de elementos relacionados à frequência, ao desenvolvimento e sobre quem eram os pais ou educadores dos alunos (FONSENCA, 2009, p. 174).

Os documentos pesquisados por Marcus Vinícius Fonseca começaram a sofrer o silenciamento da cor ou da indicação racial, conforme Hebe Mattos nos diz sobre os documentos paroquiais e cartoriais pesquisados por ela. Segundo a mesma, essa produção é social e é uma das maiores barreiras para que os pesquisadores dedicados às questões raciais consigam obter êxito em seus estudos.

> O sumiço do registro de cor consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes, ocorridos no século XIX, do ponto de vista do pesquisador. Todos os que tentaram

> trabalhar com a história do negro, após o fim do cativeiro, já se decepcionaram com a quase impossibilidade de alcançá-los, seja trabalhando com processos-crimes e até mesmo com registros civis. Penso poder assegurar com precisão que este sumiço, no antigo Sudeste escravista, se deu ainda por volta da metade do século XIX (MATTOS, 1997, p. 97).

Marcus Vinícius Fonseca encontrou o pertencimento racial em 13 listas nominais, e delas extraiu os dados sobre a presença de negros nas escolas mineiras. Segundo o autor, os professores listavam os alunos seguindo uma hierarquia, primeiro os brancos e logo a seguir os alunos de cor. Em Vassouras isso não ocorreu; os elementos organizadores dos Mapas de Frequência Escolar eram a idade dos alunos e o sexo. Os meninos apareciam registrados primeiro e logo a seguir as meninas.

> [...] As listas que contêm os registros sobre o pertencimento racial de alunos se referem a treze aulas públicas e particulares de diferentes pontos da província. Nove destas aulas são de Escolas de Primeiras Letras e cinco são aulas de Latim e Filosofia racional. Elas são dos seguintes municípios: seis são da Vila de Paracatu do Príncipe, uma do Arraial de Desemboque, uma do Arraial de Nossa Senhora da Boa Morte, cinco do Colégio de Matozinhos em Congonhas do Campo e uma de local indefinido. [...] Os registros dos professores revelam uma certa hierarquia na organização das listas em geral, os brancos são apresentados em primeiro lugar, em seguida os pardos e, finalmente, aqueles que são denominados de pretos, crioulos ou termos afins (FONSECA, 2009, p. 175-76).

As escolas em Vassouras no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX não seguiam o mesmo padrão. A Escola de Primeiras Letras de Vassouras era frequentada também por filhos de imigrantes de diferentes nacionalidades. O professor Fellipe Santiago Pereira, que regia a Escola Municipal Palmeiras, localizada no sexto distrito de Vassouras, remeteu o Mapa de Frequência Escolar em 1898, com alunos filhos de italianos e franceses.

Antonio Poli tinha 12 anos de idade. Não possuía irmãos matriculados nessa escola. Filho de Octávio Poli. No momento da matrícula estava na primeira classe de Leitura e de Escrita. Contudo, houve progressos na sua aprendizagem, pois no momento em que o professor preencheu o mapa, ele avançou para a terceira classe de Leitura e Escrita. Todavia, apresentava 59 faltas, um número grande. Na mesma escola estudava René Bouvier, de 10 anos de idade, filho de Victor Bouvier. No momento da matrícula, ele estava na primeira classe de Leitura, porém ainda não havia começado a aprender a escrever. O professor Fellipe Santiago Pereira nos diz que a inteligência do menino era sofrível, sua aplicação também. Ele faltava pouco às aulas. Possuía apenas duas faltas registradas no Mapa de Frequência. Estaria a dificuldade de aprendizagem da escrita relacionada ao idioma falado em casa pelos pais do menino?

O italiano Braz Francisco Valvano era pai de três meninos, todos matriculados na mesma escola. Os gêmeos Antônio Valvano e Carlindo Valvano, de nove anos, e Vicente, de oito anos de idade. Antônio, aos nove anos de idade, no momento da matrícula foi classificado como analfabeto. Sua inteligência foi classificada como regular pelo professor. O menino no momento do envio do Mapa de Frequência apresentava um bom desempenho, já não era mais analfabeto e estava na segunda classe de Leitura, na segunda de Escrita, na primeira de Gramática e segunda de Aritmética. Seu irmão gêmeo, Carlindo, também foi classificado como analfabeto no momento em que foi matriculado, apresentando o mesmo desempenho de Antônio no momento em que o professor enviou o mapa, ou seja, estava na segunda classe de Leitura, na segunda de Escrita, na primeira de Gramática e segunda de Aritmética. O pequeno Vicente, de oito anos de idade, também foi classificado como analfabeto. Seu rendimento foi mais modesto do que o de seus irmãos. No momento em que o professor redigiu o Mapa de Frequência, ele se encontrava na primeira classe de Leitura, de Escrita e Aritmética sem conhecimento de gramática.

Em Vassouras, encontramos uma concentração de portugueses matriculando os filhos nas escolas. Delfim Almeida, de oito anos de idade, português, filho Ayres de Almeida, matriculado na escola do professor Candido Antunes Seabra, em 1894, foi classificado pelo professor como analfabeto quando chegou à escola. Contudo, apresentava avanços; ele estava no primeiro livro de Leitura e Escrita, possuía boa moralidade, aplicação e inteligência regular. Delfim Almeida possuía 17 faltas.

O professor Rogério Maria do Carmo Oliveira, da escola localizada em Massambará, em seu Mapa de Frequência Escolar registrou uma família portuguesa que matriculou os filhos na escola dirigida por ele. João José Figueira possuía três filhos: Luiz José Figueira, de oito anos; Pedro José Figueira, de 11 anos; e Alberto José Figueira, de 13 anos de idade. Pedro estava na primeira classe, seu irmão Luiz, na segunda, e Alberto estava na terceira classe. A julgar pelos sobrenomes, João José Figueira era irmão de Luiz Antônio Figueira, pai de Abel Antônio Figueira, de 11 anos, Luiz Albino Figueira, de 13 anos, e Leonardo Figueira, de 16 anos. Abel estava na primeira classe, Luiz na segunda classe e, mesmo com a idade avançada, Leonardo Figueira estava na terceira classe. A escola possuía quatro classes e era regida pelo professor Rogério Maria do Carmo Oliveira; possuía 32 alunos. Nenhum deles apresentava o número de faltas. Ou eles não faltavam às aulas ou o professor preferiu não informar aos seus superiores o número de falta dos seus alunos.

As condições de funcionamento das escolas eram precárias. Os ofícios remetidos pelos professores solicitavam: bancos escolares, compêndios escolares e livros. O autor do pedido é um velho conhecido nosso: com a palavra o professor Ataliba Gomes Coelho.

> CIDADÃO MARTINHO LEOPOLDO NÓBREGA
> Intendente da Intendência Municipal de Vassouras
> Tendo sido deferido um ofício meu à Intendência Municipal, pedindo bancos e mesas para a minha Escola no Massambará e achando-se ela bastante necessitada desses objetos, venho requerer-vos para que mandais dar as devidas providências, pedindo-vos também que seja isso com alguma brevidade, e remetendo-vos uma nota de algumas coisas que faltam na Escola, esperando ser por vos benignamente atendido. Massambará, 12 de Maio de 1890. O professor, Ataliba Gomes Coelho (OFÍCIO PARA O INTENDENTE, 1890, p. 1)

O professor teve o seu pedido de móveis para a escola atendido, porém até a data da remessa do ofício eles ainda não haviam chegado. Uma lenta batalha foi travada para que o pedido fosse cumprido e que a entrega fosse realizada com urgência. A escola do professor Ataliba precisava de outros materiais. Não encontramos o ofício agradecendo a chegada dos móveis e dos demais objetos solicitados.

O professor João Baptista Nunes também remeteu ofício ao intendente da Instrução Pública de Vassouras solicitando materiais didáticos para a escola que dirigia. A escola que ele dirigia era uma escola mista, segundo as leis que regiam a educação: os meninos até oito anos de idade poderiam frequentar as aulas nesse estabelecimento de ensino; após essa idade deveriam dirigir-se para um estabelecimento dedicado ao ensino de meninos. A escola situava-se na área central da cidade, na estação de Vassouras. Vejamos o que ele nos diz:

> ESCOLA MISTA MUNICIPAL DA ESTAÇÃO DE VASSOURAS EM 18 DE JANEIRO DE 1890
> CIDADÃO
> Dando cumprimento aos ofícios que em data de 13 e 14 do corrente me foram dirigidos pela intendência municipal deste termo, envio-vos juntos a este, duas relações, sendo uma dos pertences e outra dos livros desta escola, não me sendo possível por falta de dados precisar a época da compra dos referidos pertences, conforme solicito num dos ofícios aludidos. Outrossim, cientificando-vos que nesta escola são precisos, com urgência: 20 silabários de Ribeiro de Almeida, giz para cálculos, papel pautado ou cadernos de escrita, canetas e penas. Saúde e fraternidade. Ao cidadão Martinho Leopoldo da Nóbrega Intendente da Instrução Pública do município de Vassouras. O professor, João Baptista Nunes (OFÍCIO ESCOLA MISTA DA ESTAÇÃO, 1890, p. 1).

O professor João Baptista Nunes, não dirigia a escola sozinho; sua esposa, a professora Inésia de Oliveira Nunes, trabalhava ao seu lado. Eles não eram o único casal de professores que encontramos. À frente da escola mista da localidade conhecida como Aliança,

em Massambará, temos o casal Alfredo Ribeiro D'Azevedo e Maria Leal D'Azevedo. Essa escola foi inaugurada em 14 de maio de 1888, e possuía apenas 15 alunos, entre eles quatro alunas negras, no Mapa de Frequência Escolar remetido em junho de 1888: Maria da Conceição, Alzira Maria da Conceição, Antônia do Rosário e Rosa da Conceição. No mês de setembro de 1888 o número de alunos subiu para 57, entre eles 23 meninas e 34 meninos. As quatro alunas citadas no mapa do mês anterior permaneceram e uma nova aluna negra foi matriculada; seu nome era Quitéria do Rosário. Dois meninos eram negros: Quintiliano das Chagas e José das Chagas. As filhas do casal de professores se chamavam Elvira D'Azevedo e Joana D'Azevedo, que foram matriculadas na escola em que os pais lecionavam. Sabemos que as meninas são suas filhas porque eles aparecem como responsáveis no Mapa de Frequência, no ato da matrícula. Candido Antunes Seabra e Júlia de Almeida são outro exemplo de casal de professores que lecionavam em Vassouras. No mês de março de 1889, eles estavam à frente da Escola Municipal da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras; ele, professor da escola masculina, e ela da escola feminina. A escola destinada à educação dos meninos possuía 29 alunos e a das meninas 15. Entre os meninos não encontramos nenhum negro. Entre as meninas encontramos três: Maria da Glória, filha de Emilia Caetana; Julieta Pereira, filha de Gabriela; e Maria Magdalena, filha de Maximiniano. No mês de dezembro outro mapa foi. O número de alunos da escola masculina aumentou de 29 para 33 meninos matriculados e nenhum negro. Apenas uma menina foi matriculada na escola feminina. O número de alunas aumentou para 16 e as três alunas negras continuaram presentes no relatório.

Não encontramos nos documentos de Vassouras indícios sociais e econômicos dos alunos. Esses dados estavam presentes nos Mapas de Frequência Escolar de São Paulo, analisados por Diana Vidal, revelando novos contornos da Escola de Primeiras Letras. Vejamos o que ela nos diz:

> Os mapas também trazem indícios das condições sociais e econômicas das famílias e das relações que a escola com elas estabelece. 'Muito pobre', 'exposto', 'serve aos pais', 'serve à mãe', 'vem somente à tarde', 'tem família na roça', 'doentio', 'muito pobre', 'doente' e 'poucas vezes vem a escola porque esta aprendendo música' foram fórmulas usadas pelo professor Carlos Telles, indicando as dificuldades pelas quais passavam os alunos e suas famílias (VIDAL, 2008, p. 60-61).

Ana Paula da Silva Xavier encontrou indícios sociais e econômicos dos alunos em Cuiabá diferentes de Diana Vidal. Neles é possível saber quem sustenta o aluno para que o mesmo frequentasse as aulas. Não encontramos nos documentos pesquisados esse tipo de

informação. Pensamos que esses dados podem ser uma particularidade da cidade, que fugiu aos olhos da normatização imposta pelo poder imperial na redação dos Mapas de Frequência Escolar. Vejamos o que ela diz:

> A coluna que traz como título 'número do aluno' apresenta a relação numérica dos matriculados em ordem crescente. No campo 'nomes dos alunos' consta o nome e sobrenome, sendo que no item 'filiação' se encontra estampado o nome e sobrenome do pai ou da mãe dos matriculados na escola, exceto o nome da mãe de Pedro José Alcântara, que foi descrito apenas como 'Rozalina de Tal'. Ainda nessa coluna é possível identificar alguns nomes de homens com dois ou até três filhos na referida escola. No campo 'modo por que são providos', consta o nome e sobrenome dos indivíduos que mantinham as crianças na escola. Nesse documento, é possível encontrar alunos sendo providos por pai, mãe, tio, cunhado, avô, avó, educador, tutor ou cofre do Estado. Os sujeitos providos por um dos seus genitores recebiam uma classificação simples, 'provido por seu pai', 'provido por sua mãe'. Já na descrição dos providos por seus educadores ou tutores, há maior variedade de dados, uma vez que os respectivos responsáveis recebiam ou não a especificação de parentesco (tio, cunhado, avô, avó) e, em seguida, eram caracterizados, respectivamente com a designação 'educador' e 'cidadão' para homens e 'D.' para a única mulher classificada como 'tutora', seguidos do nome e sobrenome da pessoa mantenedor/a (XAVIER, 2012, p. 31).

Na citação feita anteriormente gostaríamos de destacar a maneira como a mãe de um aluno é apresentada – "Rozalina de Tal". A ausência de sobrenomes, que foi registrado com nome composto e com sobrenome, nos permite pensar que ela poderia ser uma liberta, pois nos documentos que encontramos em Vassouras nos levaram a essa hipótese, que foi confirmada pela forma como o professor Ataliba Gomes Coelho da escola de Massambará registrou os alunos e seus responsáveis. Os libertos aparecem nos registros sem sobrenomes.

Retomamos o nosso diálogo com Diana Vidal, sobre aspectos econômicos presentes nos Mapas de Frequência Escolar. Ela nos diz em seu texto que Havia carência de material pedagógico, que impedia a progressão dos alunos em seus estudos.

> A escola de Santa Ifigênia não tem exemplares de escrita e réguas, o que tem contribuído para que os meninos senão adiantassem neste ramo de instrução. [...] Além de reclamar a falta de materiais e as dificuldades de aplicar o método mútuo denuncia a interferência de pais e alunos pertencentes a famílias de 'representação' no andamento dos trabalhos escolares, indicando que as redes de sociabilidade e as hierarquias sociais extravasam o espaço da escola e se reproduzem nas relações estabelecidas em seu interior (VIDAL, 2008, p. 61-62).

Não encontramos esse tipo de reclamação nos Mapas de Frequência Escolar. Elas estavam presentes nos diversos ofícios remetidos pelos professores ao Inspetor Geral de Instrução Pública.

3.4 **A trajetória de Ataliba Gomes Coelho: o professor dos alunos negros**

Márcia Gonçalves nos ajuda a pensar como os indivíduos voltaram à cena histórica através das biografias.

> [...] O indivíduo como campo, em suas interfaces, dobras afastamentos, inclusões no mundo, figurou em grande parte das análises sobre livros, autores, mobilizações e movimentos intelectuais. Isso parecia reiterar uma determinada concepção de sujeito, associada a um esforço repetitivo de dimensionar seu poder de agenciamento ante os condicionamentos históricos e culturais (GONÇALVES, 2009, p. 198).

Philippe Levillain nos adverte que, dentro do gênero biográfico, há biográficas que se baseiam em dados presentes em arquivos e outras baseadas na ficção. Segundo o autor, o pesquisador, ao utilizar elementos ficcionais na construção do texto biográfico, deve controlar a tentação criadora.

> [...] A *fortiori*, a biografia baseada em arquivos justificava a narração, e a descrição e o imaginário organizavam a representação do personagem. Não é com base no biografado que se dividem as biografias literárias e as biografias históricas, nem com base na escrita, o que equivale a dizer no estilo, e sim com base na parte de ficção que entra nas primeiras e deve ser proibida nas segundas por razões de método. A ficção provém do suplemento de explicação que o autor se julga no direito de dar quando a reunião dos documentos não basta para retratar o personagem. Pois toda biografia resulta da tentação criadora. O autor, por definição, instruído sobre a vida da pessoa, remonta o curso de um destino fingindo pela narração constatá-lo ao longo do tempo que passa (LEVILLAIN, 20003, p. 155).

Começamos nossa busca por vestígios biográficos de Ataliba Gomes Coelho, pelo acervo da Biblioteca Nacional. Consultamos os ilustres dicionários biobibliográficos Sacramento Blake e Velho Sobrinho. Para o nosso espanto não encontramos nenhuma informação. O texto de José Luis Petruccelli sobre os padrões de casamento em Vassouras nos ajudou nessa tarefa, fornecendo dados importantes que nos permitem pensar a trajetória de Ataliba Gomes Coelho.

Bourdieu nos ajuda a pensar o conceito de trajetória, possibilitando compreender os diferentes dispositivos acionados pelos indivíduos, os vínculos institucionais e associações que foram uma rede de sentidos, cujo produto final é a vida do biografado que tencionamos trazer à luz.

> [...] Ela conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura de rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações (BOURDIEU, 1998, p. 189-90).

Ataliba Gomes Coelho nasceu em Vassouras, no ano da assinatura da Lei do Ventre Livre, ou seja, em 1871. Filho do fazendeiro José Gomes Coelho e Bellarmina. Seu pai era um fazendeiro, que teve ainda outros três filhos: Waldomiro, Malvino, Maria Cândida, a única menina, e o caçula, Octávio, que nasceu em 1890. Ouçamos o autor:

> Como instituição o nome próprio é arrancado do tempo e do espaço e das variações segundo os lugares e os momentos, assim ele assegura aos indivíduos designados, para além de todas as mudanças e todas as flutuações biológicas e sociais, a *constância nominal*, a identidade no sentido de identidade consigo mesmo de *constantia sibi*, que a ordem social demanda (BORDIEU, 1998, p. 187).

Recorremos a José Luis Petruccelli que nos ajuda a compreender os critérios usados para classificar os indivíduos em: fazendeiros, agricultores, lavradores e capitalistas.

> [...] Em 1890, as 40 maiores propriedades da região tinham um tamanho médio de quase 600 ha (Stein, 1990, p. 266). Em 1925-26, as propriedades de menos de 100 ha, aproximadamente, eram classificadas geralmente como sítios na lista de propriedades de valor superior a dois contos de réis (Diretoria de Agricultura, 1927), e somente aquelas de tamanho maior eram consideradas fazendas. S. Stein atribui o limite de 30 alqueires, equivalente a uns 145 ha, a partir do qual as propriedades seriam consideradas como fazendas; áreas menores que este valor seriam denominadas sítios (S TEIN, 1990, p. 153). Desta maneira, para uma certa faixa de tamanho de propriedade rural, provavelmente entre 100 e 145 ha, as categorias de agricultor, lavrador e fazendeiro deveriam se apresentar como equivalentes (PETRUCELLI, 1998, p. 1.200).

Através da leitura da citação feita anteriormente, compreendemos que o tamanho da propriedade era critério usado para estabelecer se os indivíduos eram fazendeiros ou agricultores ou lavradores. Segundo Petrucelli (1998), na família do professor Ataliba Gomes Coelho 21 indivíduos, ao registrarem seus filhos, se autodenominaram fazendeiros, o que nos indica que era uma família de alto poder aquisitivo. Outro critério apresentado também pelo mesmo autor acima era a cor. Apenas um registrou o filho como pardo; os demais indivíduos registraram os filhos como brancos.

José Luis Petrucelli nos apresenta a homogamia como forma de preservar o patrimônio e as terras. Ouçamos o autor:

> No caso de Vassouras, a homogamia de casamentos se encontra, em primeiro lugar, entre os fazendeiros e agricultores, como uma forma de preservação dos seus patrimônios de terras. Entretanto, uma fonte de contradição se apresenta entre o interesse econômico de preservar a unidade de exploração agrícola indivisa no momento da morte do proprietário e o costume da repartição igualitária da herança. Se por testamento se podia, até 1916, dispor de um terço dos bens, e a partir da aprovação do Código Civil desse ano, da metade deles, para impedir a divisão da parte restante das terras os herdeiros chegaram a fazer acordos entre eles. Geralmente, aqueles que cediam suas partes o faziam em troca, seja de um capital que lhes permitisse se instalar em outro lugar, seja de outras terras da família (PETRUCELLI, 1998, p. 1.205).

Ataliba Gomes Coelho teve 12 filhos no total. No primeiro casamento, com Malvina D'Ávila Teixeira, teve três filhos; no segundo casamento, com Alzira Padilha, teve nove filhos. Quando do seu primeiro casamento ele tinha apenas 19 anos de idade, e a noiva, 15 anos de idade. Ficaram casados por mais ou menos 11 anos. Petrucelli (1998) nos diz que ele deveria ter mais ou menos 30 anos quando se casou pela segunda vez. A partir dos registros de nascimento dos filhos foi possível acompanhar a vida profissional de Ataliba Gomes Coelho. No nascimento do segundo filho do casamento com Malvina D'Ávila Teixeira é o único momento em que ele se declara agricultor. Nos demais, a profissão apresentada por ele é de professor.

> O fato de Ataliba viver como professor e empregado público, sendo o filho mais velho de um fazendeiro e, a partir de 1908, também genro de fazendeiro, casado, por outro lado, com a filha mais velha de quatro irmãs, mostra as transformações sofridas pela região de estudo: passagem de uma economia agrícola, próspera até os anos 1880, ao declínio da produção de café e à crise pós 1888, erosão das terras laboráveis, apropriação do controle das propriedades hipotecadas pelos bancos credores etc. Nas famílias de fazendeiros à época dos avós, os filhos se tornam negociantes ou empregados públicos para se perder depois as pistas dos netos, emigrantes provavelmente da região. (PETRUCELLI, 1998, p. 1.210).

Petrucelli (1998) não disse quando ele começou a lecionar. No Almanaque Laemmert encontramos primeiramente o registro de sua atuação na Instrução Particular. Contudo, a sua entrada no magistério público se deu após aprovação em concurso público realizado em 5 de maio de 1890. A banca examinadora era composta pelos professores: Paulino José Gomes da Costa, João Batista Nunes e José Xavier de Gouvêa Brum. Vejamos o resultado do concurso:

> Aos cinco dias do mês de Maio de Mil Oitocentos e Noventa, reunidos à comissão examinadora composta dos cidadãos Doutor Paulino José Gomes da Costa, presidente, João Baptista Nunes e José Xavier de Gouvêa Brum, pelo presidente e ao meio-dia foram iniciados os trabalhos de concurso tendo se apresentado candidato os cidadãos Ataliba Gomes Coelho e João Pedro Teixeira Coelho Junior. Depois de ter-se aos candidatos dado um trecho escolhido, passaram a fazer as respectivas análises gramatical e lógica, e mais escrevendo sobre o ponto de aritmética que lhes foi dado. Feitas as provas escritas, a comissão julgou-os pela seguinte: o Candidato

> Ataliba, Nota ótima, Ortografia Boa, Análise Gramatical Boa, Análise Lógica Boa, Aritmética Ótima; O Candidato João Pedro: Caligrafia – Nota Sofrível, Ortografia – Boa, Análise Gramatical e Lógica – Sofrível e Aritmética – Boa. Em seguida foram os candidatos submetidos às provas orais de Português e Aritmética, arguindo-os cidadãos examinadores e mais presidente sobre diversos pontos. Terminada a arguição o presidente encerrou o exame, retirando-se a comissão para o exame final, digo julgamento final. Julgadas todas as provas a comissão resolveu considerar habilitado os candidatos porque manifestaram conhecimento necessário para o magistério e portanto, para serem providos efetivamente nas cadeiras de professores municipais. E para constar lavra-se esta ata, que depois de assinada pela comissão será, com as provas escritas dos concorrentes, remetida ao Presidente Interino da Intendência Municipal (OFÍCIO AO INTENDENTE, 1890, p. 1).

João Pedro Teixeira Coelho Junior e Ataliba Gomes Coelho fizeram concurso juntos. Eles podem ser parentes, próximos ou mesmo distantes, a julgar pelo sobrenome que apresentam e pelo tamanho da cidade de Vassouras. Petrucelli (1998) não apresentou em seu texto outro membro da família Gomes Coelho exercendo o cargo de professor. Os dois prestaram concurso juntos, porém o resultado obtido por eles nas provas foi diferente.

Ataliba Gomes Coelho foi aprovado com louvor no concurso; em nenhuma das provas obteve alguma nota que desabonasse a sua pretensão ao cargo. João Pedro Teixeira Coelho Junior não obteve o mesmo rendimento. A sua nota na prova de Caligrafia e Lógica foi "sofrível"! Imagino os candidatos esperando a divulgação dos resultados das provas no momento em que a ata do concurso foi lida.

Mesmo não se saindo bem nessas duas provas, João Pedro Teixeira Coelho Junior foi aprovado. Mesmo assim, ambos os candidatos cumpriram a maior exigência estabelecida para ocupar o cargo de professor público: a moralidade.

> A Lei de 1827 determinou que os candidatos ao cargo de professor fossem examinados publicamente perante banca examinadora, e que só fossem admitidos ao exame os cidadãos brasileiros (natos ou naturalizados) livres ou libertos maiores de 25 anos, que estivessem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conduta. Tornou ainda o exame obrigatório para aqueles professores em exercício que pretendessem se candidatar ao provimento de cadeiras vagas (GONDRA e SCHUELER, 2007, p. 168-169).

Gondra e Schueler apresentam os dispositivos formativos da Primeira Lei Geral de Ensino de 1827 que, entre outras exigências, fixa a idade mínima do candidato em 25 anos de idade. O exame passou a ser obrigatório para os professores em exercício que desejassem ocupar novas vagas. Na citação acima encontramos referência de que o concurso realizado em Vassouras seguiu fielmente os caminhos legais. Foi composta uma banca examinadora, e o concurso reuniu cidadãos brasileiros que foram examinados publicamente. Cabe destacar

ainda a moralidade exigida para os postulantes ao cargo. Castanha (2013), ao analisar a Reforma Couto Ferraz, aponta na mesma direção. Ouçamos o autor:

> [...] Enfrentar o processo do concurso não era tarefa muito fácil, pois as exigências impostas pela legislação eram rigorosas. O candidato precisava provar maioridade, moralidade e capacidade. A idade mínima, na Corte, era 21 anos para os homens. Algumas províncias estabeleceram a idade mínima de 18 anos. Provava-se a moralidade mediante a apresentação da folha corrida referente aos últimos três anos, fornecida pelos chefes de Polícia, juízes ou câmaras das localidades em que o indivíduo residiu no período de três anos (CASTANHA, 2013, p. 143).

Comparando as duas citações feitas anteriormente, percebemos aproximações e distanciamentos. Houve mudanças na idade mínima dos candidatos ao cargo de professor. Na primeira citação a idade mínima estabelecida era de 25 anos; na segunda citação, na Corte era exigido 21 anos, e em algumas províncias 18 anos. Todavia, a exigência de moralidade continuava a ser exigida nos concursos.

> [...] Era obrigado a apresentar também atestados fornecidos pelos respectivos párocos, também referentes ao período de três anos. Naquela sociedade conservadora, fundada nos princípios religiosos, ninguém melhor do que os padres para avaliar o caráter dos candidatos. Pela prática da confissão ou da não confissão, os padres conheciam os valores morais, as virtudes e defeitos de cada candidato. Como todas as certidões e atestados deveriam ser entregues no momento da inscrição para o concurso, as autoridades tinham um tempo maior para avaliar melhor os candidatos. Estavam impedidos também de exercer o cargo os professores condenados por qualquer crime, especialmente de ordem moral ou religiosa. Apesar de não definir explicitamente, o regulamento não permitia que indivíduos não católicos exercessem o cargo de professor público. Penso que o mecanismo de seleção adotado pela reforma Couto Ferraz, a qual se difundiu para a maioria das províncias, foi um instrumento muito eficiente para garantir o ingresso de professores ordeiros, submissos às autoridades e ao Estado. Isso explica o pequeno número de professores que sofreram processos disciplinares no período (CASTANHA, 2013, p. 143-144).

As regras eram ainda mais severas para as mulheres que pretendiam entrar no magistério. Vejamos novamente o que nos dizem os autores. Primeiro José Gondra e Alessandra Schueler e logo a seguir, ouviremos André Paulo Castanha.

> Para as mulheres, havia exigências reveladoras das relações sociais entre os sexos. No caso das moças solteiras, era necessária a apresentação de autorização paterna ou de outro responsável para que se candidatassem a uma vaga como professora adjunta ou efetiva das escolas públicas de meninas. Se fosse casada, a candidata deveria apresentar a devida autorização marital para dirigir casa de escola e lecionar; se fosse viúva, o atestado de óbito do marido. Quando separada, segundo as normas eclesiásticas, deveria apresentar a certidão do pároco (GONDRA; SCHUELER, 2007, p. 176).

André Paulo Castanha concorda com os autores da citação feita anteriormente, e apresenta as permanências no processo de seleção de professores públicos e particulares, proposto na Reforma Couto Ferraz de 1854.

> Para as mulheres, o ingresso era ainda mais difícil. Além de apresentar as mesmas certidões exigidas para os homens, tinham de ter a autorização do marido ou do pai. No caso de viúva, a certidão de óbito e, se vivesse separada do marido, teria de apresentar a sentença do juiz que lhe eximia a culpa. Certamente, pouquíssimas mulheres divorciadas chegaram a exercer a profissão de professora pública no período. A lei não trata desse aspecto, mas caso alguma tenha sido provavelmente teve de escolher entre casar-se novamente e permanecer professora, pois, pelos padrões morais da época, era inadmissível que uma mulher que não fosse casada legalmente pela igreja pudesse ser professora (CASTANHA, 2013, p. 144).

Com o exposto acima, percebemos que a moralidade era uma exigência de maior peso do que a capacidade intelectual dos professores. As exigências apresentadas nas letras da lei são construções sociais que apresentam o que a sociedade esperava dos indivíduos que se candidatavam ao cargo de professor. As regras impostas pelo Estado apresentam também a violência inerente ao processo de formação do magistério. Esses dispositivos indicam também a força coercitiva do Estado; eles buscavam moldar as diversas carreiras, a educação não poderia estar fora da ação normativa do mesmo.

Todavia, não sejamos tão crédulos nos dispositivos legais brasileiros pensando que eles eram cumpridos conforme determinam as disposições normativas. Silva (2000) nos apresenta um caso paradigmático, o do professor Pretextato dos Passos e Silva que, não querendo se submeter aos rigores do concurso para continuar a exercer o magistério, encaminhou um abaixo assinado dos responsáveis dos alunos, demonstrando que a sua moralidade e capacidade podiam ser medidos através dos serviços educacionais que prestava aos meninos pretos da Corte do Rio de Janeiro.

Mesmo com todas as exigências, as mulheres requisitavam concursos públicos para o cargo de professora. Roberta Guimarães, a partir dos periódicos, apresenta a luta das mulheres para ampliar seu espaço de atuação. Elas, entre outras coisas, reivindicavam a maternidade e também o magistério. O jornal era uma arma usada por elas para denunciar o favorecimento de homens em concursos públicos, e também um espaço de escrita de si, de seus sonhos e lutas por direitos políticos.

> Portanto, há na imprensa feminina, escrita por mulheres, um campo singular e significativo que precisa ser analisado de acordo com a conjuntura social e histórica que proporcionou o seu surgimento na segunda metade do século XIX. Essa imprensa certamente contribuiu para desvendar os caminhos das professoras e dos professores primários, revelou histórias das mulheres oitocentistas e desmistificou

> significados aparentes (LE GOFF, 1996) acerca do processo de feminização do magistério primário (GUIMARÃES, 2011, p. 26).

André Paulo Castanha nos diz que o magistério não era uma carreira atraente economicamente. Contudo, o que atraiu Ataliba Gomes Coelho, filho de fazendeiros, casado com filhas de fazendeiros, a escolher o magistério como profissão e não ter escolhido administrar as terras da família? Quem nos ajuda a pensar uma possível resposta é José Luis Petruccelli:

> O irmão de Ataliba e de Maria Cândida, Waldomiro, nascido em 1891, se declara como negociante no momento do nascimento do seu filho Amandio, em 1924; os outros dois irmãos, Octavio e Malvino, nascidos em 1890 e 1893, só são encontrados nos registros de nascimentos. A propriedade familiar deve ter desaparecido desde o início do século. (PETRUCELLI, 1998, p. 1.210).

O empobrecimento causado pela crise do café em 1888 pode nos ajudar a compreender as razões que levaram Ataliba Gomes Coelho a escolher a carreira de funcionário público. A sociedade vassourense passava por uma mudança, as atividades agrícolas em declínio forçavam os indivíduos a novas ocupações, e a de professor público era uma delas. No concurso promovido no dia 5 de maio de 1890, Ataliba Gomes Coelho e João Pedro Teixeira Coelho Junior foram aprovados; os mesmos não permaneceram no magistério por muitos anos.

> Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente e mais membros da Intendência Municipal de Vassouras.
> Não podendo continuar a ser professor municipal, venho solicitar de Vossa Excelência, minha exoneração. Fechei a escola no dia 10 do corrente mês e o que pertence consta da lista junta.
> Agradecendo a Vossa excelência a confiança que em mim depositaram para professor municipal, aproveito a oportunidade para pedir-lhes ordem o pagamento de um mês e 10 dias dos meus ordenados.
> Deixo nesta data em poder do dono da casa onde funcionava a escola da Lagoinha da qual fui professor, os objetos pertencentes a mesma.
> Deus guarde Vossa Excelência
> Senhor Presidente e mais membros da Câmara Municipal de Vassouras. João Pedro Teixeira Coelho Júnior (OFÍCIO AO INTENDENTE, 1889, p. 1).

Consta no documento anotações feitas na parte inferior, dizendo que o pedido do professor João Pedro Teixeira Junior foi atendido. Ele agradece a confiança depositada, comunica que fechou a escola sob sua responsabilidade na localidade conhecida como Lagoinha, entregando o imóvel alugado ao seu proprietário. Aproveita o ensejo para pedir o pagamento de um mês e mais dez dias.

Lucien Febvre nos convida a conhecer os indivíduos, retirando das massas anônimas aqueles que entraram na História sem nada dizer. Entendemos que essa tarefa exige do

historiador cautela e também faro de pesquisa para encontrar as fontes documentais, que permitam recuperar trajetórias individuais que não sejam as dos grandes homens. Isso nos coloca um grande desafio: fazer a "História Vista de Baixo", olhando por outro ângulo, por vezes desconfortáveis e até mesmo escorregadios.

Em nossa sociedade há um dito popular – "devemos dar nome aos bois" – buscando conhecer e distinguir os animais. Pensamos neste ditado corrente em nossa sociedade, pois ele reflete a tensão entre a multidão e o indivíduo presente no momento em que optamos por escrever a história de uma pessoa ou de um grupo. Como se poderia deixar imersos no anonimato professores que contribuíram para a escrita da História da Educação do Negro no Brasil?

Ataliba Gomes Coelho foi um desses professores que educou crianças negras numa área onde pesava a escravidão. Em dias tortuosos, em que as terras davam sinais de exaustão e a crise do café obrigava aos antigos donos e seus descendentes a buscar novas ocupações, ele foi um indivíduo que viveu essas contradições. Ao buscar novos caminhos para a sua história, abriu as portas da escola a meninos que poderiam ter ficado fora dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> [...] Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha: — Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico. Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça: — Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária[31].

A ciência pode cegar os homens. Essa é a advertência feita por José Saramago em seu livro *Ensaio sobre a cegueira*. Ao apresentar as personagens do livro, uma delas é um médico oftalmologista que também ficou temporariamente cego. Um homem que cuida da visão dos outros, agora tem a sua comprometida. Há muito a neutralidade da ciência não é mais discutida. Nossos objetos de pesquisa são tratados com rigor metodológico, mas eles expressam os nossos pontos de vista e nossos afetos. Carlo Ginzburg em seu livro *Olhos de madeira* nos diz que a realidade nasce do distanciamento analítico. Ouçamos o autor:

> No mesmo capítulo XV de *O príncipe*, lê-se a frase célebre: 'Porque um homem, que queria fazer em tudo profissão de bom, há de arruinar-se entre tantos que não são bons' e o que segue. A consciência trágica (tantas vezes interpretada como cinismo) de que a realidade é o que é nascia de uma exortação apaixonada ao distanciamento analítico. Daí a comparação com 'os que desenham paisagens' e, implicitamente por meio da insistência sobre o ponto de vista com a prática da perspectiva. Pontos de vista diferentes, sugeria Maquiavel, produzem representações diferentes da realidade política; as representações que o príncipe e o povo constroem para si das suas posições respectivas são igualmente limitadas; a objetividade só pode ser alcançada observando-se a realidade do exterior, de longe: de uma posição periférica e marginal, poderíamos acrescentar, como a de Maquiavel em 1513 e 1514 (GINZBURG, 2001, p. 190-191).

Para os pesquisadores das ciências exatas, ponto de vista é o lugar onde o indivíduo se coloca para observar o fenômeno. O autor da citação feita anteriormente nos diz que é possível desenhar a realidade com pontos de vista diferentes, ou seja, ter olhares diferentes sobre o passado da sociedade analisada. Ao usarmos diferentes documentos olhamos pelos

[31] Ver http://www.dominiopublico.gov.br. Data: 10/12/2014.

olhos dos que testemunharam e escreveram essa história. Dialogamos com diferentes autores para inserirmos nosso trabalho no debate acadêmico, buscando respostas para questões importantes sobre a presença de crianças negras no mundo do trabalho e nos bancos escolares.

Mesmo partindo de pontos de vista diferentes, nosso desenho ficou incompleto, pois não podemos ver toda a realidade. Paul Veyne evoca a figura geométrica do cubo para nos advertir que os acontecimentos que recortamos nos permitem uma visão parcial.

> Os acontecimentos não existem, com a consciência de um objeto concreto. É necessário acrescentar que, não importa o que se diga, não existem também como um geometral, prefere-se afirmar que eles têm existência em si mesmo como um cubo ou uma pirâmide: nunca percebemos todas as faces de um cubo ao mesmo tempo, só temos um ponto de vista parcial; em contraposição, podemos multiplicar esses pontos de vista (VEYNE, 2008, p. 46).

O que era possível ver do lugar onde estávamos? Nós víamos ainda o objeto de estudo da dissertação – as meninas desvalidas do Educandário Nossa Senhora da Piedade, fundado pela condessa do Rio Novo, em Paraíba do Sul, em 1884. Era necessário buscar outra direção e olhar com atenção para Vassouras. No início do estudo procuramos nos documentos uma escola composta somente por negros, e não encontramos. Nosso olhar estava impregnado de guetos e das ideias dos autores que separam negros e brancos, como se inimigos fossem. Por certo, se não eram amigos, viveram na mesma cidade e estudaram juntos.

A historiografia da Educação fala da ausência de estudos sobre o processo de escolarização de crianças negras e indígenas. Foi o que tentamos fazer. Preencher uma delas com o estudo sobre os ofícios e processo de escolarização de crianças negras em Vassouras, que apresentamos. Hoje, temos de clareza de que a tarefa que abraçamos era grande e acreditamos que tenhamos contribuído, retirando os escombros que cobriam essa história. Ela guarda características próprias se comparada ao que ocorreu em Minas Gerais, área analisada por Marcus Vinícius Fonseca que revelou a presença de crianças negras em grande quantidade nas escolas, da rica província das Gerais nos Oitocentos. Segundo o autor, o perfil dos alunos acompanhava o perfil demográfico da população mineira nesse período.

No primeiro capítulo discutimos a sociedade vassourense e a educação nela desenvolvida, apresentando os primeiros vestígios que encontramos na bibliografia e na documentação sobre o processo de escolarização de crianças negras. As escolas que ficavam dentro das fazendas, cujos documentos não se sabe onde estão e nem mesmo se ainda existem, constituem indícios que remontam à primeira metade do século XIX. Os libertos que leram o documento de casamento e descobriram que o pároco os casou errado, podem ter aprendido a

ler nessa escola, ou em outras espalhadas pelas fazendas da cidade. Isso revela que sabemos pouco sobre a educação desenvolvida dentro dos domínios da Casa Grande e nos seus arredores. O que Ina Von Bizzer nos legou com a ação dos preceptores é uma lasca do passado. Em nosso trabalho conseguimos puxar alguns fios dessa trama. Recorremos mais uma vez a Paul Veyne que nos diz:

> Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco 'científica' de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa. [...] A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou romance, guerra e paz, Antônio ou Cleópatra (VEYNE, 2008, p. 42).

Os documentos que nos permitiam acessar essa trama estavam dispersos, e reuni-los consumiu uma grande parte do nosso tempo. Arquivos interditados, horários de consulta divididos entre a atividade docente no Ensino Fundamental. As leituras teóricas também nos ocuparam, pois não era possível ler os documentos sem um aporte teórico-metodológico que dialogasse com a sociedade pesquisada. O Paradigma Indiciário nos ajudou a reunir os documentos. Contudo, não conseguimos ler a sociedade somente com ele.

Desta forma, buscamos auxilio em Norbert Elias, lendo os dois volumes do *Processo Civilizador*, a *Sociedade de Corte*, *Mozart: a arqueologia de um gênio* e *Os estabelecidos e os Outsiders.* Era necessário ler e compreender e isso leva tempo. Nem todos foram textualmente citados, mas formaram a base que nos permitiu analisar a sociedade vassourense.

Um documento mudou completamente os rumos da pesquisa. Ao encontrarmos a carta da Comissão dos Libertos de Paty do Alferes para Rui Barbosa percebemos o quanto era necessário reconsiderarmos as balisas cronológicas. Inicialmente pensamos em adotar como marco inicial o ano de 1889, e o final o de 1930, ou seja, analisar os negros durante a Primeira República. Com a carta, percebemos que havia um forte movimento na cidade pressionando o governo a cumprir a Lei do Ventre Livre e fornecer instrução aos ingênuos.

Os negros podiam estar excluídos da participação política através do voto. Contudo, sabiam fazer política enviando cartas aos políticos para pressionar o poder público. Eles exigiam ser tratados como cidadãos. Se a inclusão pela participação política encontrava obstáculos maiores, eles tentaram pela via social e conseguiram. Isso é algo novo e vai além da discussão política travada pela historiografia, que pensa a inclusão dos negros a partir da sua participação nas eleições.

A carta também nos permitiu ler a sociedade de forma diferente. Embora a Lei do Ventre Livre tenha sido assinada em 1871 e a Lei dos Sexagenários em 1885, não foram as crianças que tensionaram o poder imperial; foram os velhos crioulos e africanos que não queriam ver seus filhos e netos escravos. Eles não queriam apenas liberdade, queriam também educação para a moçada.

A escola em Vassouras no final século XIX possuía muitos arranjos e os cursos noturnos era um deles. O ofício remetido pelo alferes Ribeiro de Azevedo em 1890, que pretendia abrir um curso noturno, no qual ensinaria a brasileiros, livres e libertos, nos mostra que o mundo das letras era plural e sua proposta educativa não abarcava somente as crianças, mas os adultos também. Os velhos crioulos e africanos não ficariam sem escolas, eles poderiam frequentá-las após o trabalho.

Essa proposta de educar os adultos não estava presente somente nas ações desenvolvidas pelos militares, mas nas intenções dos negros também. O professor Pretextato dos Passos e Silva abriu uma escola na Corte para educar meninos pretos. Israel Antônio Soares, que aprendeu a ler em jornais velhos no canto da cozinha, na idade adulta pretendia abrir um curso noturno nos arredores de São Cristóvão, na Corte do Rio de Janeiro. Isso nos apresenta um duplo movimento – um em direção à requisição de educação para as crianças e outro na direção de promover a mesma para os adultos.

O pedido do alferes Ribeiro de Azevedo é apresentado por ele como uma ação filantrópica. Todavia, ela possuía contornos políticos. Ele não pediu pagamento pelo ofício de professor que exerceria. Porém, ele desejava educar os *outsiders.* A classe trabalhadora que frequentaria o seu estabelecimento de ensino não era vista com bons olhos pela classe dominante. Não era mera filantropia, era uma ação política. Dando-lhes condição de ver o mundo com seus próprios olhos e a partir dos seus interesses, o alferes revestiu silenciosamente a sua prática pedagógica de contornos políticos. Não existe salário que pague o contentamento de um professor em ensinar aos alunos a ler e escrever. Essa ação política modificaria a cidade em médio e longo prazos.

Sidney Chalhoub analisou em seu livro *Trabalho Lar e Botequim* as lutas da classe trabalhadora formada por imigrantes, homens pobres e também por negros na cidade do Rio de Janeiro. Na tentativa se ajustar a nova ordem e tomar trabalho, operava-se a coerção econômica, transformando o indivíduo em mão de obra assalariada.

> É, portanto, sobre o antagonismo trabalho assalariado versus capital que se erguerá o regime republicano fundado em 1898, regime este que tinha como seu projeto político mais urgente e importante a transformação do homem livre – fosse ele o

> imigrante pobre ou o ex-escravo – em trabalhador assalariado (CHALHOUB, 2001, p. 46).

Nessa direção compreendemos que, o sistema capitalista precisava transformar o escravo e a sua força de trabalho em mercadoria. Quem nos advertiu sobre a mercantilização da força de trabalho foi o sociólogo Otávio Ianni.

> A mercantilização crescente das atividades econômicas impõe que o trabalhador seja afastado da esfera dos meios de produção. Para que a sua atividade seja mercantilizada de modo pleno, ou segundo as exigências do processo produtivo, é preciso que a sua pessoa deixe de ser mercadoria. A mercantilização da força de trabalho exige que o proprietário dela tenha condições jurídicas e políticas para negociá-la. A racionalização possível na organização dos elementos da produção efetiva-se de modo mais amplo quando também as expectativas do trabalhador estão referidas monetariamente, quando ele próprio avalia a sua atividade em dinheiro. Nesse sentido é que a liberdade e mercadoria se relacionam. Para que a atividade produtiva do trabalhador adquira a condição de mercadoria, é necessário que o trabalhador ganhe a liberdade. Como cidadão, ele venderá a sua força de trabalho no mercado, segundo as tendências de oferta e da demanda. Nesse momento, a contradição entre a mercadoria e o escravo, ou entre a liberdade e a escravidão, está completamente ultrapassada. Depois de ter atingido a unidade produtiva e o empresário, a racionalidade inerente à economia mercantil alcança também a esfera das expectativas e do comportamento do trabalhador. Assim, o escravo se torna operário (IANNI, 2004, p. 20-21).

A liberdade era importante para organizar a lei da oferta e da procura. Nesse momento ocorreria a transformação do escravo em operário. A função da escola estaria em encaminhar esse processo, através do ensino de ofícios agrícolas e mecânicos. Isso ocorreu com os meninos contratados à Soldada. Crianças foram transformadas em trabalhadores, responsáveis pelo desempenho de diferentes ofícios. O contrato se firmava sob a justificativa de que a mãe da criança não tinha bons costumes. Mais uma vez chamamos Octávio Ianni novamente à cena para nos auxiliar a compreender a carência de mão de obra.

> À medida que um sistema social progride, criam-se e multiplicam-se as carências. Ao mesmo tempo em que o progresso implica uma acumulação de riqueza e a elevação do nível de vida (para certos grupos sociais), o desenvolvimento gera tensões e novas necessidades. Aumenta o interesse pela vida intelectual, a necessidade de tecnologia, a precisão de capital, a fome de braços, etc. Durante a segunda metade do século XIX, em concomitância com o desenvolvimento econômico social, ocorre uma verdadeira escassez de braços. Exatamente na época em que a sociedade nacional ingressa num ciclo de expansão acelerada, entra em colapso o fornecimento de escravos. Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos (IANNI, 2000, p. 28-29).

Na segunda metade do século XIX cresce a discussão e implantação de escolas vinculadas ao mundo do trabalho. Na Corte é fundado o Asilo dos Meninos Desvalidos em

1875[32]. Em Valença, cidade vizinha a Vassouras, no ano de 1886 foi criado o Asilo Agrícola de Santa Isabel[33]. A crescente tentativa de unir os mundos do trabalho e das letras, nas instituições escolares correspondia à necessidade do Estado imperial de braços civilizados para usar como mão de obra. Esse processo civilizador via na infância desvalida, incluindo os filhos dos libertos, matéria-prima para as teorias correcionais importadas da Europa.

O silêncio das crianças nos documentos que consultamos era intrigante. Comparecem diante do juiz de Órfãos sem direito à fala. Os únicos que se pronunciaram foram os contratantes. Os demais foram silenciados. Debaixo da capa de boa vontade e filantropia, escondiam a verdadeira roupagem da exploração.

Os contratantes diziam também que educariam os menores, o que não se concretizou. Usam os jovens braços no mundo do trabalho, afastando a sua entrada no mundo dos livros. Durante a leitura dos processos de Soldada, encontrávamos pedidos de alguns juízes de Órfãos exigindo o depósito do valor combinado como pagamento pelo trabalho realizado pelos menores. Alguns depositavam o valor incorreto, e mais uma vez o juiz enviava uma carta requisitando a correção do valor do depósito.

Nem todas as crianças contratadas à Soldada permaneciam sob a tutela dos contratantes; algumas fugiam e boa parte do processo se passava na tentativa de encontrar a criança. Isso revela que elas herdaram dos seus pais o senso de contrato justo ou injusto. Diante das suas avaliações de injustiça e de exploração, não se davam por vencidas. Ganhavam a estrada e fugiam.

Quando iniciamos a pesquisa, acreditávamos que os processos de Soldada revelariam a presença de crianças no mundo das letras. Isso não aconteceu. Não encontramos o nome delas em nenhum mapa de frequência. Isso nos frustrou. Elas poderiam estar matriculadas em outras escolas, cujos documentos não foram encontrados, ou poderiam não estar em escola nenhuma. Somos tentados a pensar que foram exploradas como mão de obra e não foram matriculadas em escola alguma. Apenas uma contratante, que era professora, manifestou o desejo explícito de educar as crianças sob sua guarda.

As crianças negras que encontramos matriculadas nas escolas em Vassouras não eram as mesmas contratadas à Soldada. Elas permaneciam na escola até adquirir as noções básicas de cálculo, leitura e escrita. Seus responsáveis precisavam dos seus braços no mundo do

[32] Ver Maria Zélia Maia de Souza. "O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos: nem negros, nem escravos nem criminosos". In: http://www.educacao.ufrj.br/artigos. Data de acesso: 21/12/2014.

[33] Ver Alessandra Frota Martinez de Schueler. "A 'infância desamparada' no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880 – 1886)". In: http://www.scielo.br/scielo. Data de acesso: 21/12/2014.

trabalho. Alguns pais retardavam o envio dos filhos para escola, não por maldade, mas por necessidade da ajuda deles na realização das tarefas. Isso não ocorreu somente com as crianças negras. Os filhos dos imigrantes também passaram por esta triste sina. Tanto estas quanto aquelas passaram pelo mesmo processo. Resta-nos saber por que somente as crianças negras foram descritas como pouco inteligentes e pouco dadas aos estudos?

A historiografia da educação impôs um pesado rótulo sobre as crianças negras. Preocupados em descobrir os motivos do fracasso escolar da escola pública, que em sua maioria é frequentada por negros e pardos, os pesquisadores da educação voltaram seus olhos para o século XIX dizendo que isso se devia ao fato de que, no passado, eles não frequentaram escolas. Desta maneira, estava resolvido o problema. Ao atribuir a culpa ao aluno e não no quadro de precarização que atinge o Ensino Fundamental público, não se discutiu com profundidade a questão e essa modalidade de ensino agoniza lentamente. A quem interessa o desmantelamento da escola pública, sobretudo, o Ensino Fundamental sob a responsabilidade dos municípios?

Não vamos pensar de forma ingênua, há interesses políticos de ofertar para grande parte da população brasileira um ensino aligeirado, sem conteúdos que permitam iniciar uma reflexão sobre os problemas sociais, políticos e econômicos. Estamos diante de uma dura realidade. Distribuímos livros, mas os alunos não sabem ler. Os livros que recebem são lançados ao alto como se fossem paus e pedras[34].

Teorizamos sobre o século XIX, como se o século XXI não nos importasse. Os problemas do cotidiano escolar não afligem aos grandes pesquisadores da educação, porque eles já se afastaram da escola básica há muito tempo. Escola básica para alguns é apenas objeto de estudo, com algumas visitas pontuais para palestras desconectadas com as angústias e reais necessidades dos professores, que precisam mais de ouvidos do que de uma boca que fala durante horas a fio destilando receitas e fórmulas prontas.

Os pacotes de palestras comprados pelos municípios não surtem efeito, por que não tem coragem de atacar o problema com seriedade. Como resultado, produzimos professores e alunos que representam: um não ensina e o outro não aprende. No final alguns estão doentes. Cresce o número de professores que fazem uso de medicamentos contra depressão e outros males correlatos. Culpados pelo fracasso dos alunos, seguem uma dura rotina de se dividir em duas e às vezes até três escolas por dia.

[34] Quando falo em livros jogados como se fossem pedras, estou me referindo ao vídeo *Ciep 075* – que vergonha! (Ver: https://www.youtube.com/watch?v=XuZAS2MICvI&app. Data de acesso 09/12/2014) – no qual alunos saem da escola fazendo uma guerra com os livros didáticos, que devem ser devolvidos ao final do ano letivo, para que outros alunos estudem neles também.

Antes o fracasso escolar era explicado pela falta de verba destinada à educação pelo poder público. Esse discurso não se sustenta mais. Hoje, esse quadro mudou. Os investimentos em educação aumentaram consideravelmente, porém alguns gestores das redes públicas não sabem o que fazer com eles. E o quadro de precarização permanece.

Há verbas, mas não há ideologia. Logo, não se sabe aonde se quer chegar com a educação que se promove. Os professores estão calados, tão qual a agulha do texto de Machado de Assis, que usamos como epígrafe. Em seus rostos é visível o cansaço. Alguns cruzaram os braços diante das dificuldades. Outros, dizendo-se lesados, chegando à mesma conclusão que o autor da epígrafe, que mais uma vez, usa a voz da agulha, para transmitir sua mensagem: "*Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária" (*ASSIS)

No século XIX, no interior da província do Rio de Janeiro, sobretudo em Vassouras, esse quadro era diferente. Não havia verbas em abundância e faltava escola para todos. A proclamação da República, em 1889, não alterou estruturalmente o quadro que se desenhava na cidade. Os ofícios remetidos pelos professores continuaram a apresentar as mesmas queixas e reivindicações. Uns pediam material escolar, outros solicitavam salários, informavam também o grau de adiantamento dos alunos e os prêmios distribuídos.

O arquivo do IPHAN de Vassouras guarda preciosidades, entre elas um álbum com as fotos dos professores que lecionavam na cidade de Vassouras. Ele não foi usado, pois as fotos estavam fora das balizas cronológicas estabelecidas por nós. Olhando as fotos identificamos vários professores negros. Isso representa um indício importante, pois em períodos posteriores não havia somente alunos negros nas escolas, mas professores também.

Este trabalho de pesquisa revela nosso engajamento político. Todavia, Antoine Proust nos adverte sobre o risco que corremos ao nos deixarmos cegar pela paixão por uma causa.

> Mas o engajamento comporta riscos contra os quais a história permanece sendo o melhor antídoto. O homem engajado, sendo um historiador, arrisca-se perder-se, de fato, em seus engajamentos, tornar-se prisioneiro dos múltiplos laços pelos quais ele se assumiu como ser-no-mundo, como ser histórico. O retorno à história como prática intelectual é para ele, uma maneira de permanecer consciente da relatividade de seu próprio engajamento. O engajamento conhece tempos fortes, vividos no calor da paixão. A história é uma maneira de manter a cabeça fria. É um momento de conhecimento, de elucidação, de tomada de distância; ela é razão. Esta é, como se viu, sua grande diferença em relação à memória. Diz-se seguidamente que, para escrever a história, é preciso um certo recuo. Isto é, tomar o efeito pela causa: a história não supõe uma distância prévia, ela a cria. Crer que é suficiente deixar os anos passarem para tomar distância é enganar-se: é preciso fazer a história daquilo que se passou para criar a distância. É por isso que a história é indispensável ao homem engajado (PROUST, 2000, p. 20).

Não se faz história sem engajamento. Quando vamos aos congressos e seminários nos perguntamos sobre o real motivo dos trabalhos apresentados. Todos são tão civilizados. Até mesmo os que tratam de temas mais indigestos se transformam em trabalhos palatáveis, que não propõem nenhuma mudança, descrevem um passado sem luta, sem contradições, como se não houvesse partidos com projetos em disputa, que pretendiam favorecer a alguns e silenciar a outros.

O conhecimento do passado é necessário ao homem engajado. Trazer à cena o que aconteceu, esforçando-se não em julgar, ao contrário, em compreender o que se passou. Fazer história é colocar-se no lugar do outro. Por alguns instantes é imaginar, sem, contudo, deixar-se levar pela imaginação, que deve ser controlada pela informação presente na documentação selecionada. Existe uma dimensão subjetiva no fazer do historiador. Não escolhemos os temas e selecionamos documentos como se o contato com eles não nos modificasse.

> Mas descobrir quantos homens diferentes se poderia ter sido continuando a ser a si mesmo é uma experiência paradoxal. Ela permite mensurar a que ponto o homem depende de condições históricas concretas: ele não existe a não ser aqui e aí, em um tempo dado, em sociedades determinadas. Aquilo que os filósofos analisaram desde muito tempo. [...] A história remete o historiador para a historicidade da condição humana e para a sua própria (PROUST, 2000, p. 19).

Ao terminar esse estudo pensamos no que ele modificou a nossa forma de ver o mundo. Compreendemos mais a fragilidade da condição humana e o seu processo de formação ao longo da história. As crianças negras que estudamos em Vassouras nos apresentaram essa fragilidade. Os adultos também, cada um a sua maneira determinada pelas contingências do contexto. Mesmo com seus braços ainda pequenos, já seguravam o cabo da enxada. Algumas aprenderam a ler e escrever. Não fui eu quem viu as crianças negras em Vassouras, elas é que me viram e me chamaram para contar essa história.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
_____. *A condição humana.* 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSIS, Machado. *Um apólogo*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Data de acesso: 10/12/2014.

AZEVEDO, Noé. *Dos tribunais especiais para menores delinquentes e como podem ser criado entre nós.* São Paulo: Saraiva & Cia, 1920.

BINZER, Ina Von. *Os meus romanos:* alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

BLOCH, March. *Apologia da História*: *ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

CAPUTE, Magda Elaine. "A Dama dos Diamantes Negros: Eufrásia Teixeira Leite e a Historia da Educação Feminina em Vassouras (1930-1941)". Dissertação de mestrado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de Teoria e Metodologia.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CASTANHA, André Paulo. *Edição crítica da legislação educacional primária e secundária do Brasil Imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889.* Francisco Beltrão: Unioeste – *campus* de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da bélle époque.* Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger; CASTAN, Yves; LEBRUN, François. "Figuras da modernidade". In: ÀRIES, Philippe; DDUBY, Georges. (Orgs.). *História da Vida privada: da renascença ao século das luzes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico.* São Paulo: Saraiva, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador:* uma história dos costumes. Volume II, Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.

_____. *O processo civilizador:* uma história dos costumes. Volume I. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.

_____. *A sociedade de corte:* investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. *Barões do café.* São Paulo: Atual, 2005.

FEBVRE, Lucien. *Combates por la História*. Espanha: Ariel Quincenal, 1975.

FERRARO, Alceu Ravanello. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez: 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1989.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros*: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. *População Negra e Educação:* o perfil racial das escolas mineiras no século XIX. Minas Gerais: Mazza Edições, 2009.

FRAGOSO, João. *Barões do Café e sistema agrário escravista:* Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (1830-188). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala.* São Paulo: Global, 2006.

GENOVESE, Eugene D. *A Terra prometida:* o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Flávio. *História de quilombolas:* mocambos e comunidade de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e a educação no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.*). 500 anos de Educação no Brasil.* Belo Horizonte: autêntica, 2011.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Mestiço, pobre, nevropata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira”. In: GOMES, Ângela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso. (Orgs.) *Memórias e narrativas (auto) biográficas.* Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro.* São Paulo, SP: Cortez, 2008.

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Parentesco e família entre os escravos de Valim. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Orgs.) *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

_____. *A paz das senzalas:* famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1997.

_____. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares. *Estatística social como técnica de governo: representações sobre os registros da população escolar (Portugal: 1880-1900)*. Disponível em: <http;//www.sbhe.org.br>. Acesso em: 10/11/2014.

GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. Cenário do processo de escolarização da Guanabara: a História de Iguassú (1833-1858). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2012.

GUIMARÃES, Roberta Teixeira. *Mulheres precursoras na educação:* histórias de professoras e professores primários na capital do império. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política.* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LIMONGI, R. (org.). *Enciclopédia Saraiva de Direito.* São Paulo: Saraiva, 1977.

LOPES, Kátia Geni Cordeiro. A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade-corte: o caso da Escola da Imperial Quinta da Boa Vista. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Formação Humana). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

LOTE, Karine Torres. Entre barões, condes e viscondes: o cenário educacional na Vassouras oitocentista (1850-1889). Dissertação (Mestrado em Educação). - Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Petrópolis, 2013.

MACHADO, Lielza Lemos. *Vassouras:* recanto histórico do Brasil. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2006.

MAGALHÃES, Humberto Piragibe; MALTA, Christovão P. *Dicionário Jurídico.* 8ª ed. Rio de Janeiro, Editora Destaque, S/d.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio:* os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil Séc. XIX. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1998.

MELO, Cleyson de Moraes. *Código Civil interpretado.* Rio de Janeiro: Maria Augusto Delgado, 2007.

MONTEIRO, Ângelo Ferreira. *Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX:* caso Benatar. Vassouras. Ed. Autor, 2007.

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa:* família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008.

NEVES, Margarida de Souza; CHALHOUB, Sidney Chalhoub; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. (Orgs.). *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

NUNES, Pedro. *Dicionário de tecnologia jurídica.* 12. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.

_____. *Dicionário de tecnologia jurídica.* Rio de Janeiro: S/E: 1948.

PETRUCCELI, José Luis. *Grupos sociais dominantes e estratégias familiares, Vassouras, 1889- 1929*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar>**.** Acesso em: 11/10/2014.

PROUST, Antoine. *Como a História faz o historiador?* Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/>. Acesso em: 10/11/2014.

RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras.* Niterói: SEEC, 1978.

REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio. 2009.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe**.** *Memórias do cativeiro:* família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (Orgs.). *A arte de governar crianças no Brasil:* a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo:* Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Ilzani V. Processos de escolarização na escola primária pública no interior fluminense (1880-1905): uma análise das instituições escolares e seus sujeitos. Dissertação (Mestrado em Educação). - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Jacinto Ribeiro dos. *Infância Abandonada e Delinquente*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1924.

SARAMAGO. José. *Ensaio sobre a cegueira.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Levantados do Chão.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010**.**

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *A 'infância desamparada' no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886).* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 21/12/2014.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1992.

SIDOU, J.M. Othon. *Dicionário Jurídico*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, s/d.

SILVA, Alberto da Costa e. *África: explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Abolição e crise na província do Rio de Janeiro: um balanço das principais perspectivas de pesquisa. In: *ACERVO*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

SILVA. Leandro Rosa da. O trabalho infantil e a inserção do menor liberto na sociedade pós-abolicionista: contratos de Soldada no município de Vassouras (1884-1900). Monografia de História. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2011.

SLENES, Robert. W. *Na senzala uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungú: rumores de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____. *A negregada instituição:* os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890. Rio de Janeiro: Access, 1999.

SOUZA, Maria Zélia Maia. *O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos:* nem negros, nem escravos nem criminosos. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/artigos>. Acesso em: 21/12/2014.

STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura escrita: representações da criança e o imaginário de infância. Brasil, século XIX. In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (orgs.). *Para a compreensão histórica da infância.* Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas:* assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Século XVIII e XIX. Campinas, SP: Papirus, 1999.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

VIDAL, Diana Gonçalves. Mapas de frequência de escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. Disponível em: <http://www. rbhe.sbhe.org.br>. Acesso em: 10/11/2014.

XAVIER, Ana Paula da Silva. *Processos educativos da infância em Cuiabá (1870- 1890).* Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880).* São Paulo: HUCITEC, 1998.

FONTES

Fundação Biblioteca Nacional

Dicionário Bibliográfico Velho Sobrinho.

Periódico *O Vassourense*. II, 275, 1,10-7, II, 275, 1,11II. 275,1,19, II,275,1,10, II,275,1,12, II,275,1,15,II.275,01,16,II,275,01,17,II,275,01,20,II,275,01,21,

Arquivo Nacional
Fundo/Coleção: Juízo de Órfãos e Ausentes, ZM, ano 1882, Maço 2.284, N. 1.958.
Fundo/Coleção: Juízo de órfãos e Ausentes. ZM, ano 1882, Maço 230-7ª, Nº 1.884.
Fundo/Coleção: Juízo de Órfãos e Ausentes, ZM, ano 1882, N.1.635.
Fundo/Coleção: Juízo Especial do Comércio, 1ª Vara, JC, ano 1860, Nº 3.536, Caixa 1.335.

IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros

IPHAN – VASSOURAS

Mapa de Frequência
Ofícios das escolas públicas municipais.

Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra (CDH-USS)

Pedidos de Soldada - Fundo/Coleção, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), 102.663.863.003, 102.663.863.011, 102.663.863.012., 103.664.371.010.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm. Data de acesso: 08/09/2013.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro. Data de acesso: 08/09/2013.